

# APOSTILA

# ECONOMIA (INTRODUÇÃO)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>UNIDADE 1 – CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA ECONOMIA</b>	<b>4</b>
1.1	EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO	4
1.1.1	Antiguidade e suas contribuições ao pensamento econômico	5
1.1.2	A Economia na Idade Média	6
1.1.3	Mercantilismo	8
1.1.4	Os Fisiocratas e a doutrina do "laissez-faire"	10
1.1.5	Escola Clássica	12
1.1.6	O Pensamento Neoclássico (ou Marginalista)	18
1.1.7	O Pensamento Keynesiano	21
1.2	CONCEITOS ECONÔMICOS FUNDAMENTAIS	25
1.2.1	As Necessidades, Os Bens Econômicos e os Serviços	27
1.2.1.1	Necessidade Humana:	27
1.2.1.2	Bens	29
1.2.1.3	Serviços	30
1.2.2	Fatores de Produção	31
1.2.3	Agentes Econômicos	31
<b>2</b>	<b>UNIDADE 2 – MENSURAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA</b>	<b>34</b>
2.1	ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA	34
2.1.1	Economia de Mercado	35
2.1.1.1	O Sistema de Preços	36
2.1.1.2	O Que, Como e Para Quem Produzir	37
2.1.1.3	O Fluxo Circular da Atividade Econômica	39
2.1.2	Economia Planificada Centralmente	41
2.1.3	Economia Mista	42
2.1.3.1	O Que Produzir?	43
2.1.3.2	Como Produzir?	44
2.1.3.3	Para Quem Produzir?	44
2.2	MERCADO	45
2.3	ESTRUTURA DE MERCADO	51
2.3.1	Concorrência Perfeita	52
2.4	Concorrência Imperfeita	53
2.4.1	Monopólio	54
2.4.2	Oligopólio	56
2.4.3	Concorrência Monopolística	59
<b>3</b>	<b>UNIDADE 3 - FUNDAMENTOS DA MICROECONOMIA E DA MACROECONOMIA</b>	<b>62</b>
3.1	Ferramentas de Análise Econômica	64
3.1.1	Os Modelos	64
3.1.2	Abordagem Analítica	65
3.1.3	A Tomada de Decisão	65
3.1.4	Análise Macroeconômica	67
3.2	INTRODUÇÃO A TEORIA DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR	68
3.2.1	Comportamento do Consumidor	69
3.2.1.1	O Pleno Conhecimento	70
3.2.1.2	A Função Preferência	70
3.2.1.3	Utilidade e Preferência	71
3.2.1.4	Limitação Orçamentária	73
3.2.2	Demanda do Consumidor	74

3.3	INTRODUÇÃO A ECONOMIA MONETÁRIA.....	76
3.3.1	Moedas e Bancos Comerciais .....	76
3.3.1.1	As funções da moeda .....	79
3.3.1.2	Moeda e quase-moeda .....	80
3.3.1.3	Bancos Comerciais .....	81
3.3.1.4	O Sistema Financeiro Nacional .....	82
3.3.2	Política Monetária .....	90
3.3.2.1	Instrumentos de Política Monetária .....	90
3.3.2.2	Efeitos da Política Monetária .....	93
<b>4</b>	<b>UNIDADE 4 – NOÇÕES DE COMÉRCIO INTERNACIONAL.....</b>	<b>97</b>
4.1	Conceitos Básicos.....	98
4.2	Teorias do Comércio Internacional .....	98
4.2.1	Teoria Clássica do Comércio: as contribuições de A. Smith e D. Ricardo. ....	99
4.2.2	Teoria Neoclássica do Comércio: o modelo Heckscher-Ohlin.....	100
4.2.3	Modernas Teorias do Comércio Internacional .....	100
4.3	Políticas Comerciais e Finanças Internacionais.....	102
4.3.1	Obstáculos ao Livre Comércio .....	102
4.3.2	As Principais Medidas Intervencionistas.....	103
4.3.3	Organizações Comerciais e Monetárias Internacionais.....	104
4.3.4	Regionalização do Comércio Internacional.....	106
4.4	O Balanço de Pagamentos .....	108
<b>5</b>	<b>UNIDADE 5 – ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO .....</b>	<b>114</b>
5.1	Fundamentos da Economia do Setor Público .....	115
5.1.1	A questão do bem-estar.....	115
5.1.2	Falhas de mercado .....	116
5.1.3	As funções do setor público .....	118
5.2	Participação do Setor Público na Economia .....	120
5.2.1	Evolução das despesas e receitas públicas .....	120
5.3	Tributação e Orçamento Público.....	124
5.3.1	Princípios teóricos da tributação.....	124
5.3.2	Sistemas tributários.....	125
5.3.3	Principais impostos existentes no Brasil .....	126

## 1 UNIDADE 1 – CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA ECONOMIA

O **objetivo** desta unidade é trazer a você aluno(a) as principais noções da Ciência Econômica. Vamos conhecer as principais Escolas do Pensamento Econômico, que é a base das Teorias Econômicas. Na seqüência, vamos estudar as necessidades, os bens econômicos e os serviços, a fim de que você possa estabelecer relações com a economia e seu cotidiano. E para finalizar, vamos estudar sobre o conceito de fatores de produção, com o objetivo de fazer você compreender a situação do trabalhador, da acumulação de capital, da distribuição da riqueza, da industrialização, do setor agroindustrial, do comércio, das famílias, das empresas e do governo.

### *1.1 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO*

A história da Economia é de grande importância para a humanidade, tanto a pré-clássica quanto a mais atual. É somente entendendo a dinâmica da história econômica das civilizações que você poderá compreender toda a complexidade que domina a ciência econômica e a sociedade.

A Economia surgiu como ciência a partir de 1.776, com a publicação da obra de Adam Smith, *A Riqueza das Nações*. Antes disso, a Economia não passava de um pequeno ramo da Filosofia Social e do Direito. Com o Mercantilismo e a Fisiocracia, as idéias econômicas começam a ter um pequeno desenvolvimento.

### 1.1.1 Antiguidade e suas contribuições ao pensamento econômico

Mesmo nas sociedades primitivas, os homens precisavam organizar-se em sociedade, para defender-se dos inimigos, abrigar-se e produzir comida para sobreviver. A divisão do trabalho, daí decorrente, permitiu o desenvolvimento da espécie humana em comunidades cada vez maiores e mais bem estruturadas. Na maior parte dos casos, a produção era basicamente para sobrevivência.

Alguns homens mais habilidosos passaram a produzir um pouco mais, o que permitiu o início das trocas. Aos poucos, o trabalho de alguns homens passou a ser suficiente para atender às necessidades de um conjunto cada vez maior de pessoas.

Na Grécia Antiga, como em Roma, a maior parte da população era composta por escravos, que realizavam todo o trabalho em troca do estritamente necessário para sobreviver. Os senhores de escravos apropriavam-se de todo o produto excedente. A economia era quase exclusivamente agrícola; o meio urbano não passava de uma fortificação com algumas casas, onde residiam os nobres, ou chefes militares.

Gastaldi (1999) assinala que, na história da civilização de Roma, se encontram muitos dos elementos que caracterizam o moderno capitalismo. Os romanos foram os principais estadistas, juristas e construtores de impérios. Um dos traços da civilização romana foi a expansão agrícola, que favoreceu a sua economia e, notadamente, a sua agricultura, e que foi um dos determinantes da expansão do poderio político do Império. De uma outra forma, o declínio de sua agricultura foi a principal causa de sua perda. Agressiva foi a política de expansão comercial de Roma, que proporcionou grandes lucros, ao mesmo tempo em que despertou a rivalidade com o poder comercial de outros povos. Isto posto, os acordos comerciais foram substituídos pelos conflitos armados.

Com o Império Romano:

- Consolidava-se a expansão comercial;
- Consolidava as funções do dinheiro;
- Criavam-se os impostos mais elevados;
- Aumentavam as despesas do governo.

Foi também no Império romano que nasceu a agiotagem, e a riqueza passou a se concentrar nas mãos de uma minoria. As economias países subdesenvolvidos, tal como o Brasil, apresentam semelhanças com o Império Romano. De lado, há pessoas abastadas e profundamente ricas, outro, há pessoas pobres.

**GLOSSÁRIO**

**AGIOTA** - é a pessoa que faz prática da usura, ou seja, empresta dinheiro a outra no mercado informal, sem a devida autorização legal para isto.  
Fonte Aurélio 2010.

dos  
uma  
de

As situações de decadência do império conduziu o povo a uma elevada crise de escassez, quando aumentaram, e muito, as necessidades urbanas em alimentos. Podemos apontar as causas econômicas de declínio do império Romano:

- Grande concentração das riquezas por grupos minoritários;
- Grandes propriedades rurais improdutivas;
- Servidão dos pequenos e médios agricultores;
- Separação sempre maior entre ricos e pobres; e
- Crescente escassez de alimentos.

Deste modo, podemos concluir que, as causas econômicas conjugadas com as políticas, determinaram a queda do Império Romano.

### 1.1.2 A Economia na Idade Média

A Idade média ou Idade Medieval, surgiu com o declínio da Império Romano por volta de 476 D.C. Esse período, um dos mais longos da história, durou dos anos 500 a 1500. Com a Idade Média, abriu-se uma nova era para a humanidade o chamado feudalismo.

Na base do sistema feudalista, estava o servo, que trabalhava nas terras de um senhor, o qual devia lealdade a um senhor mais poderoso, este a outro, até chegar ao Rei. Os senhores davam a terra a seus vassallos, para serem cultivados, em troca de pagamento em dinheiro, alimentos, trabalho e lealdade militar. Em troca dessa lealdade, o senhor concedia proteção militar a seu vassallo.

O servo não era livre, pois estava ligado à terra e a seu senhor, mas não constituía sua propriedade, como o escravo. As trocas desenvolveram-se no nível regional, entre as cidades e suas áreas agrícolas. A cidade, com seus muros, constituía-se no local de proteção dos servos, em caso de ataque inimigo. Aos poucos, porém, passou a ser o local onde se realizavam as trocas. Desenvolveram-se as corporações de ofício e a divisão do trabalho. Com as Cruzadas, a partir de 1.096, expandiu-se o comércio mediterrâneo, impulsionando cidades como Gênova, Pisa, Florença, Veneza, etc.

A Teologia Católica exerceu um poder muito grande sobre o pensamento econômico da Idade Média. A propriedade privada era permitida, desde que usada com moderação. Havia uma idéia de moderação na conduta humana, o que levava às concepções de justiça nas trocas e, portanto, de justo preço e justo salário.

O empréstimo a juros era condenado pela Igreja, pois contraria a idéia de justiça nas trocas: o dinheiro reembolsado seria maior do que o emprestado.

Diferente do pensamento capitalista, o pensamento cristão condenava a acumulação de capital (riqueza) e a exploração do homem pelo homem. A opção da Igreja, então, foi pelo retorno

a atividade rural, ao contrário de Roma. Na verdade, a igreja, através de suas conventos e mosteiros, tornou-se grande proprietária de grandes terras.

**GLOSSÁRIO**

**Justo Salário** é aquele que permite ao trabalhador e sua família viver de acordo com os costumes de sua classe e de sua região. Similarmente, na determinação do lucro, a idéia era a mesma: o justo lucro resulta da justiça nas trocas. (ele não deve permitir ao artesão enriquecer).

A terra transformou-se na riqueza por excelência. Nascia, assim, o regime feudal, caracterizado, como dito anteriormente na apostila por propriedades nas quais os senhores e os trabalhadores viviam indiretamente do produto da terra ou do solo. Eram médias ou grandes propriedades rurais, auto-suficientes econômica e politicamente, obedientes a autoridade do senhor ou proprietário, e nas quais os servos exerciam suas atividades agrícolas ou artesanais.

O rei, embora dirigisse o Estado, não possuía influência ou poder de decisão nos feudos, onde a autoridade máxima era a do senhor da gleba (os exploradores) e onde labutavam os servos (os explorados).

### 1.1.3 Mercantilismo

O mundo novo surge (inclusive o Brasil nas Américas), com o crescimento e o desenvolvimento das cidades, a nova política e as profundas mudanças do tempo medieval, grandes transformações começam a ocorrer, tanto em matéria comercial e de produção.

O pensamento religioso se enfraquecia, operava-se uma forte centralização política, ocorrendo a criação das nações modernas e das monarquias absolutas.

O Renascimento cultural e científico e o **Mercantilismo** abriram os horizontes da Europa, a partir de 1.450. A Reforma Protestante de Martin Lutero (1.483-1.546) e João Calvino (1.509-1.564), exaltando o individualismo, a atividade econômica e o êxito material, deu grande impulso à economia. Enriquecer não constituía mais um pecado. A cobrança de juros e a obtenção de lucro passaram a ser permitidas.

#### **GLOSSÁRIO**

**Mercantilismo** – uma das primeiras doutrinas econômicas, muito usada até o final do século XVIII. Não foi uma doutrina consistente e coerente, mas um conjunto de ideias econômicas de cunho protecionista, desenvolvidas em diversos países, as quais variavam um pouco em função dos interesses de cada país.  
Fonte: Lacombe (2004)

Ao mesmo tempo, ocorreu uma transformação política na Europa, com o enfraquecimento dos feudos e a centralização da política nacional. Aos poucos, foi-se formando uma economia nacional relativamente integrada, com o Estado central dirigindo as forças materiais e humanas.

No âmbito internacional, as descobertas marítimas e o grande afluxo de metais preciosos para a Europa, deslocaram o eixo econômico do Mediterrâneo para novos centros como Londres, Amsterdã, Lisboa, Madri, etc. Até então, a idéia mercantilista dominante era a de que a riqueza de um país media-se pelo afluxo de metais preciosos (metalismo).

Com a idéia de garantir um afluxo positivo de ouro e prata para seu país, os mercantilistas sugeriam que se aumentassem as exportações e que se controlassem as importações. Na França, surgiu a proteção à indústria, com o fim de assegurar exportações mais regulares e com maior valor.

Com o objetivo de maximizar o saldo comercial e o afluxo de metais preciosos, as Metrôpoles estabeleceram um "pacto colonial" com suas colônias. Por meio desse "pacto", todas as importações da colônia passaram a ser provenientes de sua Metrôpole, assim como todas as suas exportações seriam destinadas a ela exclusivamente. A Metrôpole monopolizava também o transporte dessas mercadorias.

O Mercantilismo contribuiu decisivamente para estender as relações comerciais do âmbito regional para o âmbito internacional. Ele constituiu uma fase de transição entre o feudalismo e o capitalismo moderno. No Mercantilismo, a ética paternalista cristã (católica) ao condenar a aquisição de bens materiais, entrava em conflito com os interesses dos mercadores-capitalistas. Aos poucos, o Estado Nacional passou a ocupar o lugar da Igreja na função de supervisionar o bem-estar da coletividade. Gradativamente, os governos foram sendo influenciados pelo pensamento mercantilista. (começaram a surgir leis que beneficiavam os interesses

dos mercantilistas e do capitalismo nascente: lei do cercamento das terras, leis que incentivavam a indústria, leis que criavam barreiras às importações, etc.)

O Mercantilismo provocou grandes distorções, como abandono da agricultura em benefício da indústria, excessiva regulamentação e intervencionismo exagerado do Estado na atividade econômica. Aos poucos, foram surgindo novas teorias sobre o comportamento humano, de cunho liberal e individualista, mais de acordo com as necessidades da expansão capitalista.

Em resumo o mercantilismo foi:

- um regime de nacionalismo econômico. A acumulação de riqueza se consistia na principal finalidade do Estado.
- Para os mercantilistas o Estado deveria encontrar os meios necessários para que o país adquirisse a maior quantidade possível de ouro e prata.
- Os disciplinas procuravam disciplinar as atividades industriais e comerciais de tal forma que as exportações fossem sempre favorecidas em detrimento das importações

#### **1.1.4 Os Fisiocratas e a doutrina do "laissez-faire"**

A Fisiocracia constitui a primeira escola econômica de caráter científico, liderada pelo médico francês François Quesnay (1.694-1774), autor da obra *O Quadro Econômico: análise das variações do rendimento de uma nação*.

Podemos conceituar a fisiocracia como um grande grupo de economistas franceses do século XVIII que combateu as ideias mercantilistas e formulou, pela primeira vez uma Teoria do Liberalismo Econômico.

Dentre suas características, destacam-se:

- Comércio como atividade dominante.

- Comércio interno.
- O Estado era monopólio ( toda atividade era comandada e controlada pelo Estado)

Segundo a doutrina fisiocrática, a sociedade é formada pela classe produtiva (agricultores), pela classe dos proprietários de terras e pela classe estéril (todos os que se ocupam do comércio, da indústria e dos serviços).

A agricultura era considerada produtiva por ser, para os fisiocratas, a única que gera valor. Desse modo, os preços agrícolas deviam ser os mais elevados possível, a fim de gerar lucros e recursos para novos investimentos agrícolas. Os consumidores seriam compensados pela cobrança de um imposto único sobre a renda dos proprietários de terras e por medidas que reduzissem os preços industriais.

A idéia de classe estéril resultou da reação fisiocrática contra a doutrina mercantilista. A moeda passou a ter apenas função de troca e não reserva de valor, pois este encontra-se na agricultura. A indústria e o comércio constituem desdobramentos da agricultura, pois apenas transformam e transportam valores. A terra produz valor por sua fertilidade, seguindo uma ordem natural e providencial. Desse modo a agricultura precisa ser incentivada para aumentar o produto social.

Com uma lei natural regulando a ordem econômica, os homens precisam, então, agir livremente, e qualquer intervenção do Estado inibiria essa ordem, ao criar obstáculos à circulação de pessoas e de bens. Assim, eles propunham a redução da regulamentação oficial, para aumentar a produtividade da economia, e a eliminação de barreiras ao comércio interno e a promoção das exportações. Proibição às exportações de cereais, ao expandir a oferta interna, reduziriam os preços, afetando os lucros agrícolas.

Por outro lado, para manter baixos os preços das manufaturas e beneficiar os consumidores, propunham o combate aos oligopólios e o fim das

restrições às importações. O pensamento fisiocrático era, portanto, liberal, traduzindo-se em sua doutrina do laissez-faire, laissez-passar ... (deixai fazer, deixai passar).

Em resumo o pensamento fisiocrata foi:

- Representação de uma reação ao mercantilismo. Os fisiocratas não acreditavam que uma nação poderia se desenvolver mediante, apenas, do acúmulo de metais preciosos e estímulos direto ao comércio.
- O objeto de investigação dos fisiocratas é o sistema econômico como um todo, sendo este conjunto regido por uma ordem natural.
- Consideravam apenas o trabalho agrícola produtivo.
- O Estado não deve intervir na ordem natural que rege o sistema econômico.

### **1.1.5 Escola Clássica**

O liberalismo e o individualismo dos clássicos estavam associados ao bem comum: os homens, ao maximizarem a satisfação pessoal, com o mínimo de dispêndio ou esforço, estariam contribuindo para a obtenção do máximo bem-estar social. Tal harmonização seria feita, segundo Adam Smith, por uma espécie de mão invisível.

O pensamento clássico fundamenta-se, no individualismo, na liberdade e no comportamento racional dos agentes econômicos, com a mínima presença do Estado, que teria como funções precípuas a defesa, a justiça e a manutenção de certas obras públicas.

A Escola clássica foi uma escola que caracterizou a produção, deixando a procura e o consumo para o segundo plano. Para Smith, considerado o maior dos clássicos e o pai da Ciência Econômica, o objeto da economia é estender bens e riquezas a uma nação . Nesse sentido, entende que a riqueza somente pode ser

conseguida mediante a posse do valor de troca. Valor de troca, para Smith (1981), é a capacidade de obter riqueza, ou seja, é a faculdade que a posse de determinado objeto oferece de comprar com eles outras mercadorias.

Em resumo a Escola Clássica defendia:

- A mais ampla liberdade individual
- O direito inalienável à propriedade
- A livre iniciativa e a livre concorrência
- A não intervenção do Estado na economia

Segue a baixo os principais pensadores da Escola Clássica:

### **a) Adam Smith (1.723-1.790)**

Com a publicação da Riqueza das Nações, em 1.776, tendo como experiência a Revolução Industrial Inglesa (1.760-1.830), Adam Smith estabeleceu as bases científicas da Economia Moderna. Ao contrário dos mercantilistas e fisiocratas, que consideravam os metais preciosos e a terra, respectivamente, como os geradores de riqueza nacional, para ele o elemento essencial da riqueza é o trabalho produtivo. Assim o valor pode ser gerado fora da agricultura.



Adam Smith ensinou que a Economia Política tem como objetivo gerar riqueza para o indivíduo e o Estado, para o provimento de suas necessidades básicas. A riqueza aumenta pelo trabalho produtivo, fecundado pelo capital. "O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais de que consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações." O valor vem do trabalho, desse modo

ele pode ser gerado fora da agricultura, desde que o preço de mercado supere o preço natural (ou custo de produção).

A geração de riqueza de uma nação depende, portanto, da proporção entre o trabalho produtivo (que gera um excedente de valor sobre o seu custo de reprodução) e o trabalho improdutivo (como o dos criados). O emprego de trabalho produtivo depende da divisão do trabalho, e esta da extensão dos mercados. A ampliação das trocas comerciais entre os países proporciona maior divisão do trabalho e especialização dos trabalhadores, aumentando a produtividade e o produto global.

À medida que a economia consegue expandir seus mercados, ela obtém rendimentos crescentes à escala, podendo distribuir sem conflitos um produto social maior entre capitalistas, trabalhadores e Governo, na forma de lucros, salários e impostos.

### **b) David Ricardo (1.772-1.823)**

David Ricardo em sua obra *Princípios de Economia Política e Tributação* (1.817), afirma que o maior problema da Economia Política está na distribuição do produto entre as classes sociais (proprietários da terra, capitalistas-arrendatários e trabalhadores). Isso ocorre porque a proporção do produto total destinado a cada classe varia no tempo, uma vez que depende da fertilidade do solo, da acumulação do capital, do crescimento demográfico e da tecnologia. Assim, determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia.



Ricardo transferiu o centro do problema da análise econômica da produção para a distribuição, sendo uma de suas grandes contribuições a teoria do valor. Ele se interessou pelos preços relativos mais que pelos absolutos; queria descobrir a base da relação de troca entre as mercadorias. As mercadorias obtém

seu valor de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessário para obtê-las.

A teoria da renda da terra ocupa um lugar de destaque em sua análise. As diferenças na qualidade da terra determinariam que, enquanto os proprietários das terras férteis obteriam rendas cada vez mais altas, a produção nas terras de qualidade pior geraria só o suficiente para cobrir os custos e não produziria renda. Desse modo, pode-se argumentar que a renda e os lucros poderiam ser isolados, considerando o caso da terra sem renda, na qual o rendimento consistiria inteiramente nas entradas derivadas de capital.

De um ponto de vista dinâmico, Ricardo pensava que o crescimento da população acompanhava a expansão econômica, e esta expansão traria consigo um aumento das necessidades de alimentos, que poderiam ser satisfeitas só a custos mais altos. Para manter os salários reais no seu nível anterior, seriam necessários salários monetários mais altos, o que faria a participação dos lucros no produto diminuir.

Desta forma, Ricardo mostrou que o processo de expansão econômica poderia minar suas próprias bases, isto é, a acumulação de capital a partir dos lucros, de modo que, ao se reduzir a taxa de lucro, emergiria o estado estacionário, no qual não haveria acumulação líquida nem crescimento.

A função de produção ricardiana apresenta rendimentos decrescentes e a economia marcha para um estado de estagnação a longo prazo. O grande problema para os economistas clássicos era a sociedade atingir esse estado estacionário, de crescimento zero, sem que a população tenha atingido o máximo bem-estar.

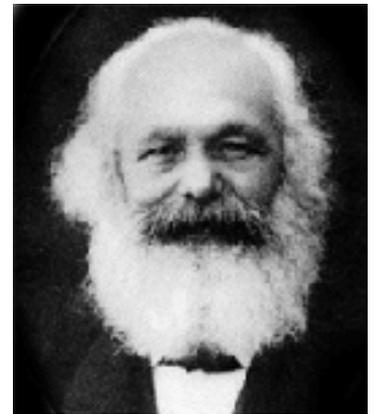
Ricardo foi também o primeiro que desenvolveu a teoria dos custos comparativos, defendendo que cada país deveria especializar-se naqueles produtos que têm um custo comparativo mais baixo, e importar aqueles cujo custo comparativo

fosse mais alto. Essa é a base da política de livre comércio de David Ricardo para os bens manufaturados.

Segundo essa política, cada país deve dedicar seu capital e trabalho àquelas produções que se mostram mais lucrativas. Dessa forma, o trabalho distribui-se com maior eficiência e, ao mesmo tempo, aumenta a quantidade total de bens, o que contribui para o bem-estar geral. A teoria dos custos comparativos harmoniza os interesses dos diferentes países nos assuntos internacionais.

### **c) O Pensamento Socialista (Karl Marx: 1.818-1.883)**

Centrando-se na teoria do valor-trabalho e no conceito de mais-valia, Karl Marx e Friedrich Engels estabeleceram as bases da doutrina socialista da superação do capitalismo por suas próprias contradições internas. A economia capitalista apresenta crises periódicas de superprodução, com elevadas taxas de desemprego. A Economia Política passou a ter maior amplitude, ao ser vista, não apenas por meio de relações meramente tecnológicas, mas também como o estudo das relações sociais de produção, no sentido de luta de classes entre capitalistas e trabalhadores.



A base da teoria de Marx constituía-se na análise da história, fundamentada no materialismo dialético. A concepção materialista da história baseia-se no princípio de que a produção e o intercâmbio de produtos constituem a base de toda ordem social. Essa afirmação é válida uma vez que, em toda sociedade citada pela história, a divisão em classes está determinada por aquilo que se produz, como se produz e pela forma que se troca a produção.

Segundo essa concepção, as causas de todas as mudanças sociais e de todas as revoluções políticas são buscadas não na mente dos homens e sim nas

mudanças experimentadas pelos métodos de produção e de troca. A força básica na história é, para Marx, a estrutura econômica da sociedade. Isso não exclui o impacto das idéias, pois estas são um reflexo das sociedades, que as alimentam.

O objetivo da obra de Marx era descobrir as "leis do movimento" da sociedade capitalista. Marx construiu seu "modelo econômico" para demonstrar que o capitalismo explorava necessariamente a classe trabalhadora e como essa exploração conduziria, inevitavelmente, à sua destruição. Nesse sentido, a teoria do valor-trabalho tem um papel importante.

Segundo Marx, o benefício é obtido pelo capitalista ao adquirir uma mercadoria, que pode criar um valor maior que o de sua própria força de trabalho. Marx distingue os conceitos de força de trabalho e tempo de trabalho. A força de trabalho refere-se à capacidade do homem para o trabalho; o tempo de trabalho é o processo real e a duração do trabalho.

O relevante é que, segundo Marx, o capitalista paga ao trabalhador uma quantidade igual ao de sua força de trabalho, porém esse pagamento equivale somente a uma parte da produção do trabalhador e, portanto, somente parte do valor que este produz.

A chave da exploração, nesse sistema, reside na diferença entre o salário que recebe um trabalhador e o valor do bem que produz. Essa diferença é o que Marx chama de mais-valia.

Em resumo os fundamentos marxistas eram:

- Crítica científica ao modo de produção capitalista
- Mais valia
- o modo de produção capitalista está fundado na exploração do trabalho assalariado
- Teoria do Valor Trabalho formulada de forma mais consistente.

### 1.1.6 O Pensamento Neoclássico (ou Marginalista)

- William Stanley Jevons (1835-1882) - inglês
- Carl Menger (1840-1921)- austríaco
- Léon Walras (1834-1910)- francês
- Vilfredo Pareto (1848-1923)- italiano
- Alfred Marshall (1842-1924)- inglês

Com a consolidação da análise neoclássica, a partir de 1870, a expressão Economia Política passou a ser usada preferencialmente no contexto da análise marxista. Com o termo Economia, tem-se uma visão mais restrita do sistema econômico. As relações sociais desaparecem e a Economia é vista por seu lado técnico, histórico e abstrato. Os fenômenos econômicos são encarados como um processo mecânico, matematicamente demonstrável e determinado. Assim, supõe-se que a economia é formada por um grande número de pequenos produtores e consumidores, incapazes de influenciar isoladamente os preços e as quantidades no mercado.

Os consumidores, de posse de determinada renda, adquirem bens e serviços de acordo com seus gostos, a fim de maximizarem sua utilidade total, derivada do consumo ou posse das mercadorias. Essa é uma concepção hedonista, segundo a qual o homem procura o máximo prazer, com um mínimo de esforço.

Assim, enquanto na Escola Clássica e em Marx o valor é determinado pela quantidade de trabalho incorporado na mercadoria, na Escola Marginalista, o valor depende da utilidade marginal. Desse modo, quanto mais raro e útil for um produto, tanto mais ele será demandado e valorizado e tanto maior será o seu preço.

Dados os preços de mercado, os produtores adquirem os fatores de produção necessários a fim de combiná-los racionalmente e produzir as quantidades que maximizarão seus lucros. Os fatores têm preços determinados por sua escassez e

utilidade no processo produtivo. Não há mais conflito entre as classes sociais na distribuição do produto, mas harmonia entre os agentes.

No pensamento marginalista, cada proprietário dos recursos produtivos é remunerado por sua produtividade marginal, não havendo motivo, portanto, para qualquer conflito social. A concorrência entre os agentes econômicos regula a oferta e a demanda de bens e fatores. Supõe-se que exista perfeita flexibilidade de preços e salários, de sorte que se estabelece automaticamente o equilíbrio dos mercados, levando em conta cada indivíduo e a economia em seu conjunto ao máximo bem-estar social.

A essência do pensamento marginalista pode ser sintetizada nos seguintes pontos:

1. raciocínio na margem: a decisão de produzir ou consumir vai depender do custo ou benefício proporcionado pela última unidade;
2. abordagem microeconômica: o indivíduo e a firma estão no centro da análise, havendo no mercado um único bem homogêneo e um preço de equilíbrio;
3. método abstrato-dedutivo: abstração teórica, argumentação lógica e conclusão;
4. concorrência pura nos mercados: sendo o monopólio uma exceção; muitos vendedores e compradores concorrem no mercado por bens e serviços; as firmas são pequenas e não conseguem influenciar o preço de mercado;
5. ênfase na demanda: a demanda é o elemento crucial para determinar os preços, ao contrário dos clássicos que enfocavam a oferta, ou custo de produção;

6. teoria da utilidade: a utilidade que as pessoas têm no consumo dos bens, determinada por seus gostos, influencia as quantidades demandadas de cada bem e, então, seus preços. Há uma ênfase em aspectos psicológicos, com a consideração da abordagem hedonista de prazer (satisfação) e sofrimento (custos);
7. teoria do equilíbrio: as variáveis econômicas interagem e o sistema manifesta uma tendência ao equilíbrio pelas livres forças de mercado;
8. direitos de propriedade: cada proprietário recebe pela posse de um fator de produção;
9. racionalidade: as firmas e consumidores maximizam lucro ou satisfação e não agem por impulso, capricho ou por objetivos humanitários;
10. laissez-faire: ou liberdade de mercado; toda e qualquer interferência nos automatismos do mercado gera custos e reduz o bem-estar social.

Em meados do século XX, a Economia passou a abarcar dois grandes enfoques: (a) a Microeconomia, que trata da firma e da indústria em particular, do preço e do mercado de um bem ou serviço, bem como do indivíduo, como consumidor que detém poder de compra; e (b) a Macroeconomia, que se ocupa dos agregados, como a inflação, a taxa de câmbio, a renda nacional, a poupança, o investimento, a função consumo, o balanço de pagamentos, etc.

### 1.1.7 O Pensamento Keynesiano

Em sua obra, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, (1936), John Maynard Keynes (1883-1946) refutou a idéia de equilíbrio com pleno emprego de fatores, pela rigidez de salários e preços.

Segundo ele, há desemprego involuntário e em função disso, a economia opera com capacidade ociosa. Para elevar os níveis de emprego e de renda, maximizando-se o bem-estar social, torna-se necessário estimular a propensão a investir dos empresários. O Estado atua nesse sentido, realizando políticas monetárias e fiscais. Desse modo, ele realiza gastos e influencia as expectativas empresariais e o próprio nível de investimentos. Através dos efeitos de multiplicação e de aceleração, expande-se o nível de renda e de emprego.



Keynes explicou que o valor dos bens e serviços produzidos pelas empresas tem uma contrapartida de renda, que são os salários, juros, aluguéis, impostos e lucros; que essas rendas, encaradas como custos pelas empresas, na verdade vão ser gastas em novos bens e serviços. O mesmo raciocínio vale para a economia em seu conjunto. Se a população não pode gastar, por não ter um emprego, a economia estará impossibilitada de produzir.

Esse é o fluxo circular de produto e renda, cujo funcionamento não é automático e possui vazamentos: parte do dinheiro não é gasto e permanece entesourado (em casa ou nos bancos). Desse modo, a demanda efetiva tende a ficar aquém das possibilidades de produção da economia. (Keynes identificou outros vazamentos que são as importações e o pagamento de impostos).

Para que esses vazamentos sejam compensados, em caso de recessão (demanda efetiva < total de produção), é preciso que:

- a) os bancos elevem seus empréstimos para consumo e investimento;
- b) as exportações sejam estimuladas;
- c) o Governo aumente seus gastos.

Maior fluxo de renda estimulará a demanda agregada, retomando o caminho da prosperidade.

No entanto, é necessário que os gastos com investimento (I) sejam iguais às poupanças (S) realizadas em cada período. Como as rendas aumentam com a prosperidade geral da economia e o consumo não cresce na mesma proporção, haverá uma tendência de (S) expandir-se de um modo mais acelerado. Assim, o (I) precisa crescer cada vez mais.

Sendo  $S > I$ , o Governo precisa aumentar seus gastos para compensar o excesso de poupança. Keynes preferia que os gastos do Governo fossem investimentos em áreas sociais, como escolas, estradas e hospitais, que acabariam beneficiando também o setor produtivo.

Os princípios fundamentais da economia keynesiana podem ser resumidos nos seguintes pontos:

- 1) Inter-relação entre a renda nacional e os níveis de emprego. Os determinantes diretos da renda e do emprego são os gastos com consumo e investimento. O gasto público constitui uma adição ao gasto total. A situação de pleno emprego é só um caso especial; o caso geral e característico é o de equilíbrio com desemprego. Quando o gasto em consumo e investimento é insuficiente para manter o pleno emprego, o Estado deve estar disposto a aumentar o fluxo de renda por meio de gastos financeiros por déficit orçamentário.
- 2) Determinantes da renda e do emprego, ou os determinantes do gasto em consumo e investimento. Keynes supunha que o consumo está

determinado pelo volume de renda; isto é, para cada nível de renda, o gasto em consumo é uma proporção dada da renda, e esta proporção cai quando a renda aumenta. O nível de consumo varia com a renda, enquanto a renda varia, por sua vez, porque os investimentos ou o gasto público variam e isto ocorre de uma forma multiplicativa.

- 3) Keynes dizia que o gasto com investimento era determinado pela taxa de juros e pela eficácia marginal do capital (ou taxa de retorno esperada sobre o custo de novos investimentos). A eficácia marginal do capital depende da expectativa diante dos lucros futuros e do preço de oferta dos ativos de capital. A taxa de juros era definida como uma recompensa pelo sacrifício da liquidez (ou o desejo de manter a riqueza em forma de ativos financeiros líquidos) e da quantidade de dinheiro em circulação mais depósitos. (Em resumo, as três influências psicológicas sobre a renda e o emprego são: a propensão ao consumo, o desejo por ativos líquidos e a taxa de retorno esperada dos novos investimentos. Para Keynes o sistema de livre mercado (ou laissez-faire) ficou antiquado e que o Estado deve atuar ativamente para fomentar o pleno emprego, forçando a taxa de juros para baixo (e assim estimular o investimento); e redistribuindo a renda com o objetivo de estimular os gastos de consumo. Para Keynes o Estado deve atuar intensamente para que se possa estabilizar a economia no nível de pleno emprego.

**Saiba mais....**

- ❖ Sobre a vida e obra dos principais economista em :  
<http://www.pensamentoeconomico.ecn.br>
- ❖ [http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=160&Itemid=110](http://www.cofecon.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=160&Itemid=110)

### **Atividades de Aprendizagem**

1. Quando efetivamente surgiu a Economia como ciência no cenário mundial?
2. Fale sobre o significado das idéias de Adam Smith para o estudo da Economia?
3. Qual a força da Escola Neoclássica na Economia?
4. Hoje você acha que os pensamentos Marxistas estão presente? Onde?
5. Você já ouviu falar da crise de 1929? Seria interessante que você fizesse uma pequena pesquisa sobre esse assunto.

## 1.2 CONCEITOS ECONÔMICOS FUNDAMENTAIS

A disciplina Economia, que estamos estudando, se interessa por coisas ditas comuns. No Século XIX, Alfred Marshall disse que a Economia procura estudar os negócios comuns da vida da humanidade, hoje a Economia continua estudando e tentando entender como esses negócios comuns funcionam: Como funciona nosso sistema Econômico? Quando e por que o sistema econômico entra em crise, ocorrendo mudanças no comportamento das pessoas empresa e governo ?

Etimologicamente, a palavra "*economia*" vem dos termos gregos *oiko* (casa) e *nomos* (norma, lei), e pode ser compreendida como "*administração da casa*". Em resumo, Economia estuda a maneira como se administra os recursos escassos com o objetivo de produzir bens e serviços, e com distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade.

Segundo Mankin (2005, p.3), "*...cada família precisa alocar seus recursos escassos e seus diversos membros, levando em consideração as habilidades, esforços e desejos de cada um.*"

Os recursos produtivos também chamados de fatores de produção, são os elementos utilizados no processo de fabricação dos mais variados tipos de bens (mercadorias ) e utilizados para satisfazer as necessidades humanas. Todas as pessoas sentem necessidade de consumir, tanto alimentos, água e ar , quanto por **bens de consumo** como televisão., computadores, máquinas , etc.

Segundo Mankiw (2005), não há nada de

### GLOSSÁRIO

**Recurso** – insumo ou fator de produção, um material que seja necessário em uma construção ou um processo de produção. Fonte: Sandroni,(2003)

**Bens de consumo** – bem comprado para satisfazer desejos e necessidades pessoais, tais como: sabonete, refrigerante, lápis e outros. Nem sempre o consumidor é aquele que compra o bem, mas sim aquele que usa. Fonte: Lacombe (2004)

misterioso sobre o conceito de economia, em qualquer parte do mundo, uma economia é um grupo de pessoas que estão interagindo umas com as outras e dessa forma, vão levando a vida.

Existem duas coisas que precisamos entender quando se quer compreender uma economia, primeiro é saber como são tomadas as decisões das pessoas e segundo é saber como as pessoas interagem.

Vamos começar a entender como as pessoas tomam decisões. São quatro os princípios que norteiam essa primeira questão:

1. As pessoas precisam fazer escolhas e essas escolhas não são de graça. Elas precisam ser feitas tendo em vista que os recursos são escassos;
2. As pessoas enfrentam *trade-off's*, ou seja, o custo real de algumas coisas é o que o indivíduo deve despende para adquiri-lo, o custo de um produto ou serviço é aquilo do que tivemos de desistir para consegui-lo;
3. As pessoas são racionais, isto significa que as pessoas e as empresas podem melhorar seu processo de decisão pensando na margem;
4. As pessoas regam a estímulos. Como elas tomam suas decisões levando em conta os benefícios e seus custos, qualquer alteração nessas variáveis pode alterar o comportamento da sua decisão.

A segunda questão básica que norteia o processo econômico é como as pessoas interagem, ou seja, como as economias funcionam. Em geral isto se dá através dos mercados.

Os mercados são geralmente bons

#### GLOSSÁRIO

**Produtividade** – relação entre os produtos obtidos e os fatores de produção empregados na sua obtenção. A produtividade é o quociente que resulta da divisão entre a produção obtida e um dos fatores empregados na produção (insumo)

Fonte: Lacombe (2004)

organizadores da atividade econômica. Entretanto, os mercados às vezes falham e, que por isso, os governos podem melhorar os resultados do mercado.

A idéia de que há ganhos com o comércio foi introduzida na Economia de forma bem elaborada em 1776, por Adam Smith, com o seu livro *Riqueza das Nações*. Os ganhos do comércio são oriundos, sobretudo, da divisão do trabalho, portanto, da especialização. O fundamento que fica é que a economia como um todo pode produzir mais e melhor quando cada pessoas se especializa em uma tarefa. Isto aumenta a **produtividade** do sistema, aumentando assim a quantidades de bens e serviços a disposição das pessoas

Podemos dizer que a questão da capacidade de produzir bens e serviços está relacionada ao nível de produtividade do país. Para Romer (2002), o que explica as grandes diferenças de padrão de vida entre os países ao longo do tempo é a diferença de produtividade entre eles. Dessa maneira, onde a produtividade das pessoas é maior, ou seja, produzem mais bens e serviços em menos tempo, o padrão de vida é maior.

## **1.2.1 As Necessidades, Os Bens Econômicos e os Serviços**

### **1.2.1.1 Necessidade Humana:**

É a sensação de carência de algo unida ao desejo de satisfazê-la.

Necessidade humana é um estado em que percebe alguma privação. Podem ser: físicas básicas; sociais; individuais etc... Segundo a pirâmide de Marslow, as necessidades obedecem a uma hierarquia.

Podemos dividir as necessidades humanas em:

- Primárias, naturais ou vitais - São aquelas imperiosas, isto é, que devem ser satisfeitas para garantir a subsistência do homem.

Exemplo: alimentação, habitação, vestuário, medicamentos, etc.

- Secundárias, sociais ou artificiais - São aquelas criadas pela civilização do homem. O não atendimento implica apenas num sofrimento não fatal. O homem pode viver sem saciar as necessidades secundárias.

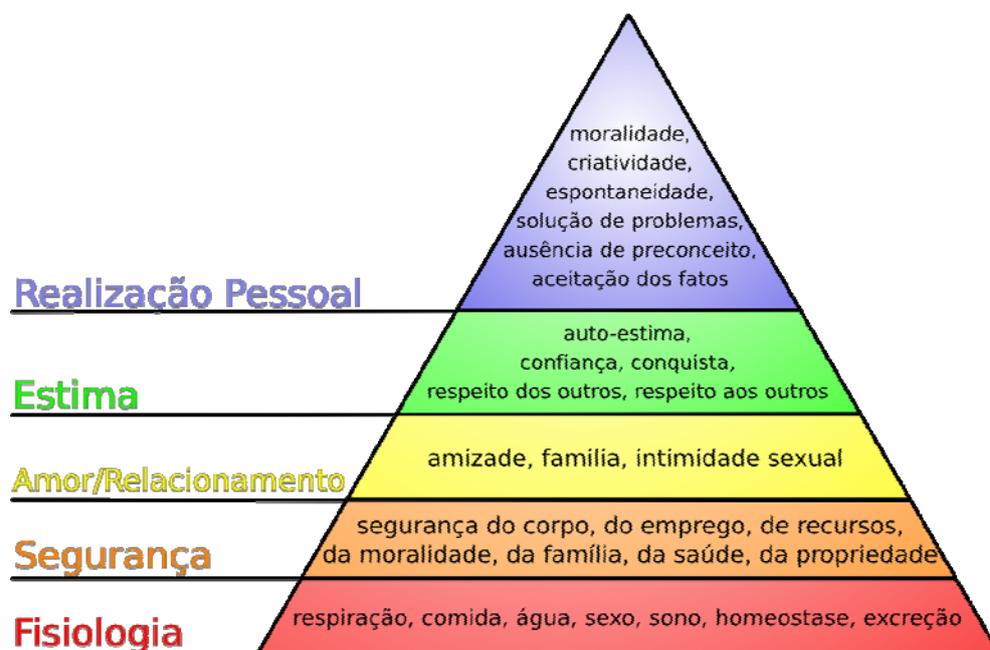
Exemplo: cinema, rádio, gravata, etc.

As necessidades podem ainda ser:

- Individuais e
- Sociais

### Necessidades Individuais

Das múltiplas classificações disponíveis na literatura sobre as necessidades individuais, a Teoria de Maslow ou Teoria das Necessidades Humanas é conhecida como uma das mais importantes teorias de motivação, sendo referência para diversos autores nas áreas da Psicologia, do Direito, da Administração e da própria Economia.



### Necessidades da Sociedade

- coletivas: (partem do indivíduo e passam a ser da sociedade): transporte
- públicas: (surgem da mesma sociedade)
  - ordem pública, polícia, justiça, educação, etc.

### 1.2.1.2 Bens

É tudo aquilo que satisfazem direta ou indiretamente os desejos e necessidades dos seres humanos.

#### **Bens livres:**

- São aqueles bens abundantes e úteis aos homens, mas fora do contexto da economia.

#### **Bens econômicos:**

- São aqueles bens úteis e escassos em quantidade, dada a sua procura (utilidade suscetível de atender a determinada necessidade dos consumidores.)

#### **Bens Econômicos**

Os bens econômicos classificam-se em dois grupos

#### **Bens livres:**

São aqueles bens abundantes e úteis aos homens, mas fora do contexto da economia.

#### **Bens econômicos:**

São aqueles bens úteis e escassos em quantidade, dada a sua procura (utilidade suscetível de atender a determinada necessidade dos consumidores.)

**Os bens materiais classificam-se em:**

a) **bens de consumo final:** são aqueles adquiridos pelas famílias.

- **bens de consumo durável** (são aqueles utilizados por um tempo relativamente longo) ex.: refrigerador, enceradeira, automóvel, etc.
- **bens de consumo não-durável** (são aqueles utilizados apenas uma vez ou poucas vezes) ex.: alimento, vestuário, etc.

b) **bens de capital:** são bens de produção, ou seja, aqueles utilizados pelas empresas para a fabricação de outros bens; tem ciclo longo no processo produtivo. Exemplo.: prédios, construções, meios de transporte, máquinas, equipamentos, etc.

- **bens de consumo intermediário:** são aqueles utilizados pelas empresas, para a fabricação de outros bens, ex.: matéria-prima, peças de reposição, componentes, aço, etc. Tem ciclo curto no processo produtivo e devem sofrer transformações antes de se converter em novos bens.
- **Bens finais:** são bens acabados, pois já passaram por todas as etapas de transformação possíveis.

Os bens podem ser classificados, ainda, em:

**Bens públicos:** são bens não exclusivos e não disputáveis. Exemplo: justiça, transporte, segurança.

**Bens privados:** são bens exclusivos e disputáveis. São produzidos e possuídos privadamente. Exemplo: TV, carro computadores, etc.

### 1.2.1.3 Serviços

O trabalho, quando não é destinado à criação de bens (ou objetos materiais) pode visar à produção de serviços. Os serviços também se destinam a satisfazer as necessidades humanas:

- transportador ou agente de vendas: distribuição de produtos;
- artistas de cinema e teatro, escritor ou cantor: necessidades culturais;
- outros serviços: bancos, seguros, corretores, etc.

### 1.2.2 Fatores de Produção

São os recursos ou elementos básicos utilizados na produção de bens e serviços. São eles: **terra, trabalho e capital**.

**Terra:** (ou recursos naturais) É em sentido amplo o solo cultivável e os recursos naturais que contém como água, minerais, madeira, etc.

**Trabalho:** São as faculdades físicas, mentais e intelectuais dos seres humanos que intervém no processo produtivo.

**Capital:** São os bens e serviços, como máquinas e equipamentos, edifícios e construções, ferramentas, meios elaborados e demais meios utilizados no processo produtivo.

- capital fixo;
- capital circulante;
- capital financeiro, etc.

### 1.2.3 Agentes Econômicos

Os agentes econômicos são pessoas de natureza física ou jurídica que, através de suas ações, contribuem para o funcionamento do sistema econômico.

- **EMPRESAS** - agentes encarregados de produzir e comercializar bens e serviços;
- **FAMÍLIAS** - são os agentes responsáveis pelo consumo dos bens e serviços;
- **GOVERNO** - organizações que atuam sob o controle do Estado.

<http://www.fontedosaber.com/administracao/conceitos-basicos-da-ciencia-economica.html>

❖ <http://www.brasilecola.com/sociologia/o-que-sao-recursos-produtivos.htm>

### Atividades de Aprendizagem

6. Liste e explique sucintamente os quatro princípios da tomada de decisão. Depois, observe as reais situações de seu cotidiano e veja se são aplicados a elas os quatro princípios
7. Liste os bens e serviços livres e econômicos no seu município. O que você achou dessa lista?
8. Liste os principais bens de capital e de consumo existentes no seu município.
9. Os bens públicos foram considerados como não disputáveis e não exclusivos. Explique cada um desses termos e mostre de que maneira o bem público é diferente de um bem privado.
10. Do que é composto os fatores de produção e para que eles servem?

## 2 UNIDADE 2 - MENSURAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

O **objetivo** desta unidade é fazer com que você aluno(a) conheça o funcionamento do sistema econômico, seus principais indicadores, como e feita a mensuração das atividades econômicas. É importante que, depois de ler esta Unidade, você entenda como funciona o sistema econômico e compreenda o funcionamento de uma economia de mercado centralizada, mista e planificada. Assim, poderá distinguir as diferenças existentes entre as estruturas de mercado.

### ***2.1 ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA***

De um ponto de vista global, a sociedade de cada país está organizada para desenvolver as atividades econômicas de produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços de uma forma que chamamos de "sistema econômico".

Toda economia opera segundo um conjunto de regras e regulamentos. Ex. As empresas devem ter licenças específicas a fim de que possam produzir e vender seus produtos; os trabalhadores devem ser registrados em carteira; os contabilistas, a fim de que possam exercer sua profissão devem ser formados em escolas oficialmente reconhecidas, além de terem de ser filiados ao órgão de classe (no caso o Conselho Regional de Contabilidade). Faz-se o mesmo tipo de exigência para os profissionais de diversas categorias tais como médicos, engenheiros, advogados, economistas, etc.

Essas são apenas algumas das muitas regras existentes em nossa economia. Assim, todas as leis, regulamentos, costumes e práticas tomados em

conjunto, e suas relações como os componentes de uma economia (Empresas, Famílias e Governo) constituem um "Sistema Econômico".

**Sistema Econômico** é o conjunto de relações técnicas, básicas e institucionais que caracterizam a organização econômica de uma sociedade. Essas relações condicionam o sentido geral das decisões que se tomam em toda a sociedade e os ramos predominantes de sua atividade.

Todo sistema econômico deve tratar de responder às três perguntas seguintes:

1. **Que bens e serviços produzir e em que quantidade?** Deve-se escolher entre mais estradas asfaltadas ou ferrovias, ou mais escolas ou hospitais, ou deve-se produzir mais alimentos ou mais bens de capital.
2. **Como produzir** tais bens e serviços? Toda sociedade deve determinar quem vai ser responsável pela produção, que meios e técnicas serão empregados e quais serão os métodos e organização seguidos no processo produtivo.
3. **Para quem produzir?** Como vai se distribuir o total da produção nacional entre os diferentes indivíduos e famílias.

Para responder às perguntas anteriores, existem basicamente três mecanismos ou sistemas: economia de mercado, economia de planificação central e a economia mista.

### **2.1.1 Economia de Mercado**

O sistema de "Economia de Mercado" é típico das economias capitalistas, as quais têm, como característica básica, a propriedade privada dos meios de produção e sua operação tendo por objetivo a obtenção de lucro, sob condições em que

predomine a concorrência. (concorrência entre os vendedores de bens similares, para atrair clientes; concorrência entre compradores, para garantir os bens que desejam; concorrência entre trabalhadores, para obter empregos; concorrência entre empregadores, para conseguir trabalhadores).

Em uma economia baseada na propriedade privada e na livre iniciativa, os agentes econômicos (indivíduos e empresas) preocupam-se em resolver isoladamente seus próprios problemas tentando sobreviver na concorrência imposta pelos mercados.

Neste tipo de sistema econômico, os consumidores e empresas, agindo individualmente, interagem através dos mercados acabando por determinar o que, como e para quem produzir.

#### **2.1.1.1 O Sistema de Preços**

Em uma economia de mercado a ação conjunta de indivíduos e empresas permite que milhares de mercadorias sejam produzidas de maneira espontânea, sem que haja uma coordenação geral das atividades econômicas. Na verdade, existe um mecanismo de preços automático e "inconsciente" que trabalha, garantindo o funcionamento do sistema econômico, dando a ele uma certa ordenação, de maneira tal que tudo é realizado sem coação ou direção central de qualquer organismo consciente.

Em um mercado livre, caracterizado pela presença de um grande número de compradores e vendedores, os preços refletem as quantidades que os vendedores desejam oferecer e as quantidades que os compradores desejam comprar de cada bem.

Em uma economia de mercado, tanto os bens e serviços quanto os recursos produtivos têm seus preços e quantidades determinados pelo livre jogo da oferta e procura, ou seja, pela livre concorrência. Do confronto entre oferta e

procura resulta um preço, e é esse preço que exerce uma função econômica básica. É ele, que por suas variações, orienta a produção e o consumo.

O mecanismo de preços é, portanto, um vasto sistema de tentativas e erros, de aproximações sucessivas, para alcançar o equilíbrio entre oferta e procura. O desejo das pessoas determinará a dimensão da procura, enquanto que a produção das empresas determinará a dimensão da oferta. O equilíbrio entre a oferta e a procura será atingido pela flutuação do preço.

O que vale para os mercados de bens e serviços, também vale para o mercado de recursos produtivos (terra, trabalho, capital e capacidade empresarial)

Em uma economia complexa e interdependente, as pessoas não conseguem dizer diretamente aos produtores o que desejam consumir. O mecanismo de mercado fornece, através dos preços, uma forma de comunicação indireta entre produtores e consumidores, possibilitando uma adaptação da produção às necessidades de consumo; possibilita, ao mesmo tempo, uma adaptação do consumo à escassez relativa dos diferentes tipos de bens e serviços.

### **2.1.1.2 O Que, Como e Para Quem Produzir**

Em uma economia de mercado o Estado não deve intervir em nenhum aspecto da atividade produtiva, devendo ficar sua ação restrita ao atendimento das necessidades coletivas, tais como a Justiça, a Educação, etc. Cabe ainda ao Estado o estabelecimento de regras visando proteger a liberdade econômica, zelando, assim, pelo livre jogo da oferta e procura.

- **O que produzir?**

Em um sistema econômico baseado nas ações apenas das famílias e das empresas, as próprias unidades familiares determinam o valor de cada bem ou serviço através do mercado. Quanto mais as pessoas desejarem um produto, atribuirão a ele

um valor cada vez maior. Como nesse tipo de economia o valor de cada bem é medido pelo seu preço, quanto maior for a disposição das pessoas em apoiar seus desejos com dinheiro, mais elevado deverá ser o preço desse bem. **Assim, a maneira pela qual as unidades familiares gastam a sua renda entre os diversos bens e serviços estabelece um sistema de avaliação entre os mesmos, ou seja, fornece uma estrutura de preços dentro do sistema econômico que possibilita às empresas, que perseguem o lucro, produzir aquilo que as pessoas desejam.**

O dinheiro entregue pelos consumidores às empresas servirá para pagar os salários, juros e dividendos que os consumidores, no papel de proprietários de recursos, recebem como renda mensal.

- **Como Produzir?**

O como produzir será determinado pela competição entre os diversos fabricantes. Em função da concorrência de preços resta ao produtor, na tentativa de maximizar seu lucro, optar pelo método de produção mais barato quanto possível, o que envolve, naturalmente, considerações a respeito dos preços dos fatores de produção a serem utilizados. Assim, se o fator capital é caro e o fator trabalho barato, as empresas procurarão se utilizar de técnicas que usem o fator trabalho mais intensivamente. Verifica-se, novamente, a existência de um mecanismo de preços orientando as decisões dos empresários quanto aos métodos produtivos a serem utilizados.

- **Para Quem Produzir?**

Em uma economia de mercado, a oferta e a procura de fatores de produção determina as taxas salariais, os aluguéis, as taxas de juros e os lucros que irão se constituir na renda das unidades familiares. A renda de cada família irá depender da quantidade dos diferentes recursos produtivos que ela pode oferecer no mercado de fatores e do preço que as empresas estão dispostas a pagar pela

utilização dos mesmos. Se um indivíduo dispuser somente de sua força de trabalho para oferecer no mercado de fatores, sua renda será determinada pelo salário que receber no mês.

Se o mesmo indivíduo for proprietário de terras e arrendá-las, sua renda mensal será acrescida pelo aluguel da terra, dado pelo arrendamento mensal da quantidade de terra arrendada.

Assim, em função da quantidade de recursos pertencentes a cada unidade familiar, teremos a distribuição de renda nesse tipo de economia. Uma vez que a quantidade de bens e serviços apropriados por família está limitada por seus rendimentos, tanto maior será a participação de cada unidade familiar na determinação de "para quem produzir" quanto maior for a sua renda.

### **2.1.1.3 O Fluxo Circular da Atividade Econômica**

O diagrama apresentado na figura 1 mostra, ainda que de maneira simplificada, a maneira pela qual em uma economia de mercado o mecanismo de preços ajusta a oferta e procura das famílias à oferta e procura das empresas.

Fazem parte de uma economia de mercado dois tipos de agentes econômicos: as famílias e as empresas. Ela é composta, ainda, por dois tipos de mercados: o mercado de bens de consumo e serviços e o mercado de recursos produtivos.

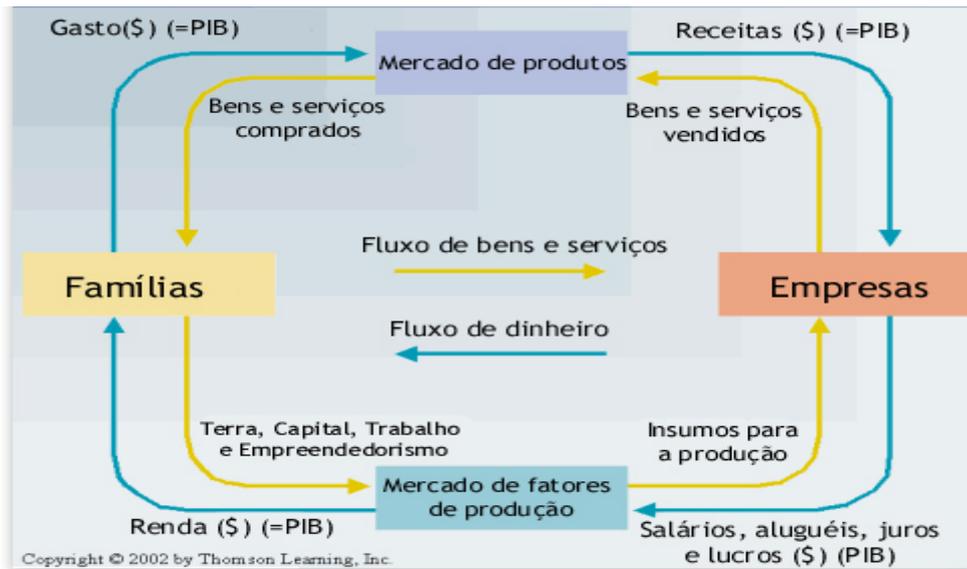


Figura 1 Diagrama do Fluxo Circular

Analisemos, primeiro, a metade superior do diagrama. As famílias desejam satisfazer suas necessidades através da aquisição dos mais variados tipos de produtos. Estabelece-se, então, uma procura por bens e serviços (roupas, alimentos, remédios, serviços médicos, etc.).

A quantidade de bens que uma unidade econômica familiar pode adquirir é limitada pela sua renda. Quanto mais elevada for sua renda, mais bens de consumo poderá comprar.

As empresas, por sua vez, buscam a obtenção do máximo lucro vendendo seus produtos às unidades familiares.

Através da interação entre oferta e procura teremos a determinação de preços e quantidades transacionadas de cada bem, equacionando-se a questão de "o que produzir". Estabelece-se, então, um fluxo real de mercadorias e serviços das empresas às famílias. Em contrapartida cria-se também um fluxo de moeda das famílias às empresas como pagamento pelos produtos adquiridos.

A metade inferior do diagrama nos mostra o processo de formação de preços dos recursos produtivos no mercado de fatores de produção.

As famílias, na qualidade de proprietários dos recursos produtivos, agem no mercado de fatores ofertando terra, trabalho, capital e capacidade empresarial.

As empresas, por sua vez, empenham-se na compra e contratação de fatores produtivos junto às famílias estabelecendo-se, então, uma procura por esses recursos.

Do confronto entre oferta e procura dos fatores de produção teremos a formação de seus preços, que indicarão aos produtores o "como produzir".

Teremos então um fluxo real de recursos das famílias para as empresas. Estas, em contrapartida, pagarão às famílias, sob a forma de moeda, os salários, aluguéis, juros e lucros correspondentes à utilização dos serviços dos fatores, ficando estabelecido, dessa forma, um fluxo monetário das empresas para as famílias.

A questão distributiva (o "para quem produzir") será equacionada simultaneamente às demais. A quantidade de fatores pertencentes a cada unidade familiar e o preço desses fatores irá determinar a distribuição de renda; e maior será a participação da unidade familiar na determinação de "o que produzir" quanto maior for sua renda.

### **2.1.2 Economia Planificada Centralmente**

Esse tipo de organização econômica é típica dos países socialistas, em que prevalece a propriedade estatal dos meios de produção. Nesse tipo de sistema as questões de "o que", "como" e "para quem" produzir não são resolvidas de maneira descentralizada, via mercados e preços, mas pelo planejamento central em que a maior parte das decisões de natureza econômica são tomadas pelo Estado.

A ação governamental se faz presente através de um órgão central de planejamento, a quem cabe elaborar os planos de produção de todos os setores econômicos. Tais planos são elaborados a partir de um levantamento não só das

necessidades a serem atendidas como também dos recursos e técnicas disponíveis para a produção, a fim de dimensionar o que cada empresa, seja ela agrícola, comercial ou industrial, pode realmente produzir.

Identificadas as disponibilidades existentes, fixam-se as metas de produção, ou seja, as quantidades a serem produzidas de cada bem procurando, na medida do possível, atender as necessidades de consumo da sociedade. Equaciona-se, desta forma, a questão "o que e quanto" produzir.

Cabe, da mesma forma, ao órgão de planejamento determinar os processos de produção a serem utilizados. O Poder Central distribui não só as tarefas do plano, mas também os meios de produção, tanto materiais como financeiros. O órgão central de planejamento determina como designar a produção às diferentes fábricas e esforça-se para que cada fábrica tenha os fatores de produção necessários para poder obter a quantidade exigida. Fica então resolvida a questão "como" produzir.

A questão "para quem" produzir, que trata da maneira pela qual a produção total de bens e serviços será distribuída entre os indivíduos é também resolvida pelo órgão de planejamento, a quem cabe determinar os salários dos diferentes tipos de profissão. Nesse tipo de economia, existe um "sistema de preços" que são meros recursos contábeis que ajudam a controlar a eficiência com que os produtos são produzidos. Assim, caso alguma empresa que esteja produzindo de maneira ineficiente acusará "prejuízo financeiro". Caso contrário, surgirá o "excedente".

### **2.1.3 Economia Mista**

Nos sistemas de economia mista, uma parte dos meios de produção pertence ao Estado (empresas públicas) e a outra parte pertence aos setor privado (empresas privadas). Na realidade, as organizações econômicas descritas

anteriormente (Economia de Mercado e Economia de Planejamento Central) nunca existiram em sua forma mais pura. O que se observa nos diversos países é uma mescla desses dois sistemas que ora se aproxima de um tipo de organização, ora do outro, conforme o **grau de participação do Estado na economia**.

Nesse tipo de sistema, cabe ao Estado a orientação e controle de muitos aspectos da economia. Para tanto, ele se utiliza das empresas públicas e de outros instrumentos, tais como a legislação, a tributação, o orçamento governamental, etc.

### **2.1.3.1 O Que Produzir?**

Em um sistema de economia mista, em que existe propriedade privada dos meios de produção, o Estado não pode determinar ao empresário o que produzir. O Estado não pode, por exemplo, determinar a um agricultor que plante arroz em vez de milho, ou a um industrial que produza tecidos em vez de calçados. Pode, entretanto, influir indiretamente para resolver a questão "o que" produzir.

O Estado pode, por exemplo, através da tributação, sinalizar aos produtores aquilo que deve ser produzido. É o caso de isenção ou mesmo de redução de impostos em alguns setores (indústria automobilística, por exemplo) e a concessão de incentivos fiscais em outros. Outro instrumento é o controle do crédito. Por exemplo, crédito subsidiado para algumas atividades, com a finalidade de estimulá-las. Outra maneira de o Estado intervir é através de suas empresas públicas, que se destinam a produzir bens e serviços necessários à coletividade e que o setor privado não se interessa ou não tem condições de explorar uma vez que exigem elevados investimentos e apresentam retorno lento (saneamento básico, transporte, energia, etc.)

Não obstante a intervenção do Estado na economia, os produtores numa economia mista, ao decidirem "o que produzir" seguem, também, as indicações fornecidas pelo sistema de "preços".

### **2.1.3.2 Como Produzir?**

A questão "como produzir" em um sistema misto é solucionada distintamente, conforme se enfoque o setor público ou o setor privado da economia. A nível do setor público, essa questão é resolvida de acordo com o planejamento governamental em que o importante não é a obtenção de lucros, mas o atendimento adequado das necessidades da coletividade. No âmbito do setor privado, a questão é solucionada de acordo com a concorrência.

### **2.1.3.3 Para Quem Produzir?**

Nos sistemas de economia mista a questão distributiva é resolvida, em geral pelo sistema de preços.

Entretanto, aos detentores de renda mais baixa o Estado oferece ensino gratuito, assistências médica, jurídica, além de outros serviços a que essa camada da população não tem acesso.

Além disso, o Estado procura criar mecanismos que garantam às pessoas o recebimento de uma renda que lhes permita satisfazer suas necessidades básicas. Por exemplo, a criação do seguro desemprego e o estabelecimento de salário mínimo.

## **2.2 MERCADO**

O mercado é o ambiente social ou virtual, para a realização de troca de bens e serviços. Também se pode entender como sendo a instituição ou organização mediante a qual os que ofertam (vendedores) e os que demandam (compradores) estabelecem uma relação comercial com o fim de realizar transações, acordos ou trocas comerciais. O mercado aparece a partir do momento em que se unem grupos de vendedores e de compradores, o que permite que se articule um mecanismo de oferta e procura.

Nas economias modernas, a maioria das decisões sobre o que e quanto produzir, como produzir e para quem produzir são tomadas nos mercados. Para que possamos determinar quais os compradores e vendedores estão participando do mercado, devemos observar a extensão do mercado.

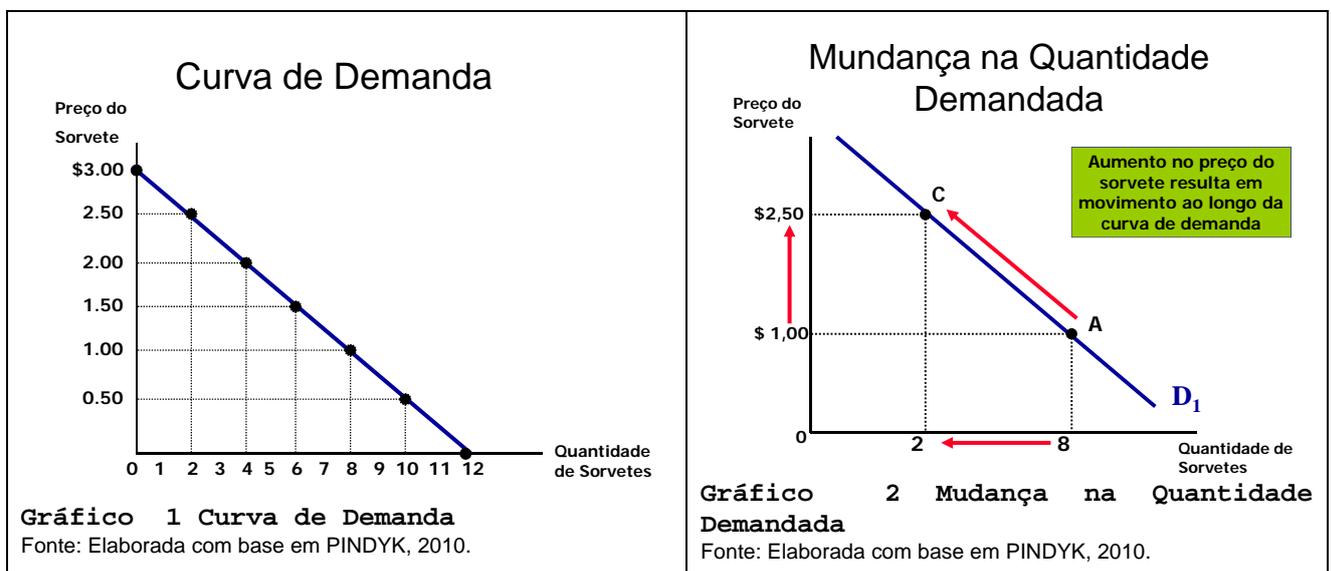
Tanto a oferta quanto a demanda fazem parte de um modelo econômico criado para explicar como os preços são determinados em um sistema de mercado. . Observe que os preços determinam quais famílias ou regiões serão beneficiadas com determinados produtos e serviços, e quais empresas receberão determinados recursos.

Na microeconomia, os economistas recorrem ao conceito de demanda para descrever a quantidade de bem ou serviço que uma família ou empresa decide comprar a um dado preço, assim, a quantidade demanda de um bem ou serviço refere-se a quantidade desse bem ou serviço que os compradores desejam e podem comprar.

A Teoria da Demanda deriva de algumas hipóteses sobre a escolha do consumidor entre diversos bens e serviços que um determinado orçamento doméstico permite. Essa teoria procura explicar o processo de escolha do consumidor diante das diversas possibilidades existentes. Devido a certa limitação orçamentária, o consumidor procura distribuir a renda disponível entre os diversos bens e serviços, de

maneira a alcançar a melhor combinação possível que possa lhe trazer o maior nível de satisfação. A demanda não representa a compra efetiva, mas a intenção de comprar por determinado preço.

A quantidade demandada de um bem ou serviço diminui quando o preço aumenta, e aumenta quando o preço diminui. Assim, a quantidade demandada é negativamente relacionada ao preço, como pode ser observado nos gráficos 01 e 02 abaixo:



As variáveis que podem deslocar a curva da demanda como um todo são:

- Renda (distribuição);
- Riqueza (distribuição);
- Fatores climáticos e sazonais;
- Propaganda;
- Preferência do consumidor
- Facilidade de crédito.

Os deslocamentos da curva da demanda estão ilustrados no gráfico 03

## Deslocamento da Curva de Demanda

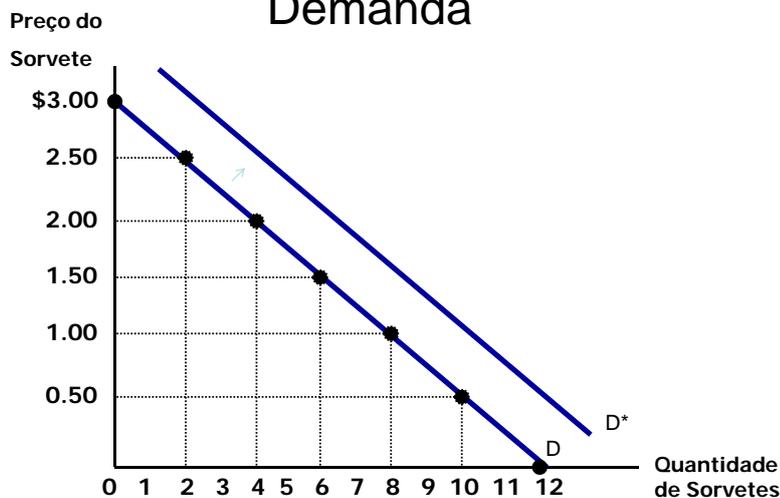
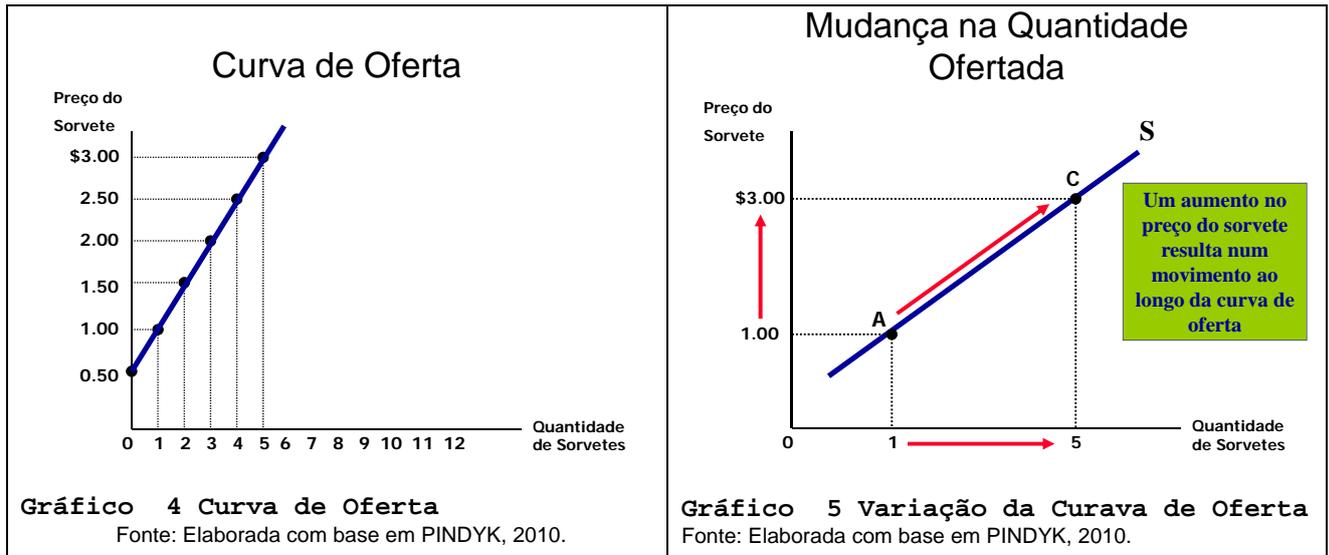


Gráfico 3 Variação da Curva de Demanda

Fonte: Elaborada com base em PINDYK, 2010.

A teoria de Oferta muda o foco da análise, pois o vendedor vai ao mercado com a meta de obter o maior lucro possível. O vendedor depara-se com uma restrição importante: a produção de bens e serviços requer a utilização de recursos produtivos, e essa quantidade depende do padrão tecnológico utilizado pela firma.

Podemos definir oferta como a quantidade de um bem ou serviço que os produtores (vendedores) desejam produzir (vender) por unidade de tempo. Nota-se que a oferta é um desejo, uma aspiração. Assim, a quantidade ofertada de um bem ou serviço refere-se a quantidade que os vendedores querem e podem vender. Dessa maneira, existe uma associação de comportamento dos preços com o nível de quantidade ofertada. A quantidade ofertada aumenta a medida que o preço aumenta e cai quando o preço se reduz. Logo, a quantidade ofertada está positivamente relacionada com o preço do bem e serviço, segundo pode ser verificado nos gráficos 04 e 05 a seguir:

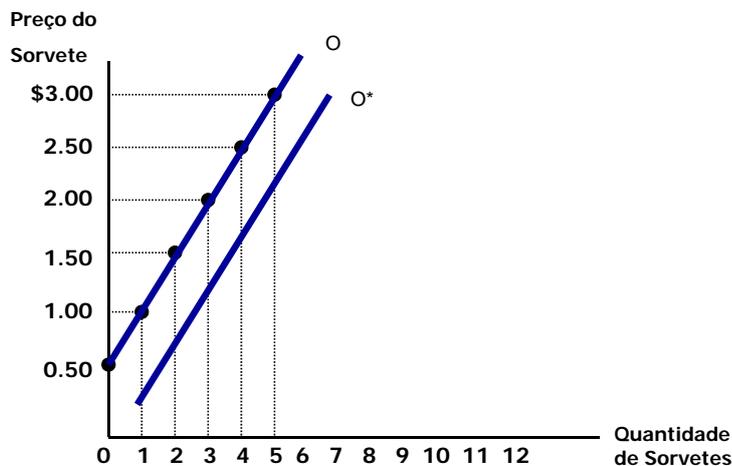


As variáveis que podem deslocar a curva da oferta como um todo são:

- Disponibilidade de insumo;
- Tecnologia;
- Expectativa; e
- Número de vendedores.

O gráfico 06 demonstra o deslocamento a que estamos nos referindo.

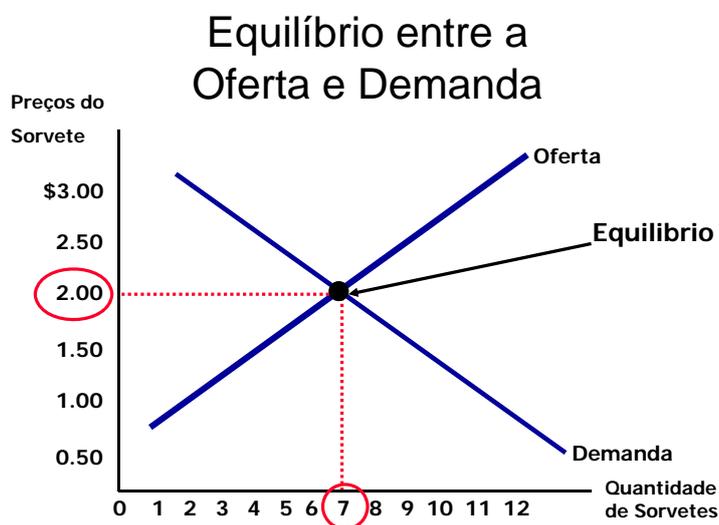
### Deslocamento da Curva de Oferta



**Gráfico 6 Deslocamento da Curva de Oferta**  
Fonte: Elaborada com base em PINDYK, 2010.

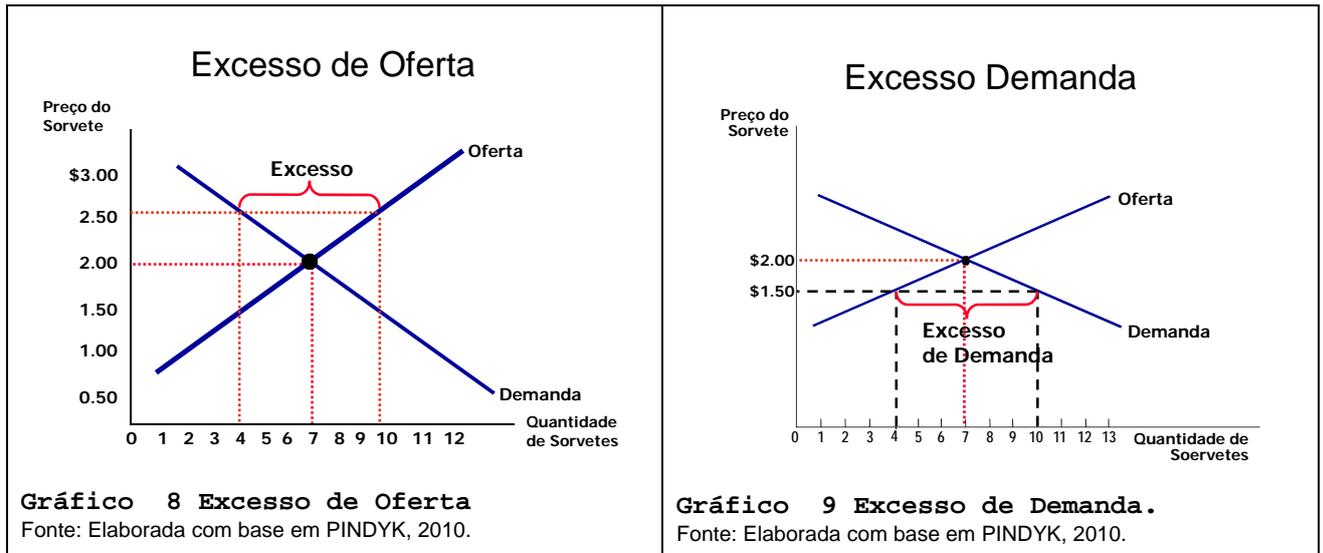
Já apresentamos a você as mais diferentes condutas dos consumidores (demanda) e dos produtores (oferta) em separado. Agora, vamos combiná-las para, numa interpretação conjunta, verificarmos como se determinam a quantidade e o preço de equilíbrio de um bem ou serviço vendido no mercado.

A intersecção das curvas de oferta e de demanda, que identifica o ponto em que tanto os consumidores quanto os produtores se encontram satisfeitos e dispostos a agir, é o que ficou conhecido como equilíbrio de mercado e está demonstrado no gráfico 07.



**Gráfico 7 Equilíbrio das Curva de Oferta e Demanda**  
Fonte: Elaborada com base em PINDYK, 2010.

Já nos gráficos 8 e 9 podemos perceber que qualquer situação fora do ponto de equilíbrio caracteriza-se um desequilíbrio. Caso a oferta seja superior a demanda, há excesso de oferta (gráfico 08), e caso a demanda seja maior que a oferta, há excesso de demanda (gráfico 09). Nota-se que o processo de ajuste ocorre sempre via preços, ou seja, a quantidade ofertada ou demandada é a variável dependente, e os preços, a variável independente.



No contexto discutido, há uma afirmação chave: preço e quantidade de equilíbrio dependem da posição das curvas de oferta e demanda, quando, por algum motivo uma dessas curvas se desloca, o equilíbrio do mercado muda. Na Teoria Econômica, essa análise é conhecida como estática comparativa, porque envolve a comparação de duas situações estáveis - um equilíbrio inicial e um novo equilíbrio.

## 2.3 ESTRUTURA DE MERCADO

Na estrutura de mercado clássica, podemos distinguir dois casos extremos: O monopólio e a concorrência-perfeita. A seguir vamos analisar estas duas e mais outras que são de grande importância para o mercado. No quadro abaixo temos uma síntese das estruturas de mercado.

Quadro 1 Estruturas de mercado

NÚMERO DE VENDEDORES	NÚMERO DE COMPRADORES			
	Um	Pequeno	Grande	
			Produto Homogêneo	Produto Diferenciado
Um	Monopólio Bilateral	Quase-Monopólio	Monopólio	-----
Pequeno	Quase-Monopsônio	Oligopólio Bilateral	Oligopólio Puro	Oligopólio Diferenciado
Grande	Monipsônio	Oligopsônio	Concorrência Perfeita	Concorrência monopolística

### a) Concorrência Perfeita:

É uma situação de mercado na qual o número de compradores e vendedores é tão grande que nenhum deles, agindo individualmente, consegue afetar os preços. Além disso, os produtos de todas as empresas no mercado são homogêneos; ex.: Alguns produtos agrícolas.

### b) Monopólio:

É uma situação de mercado em que uma única firma vende um produto que não tenha substitutos próximos; ex.: Serviços Telefônicos e Petróleo no Brasil.

### c) Concorrência Monopolística:

É uma situação de mercado na qual existem muitas empresas vendendo produtos diferenciados que sejam substitutos próximos entre si; ex.: Fabricantes de cigarros; sabonetes, creme dental, etc.

### d) Oligopólio:

É uma situação de mercado em que um pequeno número de empresas domina o mercado, controlando a oferta de um produto que pode ser homogêneo ou diferenciado; ex.: **homogêneo**: indústrias de cimento, alumínio, aço, produtos químicos, fertilizantes, etc.; **diferenciado**: indústrias de automóveis, eletrodomésticos, bebidas, computadores, etc.

### **2.3.1 Concorrência Perfeita**

A concorrência perfeita é uma estrutura de mercado que visa descrever o funcionamento ideal de uma economia, servindo de parâmetro para o estudo das outras estruturas de mercado. Trata-se de uma construção teórica. Nesse mercado, a interação da oferta e demanda determina o preço.

#### **Hipóteses Básicas do Modelo de Concorrência Perfeita**

As hipóteses nas quais o modelo de concorrência perfeita se baseia são as seguintes:

##### **I - Existência de elevado número de compradores e vendedores**

Existe um número tão grande de compradores e vendedores, sendo cada comprador ou vendedor tão pequeno em relação ao tamanho do mercado que nenhum deles, atuando isoladamente, consegue influenciar o preço das mercadorias.

##### **II - Os produtos são homogêneos**

Nesse mercado, os produtos ofertados pelas empresas são homogêneos, ou seja, são perfeitos substitutos entre si. Como resultado, os compradores são indiferentes quanto à empresa da qual eles irão adquirir o produto.

##### **III - Transparência de mercado**

Essa hipótese garante que tanto compradores quanto vendedores têm informação perfeita sobre o mercado: ambos conhecem a qualidade do produto e seu

preço vigente. Ambos conhecem, também, os custos e lucros de seus concorrentes. Assim, pelo fato de inexistir desinformação, nenhum comprador estará disposto a adquirir um produto por um preço superior ao vigente no mercado; da mesma forma, nenhum vendedor estará disposto a vender um produto por um preço inferior ao vigente no mercado.

#### **IV - Livre entrada e saída de empresas**

Todas as empresas participantes poderão entrar ou sair do mercado de maneira imediata. Inexistem barreiras legais ou econômicas, por exemplo: direitos de propriedades e patentes; barreiras legais resultante de ação governamental, estabelecendo condições mínimas para o funcionamento das empresas em certos mercados; barreiras econômicas tais como a necessidade de grandes investimentos, etc.

Em síntese, na concorrência perfeita, o preço é regulado pelo mercado, de sorte a eliminar qualquer lucro extraordinário. Nenhum produtor ou consumidor, individualmente, poderá influenciar o preço de equilíbrio. Somente alterações das condições de oferta e demanda, como variações das preferências dos consumidores e novas situações climáticas, que fazem variar as quantidades ofertadas de produtos, alteram os preços de equilíbrio do mercado e os lucros dos vendedores.

### ***2.4 Concorrência Imperfeita***

Na concorrência perfeita a firma individualmente não consegue influenciar o preço de mercado. Ela é tomadora de preço, ajustando as quantidades ofertadas em função do preço do produto e de sua estrutura de custos. O mesmo não ocorre na concorrência imperfeita, uma vez que a firma consegue, de alguma forma, influenciar o preço de equilíbrio do mercado. Dada a estrutura de custos, ela fixa o preço que deseja vender com determinado percentual acima de seus custos médios.

Esse percentual denomina-se margem de lucro (ou mark-up). Ele será tanto mais elevado quanto maior for o poder de mercado da firma.

### **2.4.1 Monopólio**

O monopólio é uma situação de mercado em que existe um só produtor de um bem ou serviço que não tenha substituto próximo. Devido a isso o monopolista exerce grande influência na determinação do preço a ser cobrado pelo seu produto.

#### **Hipóteses Básicas do Modelo de Monopólio**

A ocorrência de monopólio está condicionada ao cumprimento das seguintes hipóteses:

- I.** Um determinado produto é suprido por uma única empresa;
- II.** Não há substitutos próximos para esse produto; e
- III.** Existem obstáculos (barreiras) à entrada de novas firmas na indústria.

Trata-se, novamente, de uma estrutura de mercado "ideal", uma vez que fica difícil imaginar que num sistema econômico complexo e interdependente exista um produto para o qual não haja substitutos próximos.

Para que um monopólio exista é preciso manter os concorrentes em potencial afastados da indústria. Isso significa dizer que devem existir barreiras que impeçam o surgimento de competidores, protegendo, dessa forma, a posição do monopolista.

Os principais obstáculos (ou barreiras) à entrada de firmas concorrentes no mercado são:

- a.** Existência de "Economias de Escala" na firma monopolista

Uma firma já existente e de grandes dimensões pode suprir o mercado a custos mais baixos do que qualquer outra empresa que deseje entrar na indústria.

Esse parece ser o caso das indústrias que têm um custo fixo muito elevado e custos variáveis relativamente baixos. Nessas condições, os custos fixos passam a ser distribuídos entre um número cada vez maior de unidades, à medida que a produção aumenta.

Como exemplo, podemos citar as companhias de energia elétrica, companhias telefônicas, de transporte ferroviário, etc.

**b. Controle sobre o fornecimento de matérias-primas**

Se uma empresa monopolista detém o controle sobre o fornecimento das matérias-primas essenciais a um processo produtivo ela pode bloquear o ingresso de novas firmas no mercado.

**c. Proteção de patentes**

A posse de patentes dá ao monopolista o direito único de produzir uma mercadoria em particular. Nesse sentido, tem um efeito semelhante ao controle sobre o fornecimento de matérias-primas essenciais, uma vez que impede a entrada de novas firmas na indústria.

**d. Monopólio legal**

Monopólio Legal é de propriedade privada, sendo, porém, regulamentado pelo governo.

Existem casos em que o Governo concede a uma empresa um direito exclusivo para ela operar, conferindo a essa empresa um "status" de Monopólio Legal. Em contrapartida, o Governo pode fazer exigências em relação à qualidade e quantidade do produto (ou serviço) e impor preços e taxas a serem cobrados.

Como exemplo podemos citar os serviços de água, gás, eletricidade, transporte coletivo, etc.

Existem, ainda, os Monopólios Estatais, que pertencem e são regulamentados pelos governos. Como exemplo temos o monopólio estatal de exploração de minerais estratégicos, petróleo, etc.

Dada a tecnologia e os preços dos insumos, a firma monopolista determinará seus custos de produção. Controlando o mercado, ela fixará os preços ou as quantidades que irá produzir e vender. Embora seja a única firma no mercado, ela não consegue fixar qualquer preço, pois os consumidores são soberanos na determinação das quantidades que irão consumir a cada nível de preço. Assim, ela não consegue estabelecer simultaneamente os preços e as quantidades. Dada a demanda que os consumidores desejam adquirir a cada nível de preços, ela escolhe, no entanto, aquela combinação que lhe proporcionar o maior nível de lucro.

### **2.4.2 Oligopólio**

O oligopólio é a forma de mercado que atualmente prevalece nas economias do mundo ocidental. Ele pode ser conceituado como sendo uma estrutura de mercado em que um pequeno número de empresas controla a oferta de um determinado bem (ou serviço).

O surgimento do oligopólio se dá por razões semelhantes às do monopólio, tais como economias de escala e o controle sobre a oferta de matérias-primas e patentes.

Uma das maneiras de verificar se uma indústria é um oligopólio é através da determinação do índice de concentração da indústria. Esse método nos fornece o percentual da produção total da indústria que é controlada pelos quatro (às vezes oito) maiores produtores.

O oligopólio pode ser puro ou diferenciado. Ele será considerado puro caso os concorrentes ofereçam exatamente o mesmo produto homogêneo (substitutos perfeitos entre si). Exemplos de **oligopólios puros** podem ser encontrados na indústria de cimento, de alumínio, produtos químicos, fertilizantes, aço, etc. Caso os produtos não sejam homogêneos o oligopólio será considerado **diferenciado**. Como exemplo, podemos citar a indústria automobilística, a de cigarros, a de eletrodomésticos, a de computadores, etc. Os produtos dessas indústrias, embora semelhantes, não são idênticos. (O Corsa é diferente do Gol e do Pálio; o Hollywood é diferente do Marlboro e do Carlton, etc.)

O oligopólio apresenta como principal característica o fato de as firmas serem interdependentes. Isso decorre do pequeno número de firmas existentes na indústria, e significa que as firmas levam em consideração e reagem às decisões quanto a preço e produção de outras firmas. O oligopolista que conseguir estabelecer diferenciações mais aceitáveis, correspondendo a preços mais altos, terá lucros maiores.

As firmas oligopolistas sabem que o estabelecimento de guerra de preços é altamente prejudicial para elas. Assim, procuram formar acordos comerciais, como fixação de preços únicos ou divisão do mercado. Essa organização central denomina-se **cartel**. Caso não exista organização central nem acordos formais, pode existir **firma dominante** ou liderança de preços.

Cartel é uma organização formal de produtores dentro de um setor. Essa organização formal determina as políticas para todas as empresas do cartel. É uma união de firmas oligopolistas com o fim de evitar competição e maximizar lucro no nível de cada firma.

Muitas vezes os acordos entre as firmas concorrentes são tornados públicos; em outras, a prática de cartelização ocorre sem que haja qualquer

documento explicitando o comportamento do cartel; existe ainda, a concretização do cartel de forma disfarçada por intermédio de sindicatos, associações e clubes.

Há muitos tipos de cartéis. Em sua forma mais perfeita existe o **Cartel Centralizado**, que determina todas as decisões para todas empresas-membro. Assim, através de uma agência coordenadora, organizam-se as empresas de forma que elas agem como se participassem de um grande conglomerado monopolista, possuidor de várias fábricas.

Liderança de preço é a forma de conluio imperfeito em que as empresas do setor oligopolístico decidem, sem acordo formal, estabelecer o mesmo preço, aceitando a liderança de preço de uma empresa da indústria.

Esse modelo pressupõe que a liderança decorre do fato de uma das firmas possuir estrutura de custos mais baixos que as demais. Por essa razão, consegue se impor como líder do grupo.

De início, os preços podem ser diferenciados. O mercado, entretanto, preferirá o produto que esteja sendo oferecido a preços mais baixos. Desta forma, resta às firmas que oferecem o produto a preços mais elevados duas possibilidades: ou mantém o preço, e como conseqüência são alijadas do mercado, ou então aceitam o preço praticado pela rival de menores custos, que é mais baixo, e continuam no mercado, sem maximizar seus lucros.

Assim é que a firma líder de preços fica, através de um acordo tácito, responsável pela determinação do nível de venda do produto. As firmas menos favorecidas em termos de preços tornam-se seguidoras dos preços fixados pela firma líder.

### 2.4.3 Concorrência Monopolística

A concorrência monopolística é uma estrutura de mercado que contém elementos da concorrência perfeita e do monopólio, ficando em uma situação intermediária entre essas duas formas de organização.

Da mesma forma que na concorrência perfeita, a concorrência monopolística apresenta um grande número de empresas, cada qual respondendo por uma fração da produção total do mercado, tendo a possibilidade de ingressar na indústria ou abandoná-la com relativa facilidade. O que irá diferenciar uma estrutura da outra é que enquanto em concorrência perfeita as empresas produzem um produto homogêneo, em concorrência monopolística as empresas produzem produtos diferenciados, embora substitutos próximos.

Na verdade, a diferenciação caracteriza a maioria dos mercados existentes. Por exemplo: não existe um tipo homogêneo de perfume, de aparelhos de televisão, geladeiras, de automóveis, ou videocassete. Cada produtor procura diferenciar seu produto a fim de torná-lo único.

A diferenciação, por sua vez, pode ser real ou ilegítima. No caso da diferenciação real, busca-se diferenças reais nas características do produto. Por exemplo: diferenças de composição química do produto, serviços oferecidos pelos vendedores, etc.

No caso da diferenciação ilegítima, as diferenças no produto são superficiais, tais como marca, embalagem, *design*, etc. Em outros casos pode não haver nenhuma diferença, mas o consumidor pode ser levado a pensar que elas existam, normalmente como resultado de campanhas promocionais que, de maneira artificial, apontam características diferenciadoras entre os produtos.

O fato de os produtos serem diferenciados é que dá ao produtor o poder de monopólio, uma vez que somente ele produz aquele tipo de bem. Enquanto ele

consegue diferenciar o produto, poderá fixar o próprio preço. Outras firmas, porém, surgem no mercado, produzindo substitutos próximos e o lucro individual diminui. A firma deverá, então, reduzir custos e gerar novas diferenciações do produto através de inovações tecnológicas, novos desenhos e campanhas publicitárias.

***Saiba mais....***

- ❖ Sobre a questão do método na Ciência Econômica, leia o livro **Métodos da Ciência Econômica**, organizado por Gentil Gorazza. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2003; e **Metodologia da Economia** de Mark Blaug. São Paulo: Editora da USP, 1993.
- ❖ Sobre sistema econômico assista o filme de *Robinson Crusóé* (*Las Aventuras de Robinson Crusóé*, México/EUA, 1952), 1h29. Drama. Direção de Luiz Buñuel.
- ❖ Sobre estrutura de mercado em:  
<http://www.coladaweb.com/economia/estruturas-de-mercado>;  
[http://www.uepg.br/uepg\\_departamentos/deecon/disciplinas/Ezequiel%0Guerreiro/aulas2008/IEAULA%2019Estruturas%20de%20Mercados%20p.131-145.pdf](http://www.uepg.br/uepg_departamentos/deecon/disciplinas/Ezequiel%0Guerreiro/aulas2008/IEAULA%2019Estruturas%20de%20Mercados%20p.131-145.pdf)

**Atividades de Aprendizagem**

- 1 - Defina Sistema Econômico, e responda as perguntas básicas.
- 1 O que o Fluxo circular da renda mostra. Demonstre graficamente com um produto qualquer, da produção ao consumo.
- 2 Descreve o funcionamento de uma economia de mercado, fazendo a representação gráfica de um mercado em equilíbrio.
- 3 Demonstre através de um gráfico, o excesso de oferta e de demanda.
- 4 O que produzir, como e para quem produzir em uma economia mista?
- 5 Escreva um texto sobre o significado de monopólio, apresente mais exemplos dessa estrutura de mercado e discuta as implicações para o desenvolvimento de uma região, com destaque para a sua.
- 6 Explique o significado de oligopólio e de concorrência monopolística.

### **3 UNIDADE 3 - FUNDAMENTOS DA MICROECONOMIA E DA MACROECONOMIA**

O **objetivo** desta unidade é apresentar os conteúdos da Microeconomia e da Macroeconomia e sua ferramentas. Você aprenderá como a Economia se divide em duas grandes áreas de estudos, a Micro e a Macroeconomia, e quais são os principais temas de cada uma delas. Tal estudo possibilitará que alunos de administração, como você, possam entender a estruturação desta importante Ciência Social Aplicada que contribui, de forma significativa, para a formação da capacidade analítica dos administradores, uma vez que as organizações que serão gerenciadas por futuros administradores, essencialmente, se encontram no ambiente econômico, se relacionando com outros agentes, como o Governo, outras empresas e os consumidores. Na Microeconomia vamos destacar o comportamento dos consumidores e na Macroeconomia, vamos destacar a economia monetária a instrumentos de política.

**A Microeconomia** é um ramo da Economia que estuda o comportamento dos agentes econômicos (consumidores, empresários, trabalhadores e governo) e se preocupa em desvendar como tais agentes tomam suas decisões e quais as repercussões dessas decisões entre eles e no restante da sociedade. A Microeconomia, por exemplo, esclarece como os consumidores fazem suas escolhas de compra, ou como as empresas decidem produzir, e de que forma as decisões influenciam na formação dos preços no mercado.

O mercado é, quase sempre, o objeto de estudo da Microeconomia, principalmente, no que diz respeito à forma como os agentes econômicos interagem

formando alianças ou como os preços se formam. A Microeconomia nos ajuda a entender as diferenças entre os diversos mercados existentes, suas características e como os concorrentes interferem nas estratégias e decisões um dos outros.

**A Macroeconomia** estuda os chamados agregados da economia. Tais variáveis, objeto das principais questões relacionadas a esse campo da Ciência Econômica, são freqüentemente encontrados na mídia, seja em jornais, revistas e telejornais, através das matérias realizadas por jornalistas e comentaristas econômicos.

As análises e notícias que aparecem na mídia, pela sua freqüência e importância, fazem parte de nosso cotidiano. Assim, as pessoas e as empresas, que sabem que são afetadas pelas variáveis, se interessam e realizam suas próprias avaliações sobre os cenários macroeconômicos e suas realidades podem ser influenciadas pelas variáveis. Os meios de comunicação, por exemplo, noticiam o comportamento das variáveis da seguinte forma:

- I. Renda Nacional (PIB):** quando um determinado jornal noticia qual o valor do PIB no último trimestre e qual seu crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior; revela quanto de riqueza foi gerada no país.
- II. Taxa de Desemprego:** quando um determinado apresentador de telejornal anuncia a magnitude da taxa de desemprego e se essa taxa é maior ou menor do que a do mesmo período do ano anterior; mostra, de forma agregada, quantas pessoas no país estão, involuntariamente, sem emprego.
- III. Inflação:** Quando uma revista faz uma matéria sobre as razões pelas quais a inflação está se elevando; revela que os preços, em

todo o país, estão aumentando e procura explicações para esse fato.

Percebemos que o entendimento das variáveis macroeconômicas, além de estar presente no cotidiano de uma parcela significativa da população, também é importante para as decisões tomadas pelos Administradores nas empresas, haja vista que as organizações atuam em um ambiente no qual as variáveis macroeconômicas as influenciam tomar decisões em relação ao reajuste de seus preços, à compra de seus insumos e à aplicação de seu caixa. Dessa forma, entender as variáveis macroeconômicas afeta a maneira como os gestores conduzem suas organizações.

### ***3.1 Ferramentas de Análise Econômica***

#### **3.1.1 Os Modelos**

Como em outras Ciências, a Economia se reveste da possibilidade de compreender a realidade de acontecimentos e fenômenos e pretende responder a perguntas que intrigam pesquisadores, teóricos e sociedade. Nesta Ciência, assim como nas outras, a principal ferramenta de análise são os modelos, ou seja, representações da realidade de forma resumida com uma quantidade reduzida de variáveis, consideradas principais para o entendimento do fenômeno que o modelo pretende explicar. Dessa forma, um modelo nada mais é do que uma simplificação da realidade, no caso da Economia, da realidade dos agentes econômicos e dos mercados nos quais eles interagem.

A simplificação que os modelos apresentam, por um lado, não nos permite enxergar todos os aspectos envolvidos no fenômeno estudado, mas por outro, permite que entendamos de forma mais clara as relações existentes entre as principais variáveis envolvidas. Os modelos precisam, para mostrar estas relações entre as variáveis, ser construídos a partir de sua formalização, ou seja, precisam ser

apresentados sob a forma de uma linguagem universal. No caso da Economia, tais construções se dão por meio da matemática, tanto no que diz respeito às abordagens gráficas como às algébricas.

A formalização dos modelos só é possível a partir de um conjunto de condições pré-estabelecidas, conhecidas como pressupostos do modelo. Tais condições quase sempre se apresentam, inicialmente, na forma de limitação das variáveis consideradas e podem avançar até a forma como as variáveis se relacionam.

### 3.1.2 Abordagem Analítica

Na Economia as questões são tratadas sob dois prismas: o primeiro diz respeito às explicações e previsões dos fenômenos econômicos relacionados ao comportamento dos agentes econômicos (abordagem positiva) e o segundo se relaciona com as sugestões de como deveria ser a realidade econômica, quase sempre esta abordagem está associada à formulação de políticas públicas (abordagem normativa).

Exemplos:

**Positiva** Normalmente, quando o preço de um bem se eleva, a demanda por ele diminui.

**Normativa** Para que os preços de um determinado bem, cuja necessidade seja alta pelos seus consumidores (ex: remédios para AIDS) não se eleve em excesso, é preciso colocar um valor máximo tabelado pelo Governo.

### 3.1.3 A Tomada de Decisão

A Microeconomia estuda a tomada de decisão pelos agentes econômicos e seus efeitos sobre os mercados e sobre a economia como um todo. De forma que esta matéria pode sobremaneira auxiliar na gestão das organizações. Assim, diversos

aspectos da microeconomia permeiam o dia-a-dia dos gestores e das escolhas que eles precisam realizar.

Dessa forma, entendendo a sistemática dos comportamentos dos agentes econômicos e desenvolvendo modelos analíticos que nos ajudem a interpretá-los, a Microeconomia se coloca como um conjunto de conhecimentos que pode servir como base nas decisões organizacionais.

A Macroeconomia, normalmente, serve de modelo de análise e de base para decisões de política econômica, tomada pelos gestores dos Governos. Tais políticas macroeconômicas possuem alguns objetivos, tais como:

**Pleno Emprego:** os governos geralmente perseguem o pleno emprego dos recursos da economia, principalmente, em relação ao emprego dos trabalhadores.

**Estabilidade de Preços:** a economia que não apresenta uma certa estabilidade dos preços, como foi o caso do Brasil em época recente, imprime a seu povo uma carga pesada de perda de valor de seus ganhos, principalmente na população mais pobre.

**Distribuição de Renda:** a busca por melhores condições de vida para a população em países como o Brasil, deve ser uma constante e passa, necessariamente, pela distribuição mais justa de renda.

As políticas conduzidas pelos Governos, que buscam os resultados apresentados anteriormente, o fazem através das chamadas políticas fiscal, monetária e cambial. Nesses casos, os tomadores de decisões de política ou os Policy Makers, lançam mão de diversos instrumentos, tais como:

**a. Política Fiscal**

Política tributária: arrecadação de tributos.

Política de gastos: controle de despesas.

**b. Política Monetária**

Emissões.

Reservas compulsórias.

*Open market.*

Regulamentação do crédito e da taxa de juros.

**c. Política Cambial**

Controle sobre a taxa de câmbio.

**3.1.4 Análise Macroeconômica**

A Macroeconomia aborda as questões econômicas dividindo-as em duas partes distintas, porém interligadas, a saber: a parte real e a parte monetária. Nessa divisão são estudados os seguintes mercados: de bens e serviços, de trabalho, financeiro e cambial. Nesses mercados é estudada a determinação de inúmeras variáveis importantes para a Economia de um país, como no quadro a seguir.

Quadro 2 Variáveis Importantes

	Mercados	Variáveis estudadas
Parte Real	Bens e Serviços	Produto Nacional Nível Geral de Preços
	Trabalho	Nível de Emprego Salários Nominais
Parte Monetária	Financeiro (monetário e de títulos)	Taxa de Juros Estoque de Moeda
	Cambial	Taxa de Câmbio Reservas Cambiais

Fonte: Vasconcellos (2004)

Considerando o mercado de bens e serviços, a Macroeconomia procura dimensionar a produção de todos os bens e serviços do país, e para isso agrega todo o valor da produção no produto nacional. Os preços de forma geral também são estudados e remetem ao cálculo do nível de inflação no país.

No mercado de trabalho, o estudo da Macroeconomia se detém na questão da quantidade de trabalhadores no país que querem estar empregados, mas não conseguem vagas (nível de desemprego). Nos mercados financeiros, a macroeconomia se preocupa com a quantidade de moeda necessária às transações comerciais e sua influência em outras variáveis, como por exemplo, nos preços dos bens. Neste mercado também é determinada a taxa de juros.

Na Economia existem agentes que emprestam dinheiro e outros que buscam os empréstimos, esta é a dinâmica no mercado de títulos que representa as dívidas, tais como: títulos do governo, duplicatas, ações, debêntures, etc.

No mercado cambial, a Macroeconomia se interessa pelo valor da taxa de câmbio, ou seja, pela relação entre a moeda nacional e uma determinada moeda estrangeira. Além do valor do câmbio é importante a análise sobre sua determinação e a influência que este tem sobre variáveis importantes como o agregado das importações e exportações do país, ou sobre as reservas de divisas, ou seja, quanto o país possui de moeda estrangeira no Banco Central.

### ***3.2 INTRODUÇÃO A TEORIA DO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR***

Há três conjuntos de agentes econômicos: **consumidores, empresários e os proprietários de recursos**. Algumas pessoas ganham a renda monetária através da utilização e venda de recursos. Outras, utilizando seu recurso específico (capacidade empresarial) ao organizarem a produção. Todas as pessoas que ganham renda monetária pertencem ao conjunto dos agentes econômicos denominados consumidores. Naturalmente, existem outros membros neste grupo, Membros familiares dependentes dos receptores de renda e participantes do orçamento doméstico são, portanto, também consumidores, pessoas incapazes de ganhar renda monetária e

recebendo dinheiro por algum tipo de pagamento de transferência se classificam também na categoria de consumidor.

De acordo com nosso objetivo, a origem da renda monetária não é importante. Apenas o fato de o dinheiro ser recebido por unidades familiares e gasto em bens de consumo é de real importância. Cada unidade familiar determina como alocar sua renda monetária entre a vasta gama de bens de consumo disponíveis. (Ou seja, cada unidade familiar decide sobre sua demanda por cada mercadoria). A agregação destas decisões de demanda constitui a demanda de mercado, que exprime a forma como a sociedade deseja alocar os seus recursos.

### **3.2.1 Comportamento do Consumidor**

Cada indivíduo (ou unidade familiar) tem uma noção razoavelmente perfeita do que será a sua renda monetária num período determinado (por exemplo, um ano). Tem também alguma noção dos bens e serviços que pretende comprar. A tarefa que se apresenta a qualquer unidade familiar, é a de consumir sua limitada renda monetária de forma a maximizar seu bem-estar econômico. Normalmente nenhum indivíduo é bem sucedido nessa tarefa. Isso pode ser atribuível à falta de uma informação precisa; mas existem outras razões, tais como estímulos a comprar. No entanto, de qualquer forma, o esforço mais ou menos consciente em atingir a satisfação máxima, com uma renda monetária limitada, determina a demanda individual por bens e serviços.

Para analisar a formação da demanda do consumo, utilizamos certas hipóteses simplificadoras que são as seguintes:

O consumidor tem pleno conhecimento sobre os bens e serviços disponíveis no mercado. Cada consumidor tem uma função preferência;

### 3.2.1.1 O Pleno Conhecimento

Inicialmente supomos que cada consumidor ou unidade familiar tem uma informação completa sobre todos os problemas pertinentes a suas decisões de consumo.

- O consumidor conhece a série completa de bens e serviços disponíveis no mercado;
- O consumidor sabe exatamente a capacidade técnica de cada bem ou serviço para satisfazer uma necessidade;
- O consumidor sabe o preço de cada bem e serviço, como também sabe que tais preços não serão alterados por suas ações no mercado;
- O consumidor tem consciência exata do que será sua renda monetária durante o período determinado.

Em resumo, cada consumidor tem o conhecimento exato e pleno de toda informação relevante para suas decisões de consumo — conhecimento dos bens e serviços disponíveis e de sua capacidade técnica de satisfazer suas necessidades, dos preços de mercado e de sua renda monetária.

### 3.2.1.2 A Função Preferência

Um indivíduo ou unidade familiar obtém satisfação ou utilidade, de cada bem ou serviço consumido durante certo período de tempo. A fim de atingir seu objetivo (maximização da satisfação para dado nível de renda) o indivíduo ou unidade familiar deve ser capaz de comparar diferentes orçamentos ou cestas de mercadorias e determinar sua ordem de preferência entre eles.

A função preferência é definida com as seguintes características:

- A função preferência estabelece um conjunto ordenado de preferências para cada orçamento concebível (ou cesta de mercadorias);
- Para qualquer das duas cestas A e B, a função preferência indica que se prefere A a B, B a A, ou que o consumidor é indiferente entre essas duas alternativas. (Além disso, se A é preferível a B, B não pode ser preferível a A; e se A é indiferente (ou equivalente) a B, B é indiferente a A);
- Considere qualquer das três cestas A, B e C. Se se prefere A a B e B a C, A deve ser preferível a C. Similarmente, se A é indiferente a B e a C, A deve ser indiferente a C.
- Um orçamento maior é sempre preferível a um menor.

Em resumo, a função preferência é caracterizada por duas relações: **preferência e indiferença**. Quando se compram duas ou mais cestas, a função preferência indica a ordem de preferência (duas cestas que são indiferentes têm a mesma ordem). Quanto maior o orçamento, mais alta sua classificação na ordenação.

### 3.2.1.3 Utilidade e Preferência

Os economistas conceituam "utilidade" como uma qualidade que torna uma mercadoria desejada. Isso é, naturalmente, um fenômeno altamente subjetivo, porque cada pessoa tem uma constituição fisiológica e psicológica diferente da outra.

O consumidor ordena sua escala de preferências em função de seus gostos e da utilidade proporcionada pelos produtos individualmente. De início, pensou-se que a utilidade pudesse ser medida em "*utis*" (Gossen, Jevons, Menger, Walrás). A soma da utilidade proporcionada por todos os bens forneceria a utilidade total a ser maximizada pelo consumidor. Constatou-se, porém, que a utilidade não pode ser

medida “**cardinalmente**”, ou seja, não se pode comparar e então somar, por exemplo, as utilidades proporcionadas pelo consumo de um cafezinho e de um automóvel. Em segundo lugar, não se pode somá-las porque as utilidades de alguns bens não são “**independentes**”. Assim, a utilidade ou satisfação que uma pessoa obtém do filé é relacionada ao seu consumo de rosbife; a utilidade das bolas de tênis deve ser parcialmente dependente da quantidade das raquetes de tênis.

Desse modo, a idéia de “**utilidade cardinal**” deu lugar à noção de “**utilidade ordinal**”: o consumidor apenas ordena os diferentes bens segundo a utilidade que, a seu juízo, eles proporcionam (Edgeworth, Fisher, Pareto). Desse modo, ele apenas revela uma escala de preferência ou indiferença no consumo de cada bem, sem menção de valores para a utilidade ou satisfação.

Desenvolve-se, assim, a noção de “**curvas de indiferença**”.

Definição: Uma curva de indiferença é o lugar geométrico dos pontos — ou orçamentos particulares ou combinação de bens — que proporcionam o mesmo nível de utilidade total, ou aos quais o consumidor é indiferente.

As curvas de indiferença têm quatro características importantes que são os seguintes:

- **As curvas de indiferença são negativamente inclinadas;** isso reflete a hipótese de que uma mercadoria pode ser substituída por outra de maneira a que o consumidor mantenha o mesmo nível de satisfação;
- **Uma curva de indiferença passa através de cada ponto no espaço-mercadoria;** isso resulta da suposição de que entre duas curvas de indiferença existe um número infinito de curvas;
- **As curvas de indiferença não se interceptam;**

- **As curvas de indiferença são côncavas para cima;** isso é exigido para que o consumidor maximize a satisfação para um dado dispêndio da sua renda monetária.

#### 3.2.1.4 Limitação Orçamentária

A principal hipótese sobre a qual a teoria do comportamento do consumidor e da demanda está construída é: o consumidor procura alocar sua renda monetária limitada entre bens e serviços disponíveis de tal forma a maximizar sua satisfação.

Se cada consumidor tivesse uma renda monetária ilimitada, ou seja, se houvesse uma fonte de recursos inesgotável, não existiriam problemas de "economizar". Mas desde que este estado utópico não existe, mesmo para os membros mais ricos de nossa sociedade, as pessoas são compelidas a determinar sua linha de comportamento à luz de recursos financeiros limitados. Para a teoria do comportamento do consumidor, isto significa que cada consumidor dispõe de um montante máximo que pode gastar em cada período de tempo. O problema do consumidor é gastar este montante de modo a obter máxima satisfação.

Uma das piores limitações para as pessoas é a financeira. A pessoa ou o consumidor tem certa renda e deseja comprar bens e serviços. A compra desses bens e serviços, porém, envolve a desistência de parte dessa renda. Mesmo que a pessoa comprasse só um tipo de bem, teria sua capacidade de compra limitada por sua renda. Considera-se aqui que o consumidor não poupa nem toma empréstimos. Assim, o consumidor poderá escolher entre várias combinações possíveis dos bens e serviços disponíveis, desde que isso não estoure o seu orçamento.

A restrição orçamentária é influenciada diretamente pela renda e pelos preços que o consumidor tem que pagar. (Se a renda aumenta ou os preços baixam, o poder de compra do consumidor aumenta e vice-versa).

### 3.2.2 Demanda do Consumidor

Demanda significa o desejo de comprar bens ou serviços. A quantidade que o consumidor planeja comprar de cada mercadoria depende de sua capacidade de compra. E essa capacidade é condicionada pela renda que o consumidor tem e pelos preços de mercado.

A demanda por um bem "X" indica as quantidades desse bem que o consumidor está disposto a adquirir quando varia o preço de mercado. Já se sabe que aumentos nos preços ou diminuição de renda alteram o poder de compra do consumidor. Isto significa que a escolha ótima do consumidor também muda, uma vez que ele terá que alterar o consumo de algum bem ou de todos.

Pode-se, em geral, dizer que o aumento do preço de um bem, dados os outros preços e a renda dos consumidores, induz as pessoas a comprarem menos desse bem. O argumento também vale para uma redução de preços, quando o consumidor passa a comprar mais. Esta relação inversa entre preço e quantidade de um bem é conhecida como a **lei da demanda**.

**Lei da demanda:** É a relação inversa entre o preço e a quantidade procurada de um bem, sendo dadas as preferências e permanecendo constantes a renda disponível do consumidor e o preço dos demais bens.

A relação inversa entre preços e quantidades demandadas é válida para **bens normais (ou superiores)**. **Bens normais ou superiores** são os bens para os quais se observa uma relação direta entre a renda real do consumidor e a quantidade demandada do bem. Isto é, um aumento da renda real do consumidor implica num aumento da quantidade demandada do bem. Inversamente, uma redução da renda real traduz-se em diminuição das quantidades demandadas.

No caso de **bens inferiores**, as quantidades demandadas variam inversamente com a renda real. (Por exemplo, carne de segunda e farinha de mandioca

constituem exemplo de bens inferiores. O empobrecimento do consumidor leva a um maior consumo desses bens, cuja demanda varia inversamente com sua renda.)

Considerando um consumidor típico, a demanda individual corresponderá à média dos diferentes consumidores do mercado. Assim, a demanda agregada do conjunto dos diferentes consumidores do mercado conservará a mesma inclinação da demanda individual: os mesmos preços determinarão as mesmas quantidades do consumidor típico multiplicado pelo número de consumidores.

Para representar o que acontece no mercado de, por exemplo, feijão, em que há grande número de consumidores, basta somar as quantidades que cada consumidor deseja comprar a um preço determinado no mercado. A curva de demanda, assim obtida, representa o comportamento de todos os consumidores ao mesmo tempo. Dá também a idéia de um comportamento médio. Nesta explicação, cada preço possível é igual para cada consumidor, sem que haja discriminação de preços. Esta soma de demandas resulta numa curva similar às curvas individuais, também negativamente inclinadas.

Quando há uma alteração do preço de um bem temos a alteração das quantidades demandadas de outros bens, tudo o mais permanecendo constante. Este fato nos leva a classificar os bens em **bens substitutos e complementares**.

- **Bens substitutos:** São bens substitutos quando um bem pode ser usado no lugar do outro, ou seja, bens cujas quantidades demandadas variam em sentido contrário quando se altera o preço de um deles. Exemplo: café e chá, carne bovina e carne de frango, etc.
- **Bens complementares:** São bens cuja demanda varia no mesmo sentido quando se altera o preço de um deles. Exemplo, café e açúcar.

### 3.3 INTRODUÇÃO A ECONOMIA MONETÁRIA

A moeda é uma mercadoria que serve de equivalente geral para todas as mercadorias. A moeda é uma unidade representativa de valor e instrumento de troca, com aceitação generalizada. Ela constitui um bem que serve de padrão de valor, ou equivalente geral para todos os demais bens trocados na economia. Por ela, os preços são expressos, as dívidas e os bens e serviços são pagos. A moeda corrente é a que circula livremente no interior de um país.

#### 3.3.1 Moedas e Bancos Comerciais

##### Origem e evolução da moeda

O emprego de moeda tem sido comum desde a Antigüidade, em todas as sociedades que alcançaram algum grau de complexidade. A essência da moeda reside na possibilidade de servir como meio de troca. Qualquer bem pode funcionar como dinheiro, desde que possua a aceitação por todos, em pagamento de bens e serviços, ou no cumprimento de obrigações.

A evolução da moeda pode ser vista em seis fases distintas:

- Escambo ou troca direta de mercadorias;
- Mercadoria Moeda;
- Moeda Metálica;
- Moeda-papel;
- Moeda Fiduciária (ou papel-moeda);
- Moeda Bancária (ou moeda escritural).

A **troca direta ou escambo**, caracteriza-se pela troca de bens por outros bens. É um sistema ineficiente, porque exige coincidências de vontades para que a troca possa ser efetuada. As dificuldades da troca direta foram superadas pelo emprego de moeda, um meio de aceitação geral.

A **mercadoria-moeda** podia ser guardada e usada posteriormente quando se tornava necessário adquirir novos bens e serviços. Nessa segunda fase, as trocas

ficaram mais fáceis se ser realizadas, porque as vendas podiam ser feitas independentemente de o comprador ter um bem que interessasse ao vendedor e vice-versa. Nessa fase, algumas mercadorias circulavam mais freqüentemente do que outras, por sua maior aceitação: sal, gado, arroz, peles, metais como ferro, cobre, bronze, prata, ouro, etc.

De modo geral, para que uma mercadoria possa ser utilizada como moeda, ela deve ter várias qualidades, que são basicamente as seguintes:

- durabilidade;
- divisibilidade;
- homogeneidade;
- facilidade de manuseio e transporte.

Apesar de a mercadoria-moeda ter facilitado um pouco a vida dos indivíduos, muitas dificuldades ainda persistiam, ressaltando a necessidade de se encontrar uma forma mais simples que facilitasse as trocas. É quando passamos para a fase da **moeda metálica**.

De maneira geral, os metais foram as mercadorias cujas características intrínsecas mais se aproximavam do que se exigem dos instrumentos monetários. Inicialmente, os metais empregados foram o cobre, o bronze e o ferro. Com o passar do tempo, entretanto, esses metais foram deixados de lado, pois não serviam como reserva de valor. A existência de grandes reservas desses metais, associada à descoberta de novas jazidas fez com que tais metais perdessem gradativamente seu valor. Assim, esses metais foram pouco a pouco substituídos pelos metais nobres, como o ouro e a prata.

O ouro e a prata, por sua durabilidade, imunidade à corrosão e grande valor passaram a ser aceitos por todos como moeda. Como o ouro e a prata eram metais relativamente escassos e a descoberta de novas jazidas não afetava o volume de metal que se encontrava em circulação, o valor dessas moedas mantiveram-se estáveis ao longo do tempo.

Apesar das vantagens apresentadas, existia, à época, um inconveniente: o transporte a longas distâncias, em função do peso das moedas, seu elevado valor e dos riscos de assalto a que estavam sujeitos os comerciantes durante suas viagens. Para contornar esse problema, especialmente após o século XIV, com o crescimento dos fluxos comerciais na Europa, iniciou-se a difusão de um instrumento monetário mais flexível: a **moeda-papel**.

A moeda-papel veio eliminar as dificuldades que os comerciantes enfrentavam em suas viagens, facilitando suas operações comerciais e de crédito. Ao invés de partirem carregando a moeda metálica, levavam apenas um pedaço de papel denominado "certificado de depósito", que era emitido por instituições conhecidas como "Casas de Custódia", e onde os negociantes depositavam as suas moedas, ou quaisquer outro valores aceitos, sob garantia. No seu destino, os comerciantes recorriam às casas de custódia locais, onde trocavam os certificados de depósitos por moedas metálicas. O seu uso acabou se generalizando de tal forma que os comerciantes passaram a transferir os direitos dos certificados de depósito diretamente aos comerciantes locais, fazendo com que esses certificados tomassem o lugar das moedas metálicas.

Estava assim criada a nova moeda, 100% lastreada e com a garantia de plena conversibilidade, a qualquer momento, pelo seu detentor, e que se tornou, ao longo do tempo, no meio preferencial de troca e de reserva de valor.

Com o passar do tempo, as Casas de Custódia, começaram a perceber que os detentores desses certificados não faziam a reconversão, todos ao mesmo tempo. Além disso, enquanto alguns faziam a troca de moeda-papel pelo metal, outros faziam novos depósitos em ouro e prata, o que levava às novas emissões.

Assim é que, gradativamente, as Casas de Custódia passaram a emitir certificados de depósito sem lastro em metal, dando origem à **moeda fiduciária** ou

**papel-moeda.** O papel-moeda, como sempre tinha sido, contava com a livre conversibilidade em ouro. Além disso, também tinha lastro fracionário em ouro.

A emissão de papel-moeda por particulares, entretanto, acabou por conduzir esse sistema à ruína. Devido a isso, o Estado foi levado a assumir o mecanismo de emissões, passando a controlá-lo. Paulatinamente, passou-se à emissão de notas inconvertíveis. Hoje, a maioria dos sistemas são fiduciários, apresentando as seguintes características:

- inexistência de lastro-ouro;
- inconvertibilidade absoluta; e
- monopólio estatal das emissões.

Com a evolução do sistema bancário, desenvolveu-se uma outra modalidade de moeda: a **moeda bancária ou escritural**.

A moeda bancária é representada pelos depósitos à vista e a curto prazo dos bancos, que passam a movimentar esses recursos por cheques ou ordens de pagamento. Ela é chamada escritural uma vez que diz respeito aos lançamentos (débito e crédito) realizados nas contas correntes dos bancos.

### 3.3.1.1 As funções da moeda

A moeda desempenha quatro funções: meio de troca, reserva de valor, medida de valor e padrão de pagamento diferido.

- A função de **meio de troca** é a função mais importante que a moeda exerce. Desde os primórdios dos tempos, as mais variadas formas de moeda vêm desempenhando esta função, mesmo quando as moedas eram as próprias mercadorias utilizadas no escambo.
- A função de **reserva de valor** diz respeito à moeda como ativo que pode ser escolhido para armazenar riqueza. A moeda torna-se em um elemento de entesouramento, de estoque de riqueza, quando é

retirado de circulação. Como a moeda pode ser transformada em bens e serviços, a qualquer momento, ela pode ser definida como sendo a representante universal da riqueza.

- A terceira função da moeda é servir como **medida de valor**, ou denominador comum de valores, por meio do qual os preços dos demais produtos ficam convertidos. Todos os bens e serviços de uma economia assumem a forma de preço, que é expresso em uma unidade monetária comum.
- A quarta função da moeda é servir como **padrão de pagamento diferido no tempo**, em razão de sua liquidez e confiabilidade. Por exemplo, os contratos são feitos hoje, para serem pagos no futuro de forma única ou parcelada. Os débitos e saldos são calculados e pagos na moeda padrão.

### 3.3.1.2 Moeda e quase-moeda

Os meios de pagamento em uma economia são constituídos por papel-moeda (que compreende cédulas e moedas metálicas) e depósitos a vista em bancos comerciais, que é a moeda escritural. Os meios de pagamento formam o conceito um de moeda, e é representado por M1. O conceito de M1, para ser meio de pagamento, deve abranger o montante de papel-moeda efetivamente em poder do público, pois é este o montante de papel-moeda que pode ser empregado em transações.

- $M1 = \text{papel-moeda em poder do público} + \text{moeda escritural}$ .

Existem outros conceitos mais abrangentes de moeda, de interesse da economia, e que incluem os ativos financeiros líquidos. Os conceitos de quase-moeda para a economia brasileira são os seguintes:

- $M2 = M1 + \text{Títulos dos Governos Federal, Estaduais e Municipais em poder do público} + \text{Fundos de Aplicação Financeira (FAF) e Renda Fixa de curto prazo} + \text{Depósitos Especiais Remunerados.}$
- $M3 = M2 + \text{Depósitos de Poupança.}$
- $M4 = M3 + \text{Títulos Privados.}$

### 3.3.1.3 Bancos Comerciais

Entre as instituições financeiras, o banco comercial caracteriza-se por ser a única instituição que possui a capacidade de criar ou destruir meios de pagamentos. A capacidade de criar moeda pelos bancos é, provavelmente, o fenômeno mais importante associado ao aperfeiçoamento da moeda.

Ao conceder empréstimo em conta corrente, um banco comercial cria meios de pagamentos, pois aumenta o saldo de moeda escritural. O tomador do crédito, ao utilizar o saldo de sua conta, emitindo cheques em pagamento de transações, gera novos depósitos em contas dos favorecidos dos cheques emitidos. Novos depósitos permitem aos bancos a capacidade de conceder novos créditos a outro cliente. A repetição desse mecanismo mostra a capacidade de multiplicar a moeda pelo setor bancário.

Para limitar esta capacidade de aumentar os meios de pagamentos, o Banco Central exige que parte dos depósitos a vista permaneça depositada em seu poder, constituindo Reservas Bancárias Compulsórias ou Encaixes Compulsórios. Os bancos podem manter, também, encaixes voluntários, que são os depósitos de reservas junto ao Banco Central, sem obrigação legal, e as reservas em seu poder, providas com o intuito de disporem de papel-moeda e moedas metálicas para atender de imediato às solicitações de saques por cheques.

O valor máximo de meios de pagamento que podem ser criados pelos bancos comerciais é dado pelo coeficiente multiplicador dos depósitos bancários ( $k$ ) que é o inverso da taxa de compulsório ( $r$ ):  $k = 1/r$ . Por exemplo, se a taxa de compulsório for de 30%, o multiplicador  $k$  será de  $1/0,3 = 3,3333$  sobre as reservas adquiridas pelos bancos.

### 3.3.1.4 O Sistema Financeiro Nacional

A partir de 1964/65, com a reforma bancária e a reforma do mercado de capitais, ocorreu no Brasil a criação de uma Autoridade Monetária exercida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e a regulamentação do conjunto de instituições que compõe o Sistema Financeiro Nacional.

O órgão deliberativo máximo é o Conselho Monetário Nacional, ao qual compete estabelecer as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras; e disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial.

O Conselho Monetário Nacional é composto pelo Ministro da Fazenda (Presidente), Ministro de Planejamento e Orçamento e pelo Presidente do Banco Central do Brasil, sendo secretariado pelo próprio (BCB). Junto ao (CMN) funciona também a Comissão Técnica da Moeda e do Crédito, composta pelo Presidente do (BCB) (Coordenador), pelo Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelos Secretários Executivos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, pelo Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, pelo Secretário do Tesouro Nacional e por quatro diretores do (BCB), indicados pelo seu Presidente.

O Banco Central do Brasil (BCB) é uma autarquia federal que atua sob as orientações do Conselho Monetário Nacional e exerce as funções de: formular, executar e acompanhar a política monetária, a política cambial e a de relações financeiras com o exterior; controlar as operações de crédito; organizar, disciplinar

e fiscalizar o Sistema Financeiro Nacional; emitir papel-moeda e moeda metálica e executar o serviço do meio circulante.

**Quadro 3 Composição do Sistema Financeiro Nacional**

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Órgãos Normativos	Entidades Supervisoras	Operadores	
	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Conselho Monetário Nacional (CMN)	Banco Central do Brasil (BACEN)	Instituições Financeiras Captadoras de Depósitos a Vista
Bancos Múltiplos				
Caixa Econômica Federal				
Cooperativas de Créditos				
Demais Instituições Financeiras				Agências de Fomento
				Associações de Poupança e empréstimo
				Bancos de Câmbio
				Bancos de Desenvolvimento
				Bancos de Investimento
				Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
	Companhias Hipotecárias			
	Cooperativas Centrais de Crédito			
Outros Intermediários Financeiros	Sociedades Crédito, Financiamento e Investimento			
	Sociedades de Crédito Imobiliário			
	Sociedades de Crédito ao Micro-empreendedor			
	Bancos de Câmbio			
	Administradoras de Consórcio			
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	Sociedades de arrendamento mercantil			
	Sociedades corretoras de câmbio			
	Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários			
	Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários			
	Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários			
Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP)	Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)	Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)	Resseguradores	
Sistema de previdência Complementar	Conselho Nacional de Previdência complementar (CNPC)	Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)	Sociedades Seguradoras	
			Sociedades de Capitalização	
			Entidades Abertas de Previdência Complementar	
			Entidades Fechadas de previdência Complementar / Fundos de Pensão	

Fonte: Banco Central do Brasil.

## 1. Órgãos Normativos

### 1.1. O CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN)

O Conselho Monetário Nacional (CMN), que foi instituído pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é o órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN. Integram o CMN o Ministro da Fazenda (Presidente), o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central do Brasil. Dentre suas funções estão: adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos; orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa.

### 1.2. CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS (CNSP)

Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) - órgão responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados; é composto pelo Ministro da Fazenda (Presidente), representante do Ministério da Justiça, representante do Ministério da Previdência Social, Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, representante do Banco Central do Brasil e representante da Comissão de Valores Mobiliários. Dentre as funções do CNSP estão: regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização dos que exercem atividades subordinadas ao SNSP, bem como a aplicação das penalidades previstas; fixar as características gerais dos contratos de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro; estabelecer as diretrizes gerais das operações de resseguro; prescrever os critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, com fixação dos limites legais e técnicos das respectivas operações e disciplinar a corretagem de seguros e a profissão de corretor.

### 1.3. CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (CNPCC)

Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) é um órgão colegiado que integra a estrutura do Ministério da Previdência Social e cuja competência é regular o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão). Mais informações poderão ser encontradas no endereço [www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br)

## 2. Entidades Supervisoras

### 2.1. O BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN

O Banco Central do Brasil (Bacen) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, que também foi criada pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964. É o principal executor das orientações do Conselho Monetário Nacional e responsável por garantir o poder de compra da moeda nacional, tendo por objetivos: zelar pela adequada liquidez da economia; manter as reservas internacionais em nível adequado; estimular a formação de poupança; zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro. Dentre suas atribuições estão: emitir papel-moeda e moeda metálica; executar os serviços do meio circulante; receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias; realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras; regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis; efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais; exercer o controle de crédito; exercer a fiscalização das instituições financeiras; autorizar o funcionamento das instituições financeiras; estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras; vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais e controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país. Sua sede fica em Brasília, capital do País, e tem representações nas capitais dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Pará.

### 2.2. A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pela Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976. É responsável por regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários do país. Para este fim, exerce as funções de: assegurar o funcionamento eficiente e regular dos mercados de bolsa e de balcão; proteger os titulares de valores mobiliários; evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação no mercado; assegurar o acesso do público a informações sobre valores mobiliários negociados e sobre as companhias que os tenham emitido; assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários; estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários; promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas. Mais informações poderão ser encontradas no endereço: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

### 2.3. SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) - autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda; é responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguro, previdência privada aberta e capitalização. Dentre suas atribuições estão: fiscalizar a constituição, organização, funcionamento e operação das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradores, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP; atuar no sentido de proteger a captação de poupança popular que se efetua através das operações de seguro, previdência privada aberta, de capitalização e resseguro; zelar pela defesa dos interesses dos consumidores dos mercados supervisionados; promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos operacionais a eles vinculados; promover a estabilidade dos mercados sob sua jurisdição; zelar pela liquidez e solvência das sociedades que integram o mercado; disciplinar e acompanhar os investimentos daquelas entidades, em especial os efetuados em bens garantidores de provisões técnicas; cumprir e fazer cumprir as deliberações do CNSP e exercer as atividades que por este forem delegadas; prover os serviços de Secretaria Executiva do CNSP. Mais informações poderão ser encontradas no endereço: [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)

## 2.4. SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC)

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social, responsável por fiscalizar as atividades das entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão). A Previc atua como entidade de fiscalização e de supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e de execução das políticas para o regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar, observando, inclusive, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar. Mais informações poderão ser encontradas no endereço: [www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br)

## 3. Operadores

### 3.1. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CAPTADORAS DE DEPÓSITO À VISTA

As principais instituições são: Bancos Múltiplos com carteira comercial; Bancos Comerciais; Caixa econômica Federal; e Cooperativas de Crédito. Abaixo uma breve explicação de cada uma delas.

#### Bancos múltiplos

Os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público. O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento, e ser organizado sob a forma de sociedade anônima. As instituições com carteira comercial podem captar depósitos à vista. Na sua denominação social deve constar a expressão "Banco" (Resolução CMN 2.099, de 1994).

#### Bancos comerciais

Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica do banco comercial, o qual pode também captar depósitos a prazo. Deve ser constituído sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão "Banco" (Resolução CMN 2.099, de 1994).

#### Caixa Econômica Federal

A Caixa Econômica Federal, criada em 1.861, está regulada pelo Decreto-Lei 759, de 12 de agosto de 1969, como empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. Trata-se de instituição assemelhada aos bancos comerciais, podendo captar depósitos à vista, realizar operações ativas e efetuar prestação de serviços. Uma característica distintiva da Caixa é que ela prioriza a concessão de empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esportes. Pode operar com crédito direto ao consumidor, financiando bens de consumo duráveis, emprestar sob garantia de penhor industrial e caução de títulos, bem como tem o monopólio do empréstimo sob penhor de bens pessoais e sob consignação e tem o monopólio da venda de bilhetes de loteria federal. Além de centralizar o recolhimento e posterior aplicação de todos os recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), integra o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Mais informações poderão ser encontradas no endereço: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

#### Cooperativas de crédito

As cooperativas de crédito se dividem em: singulares, que prestam serviços financeiros de captação e de crédito apenas aos respectivos associados, podendo receber repasses de outras instituições financeiras e realizar aplicações no mercado financeiro; centrais, que prestam serviços às singulares filiadas, e são também responsáveis auxiliares por sua supervisão; e confederações de cooperativas centrais, que prestam serviços a centrais e suas filiadas. Observam, além da legislação e normas gerais aplicáveis ao sistema financeiro: a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, que institui o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que institui o regime jurídico das sociedades cooperativas; e a Resolução nº 3.859, de 27 de maio de 2010, que disciplina sua constituição e funcionamento. As regras prudenciais são mais estritas para as cooperativas cujo quadro social é mais heterogêneo, como as cooperativas de livre admissão.

### 3.2. BOLSAS DE MERCADORIAS E FUTUROS

As bolsas de mercadorias e futuros são associações privadas civis, com objetivo de efetuar o registro, a compensação e a liquidação, física e financeira, das operações realizadas em pregão ou em sistema eletrônico. Para tanto, devem desenvolver, organizar e operacionalizar um mercado de derivativos livre e transparente, que proporcione aos agentes econômicos a oportunidade de efetuarem operações de hedging (proteção) ante flutuações de preço de commodities agropecuárias, índices, taxas de juro, moedas e metais, bem como de todo e qualquer instrumento ou variável macroeconômica cuja incerteza de preço no futuro possa influenciar negativamente suas atividades. Possuem autonomia financeira, patrimonial e administrativa e são fiscalizadas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL (IRB)

Resseguradores - Entidades, constituídas sob a forma de sociedades anônimas, que têm por objeto exclusivo a realização de operações de resseguro e retrocessão. O Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) é empresa resseguradora vinculada ao Ministério da Fazenda. Mais informações podem ser encontradas em: [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br) [www.irb-brasilre.com.br](http://www.irb-brasilre.com.br).

### 3.3. DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

- Agências de Fomento
- Associações de Poupança e Empréstimo
- Bancos de Câmbio
- Bancos de Desenvolvimento
- Bancos de Investimento
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- Companhias Hipotecárias
- Cooperativas Centrais de Crédito
- Sociedades Crédito, Financiamento e Investimento
- Sociedades de Crédito Imobiliário
- Sociedades de Crédito ao Microempreendedor

### 3.4. Agências de fomento

As agências de fomento têm como objeto social a concessão de financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede. Devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e estar sob o controle de Unidade da Federação, sendo que cada Unidade só pode constituir uma agência. Tais entidades têm status de instituição financeira, mas não podem captar recursos junto ao público, recorrer ao redesconto, ter conta de reserva no Banco Central, contratar depósitos interfinanceiros na qualidade de depositante ou de depositária e nem ter participação societária em outras instituições financeiras. De sua denominação social deve constar a expressão "Agência de Fomento" acrescida da indicação da Unidade da Federação Controladora. É vedada a sua transformação em qualquer outro tipo de instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional. As agências de fomento devem constituir e manter, permanentemente, fundo de liquidez equivalente, no mínimo, a 10% do valor de suas obrigações, a ser integralmente aplicado em títulos públicos federais. (Resolução CMN 2.828, de 2001).

#### Associações de poupança e empréstimo

As associações de poupança e empréstimo são constituídas sob a forma de sociedade civil, sendo de propriedade comum de seus associados. Suas operações ativas são, basicamente, direcionadas ao mercado imobiliário e ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH). As operações passivas são constituídas de emissão de letras e cédulas hipotecárias, depósitos de cadernetas de poupança, depósitos interfinanceiros e empréstimos externos. Os depositantes dessas entidades são considerados acionistas da associação e, por isso, não recebem rendimentos, mas dividendos. Os recursos dos depositantes são, assim, classificados no patrimônio líquido da associação e não no passivo exigível (Resolução CMN 52, de 1967).

#### Bancos de Câmbio

Os bancos de câmbio são instituições financeiras autorizadas a realizar, sem restrições, operações de câmbio e operações de crédito vinculadas às de câmbio, como financiamentos à exportação e importação e adiantamentos sobre contratos de câmbio, e ainda a receber depósitos em contas sem remuneração, não movimentáveis por cheque ou por meio eletrônico pelo titular, cujos recursos sejam destinados à realização das operações acima citadas. Na denominação dessas instituições deve constar a expressão "Banco de Câmbio" (Res. CMN 3.426, de 2006).

#### Bancos de desenvolvimento

Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais, e têm como objetivo precípuo proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e a longo prazos, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado. As operações passivas são depósitos a prazo, empréstimos externos, emissão ou endosso de cédulas hipotecárias, emissão de cédulas pignoratícias de debêntures e de Títulos de Desenvolvimento Econômico. As operações ativas são empréstimos e financiamentos, dirigidos prioritariamente ao setor privado. Devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima, com sede na capital do Estado que detiver seu controle acionário, devendo adotar, obrigatória e privativamente, em sua denominação social, a expressão "Banco de Desenvolvimento", seguida do nome do Estado em que tenha sede (Resolução CMN 394, de 1976).

#### Bancos de investimento

Os bancos de investimento são instituições financeiras privadas especializadas em operações de participação societária de caráter temporário, de financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro e de administração de recursos de terceiros. Devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima e adotar, obrigatoriamente, em sua denominação social, a expressão "Banco de Investimento". Não possuem contas correntes e captam recursos via depósitos a prazo, repasses de recursos externos, internos e venda de cotas de fundos de investimento por eles administrados. As principais operações ativas são financiamento de capital de giro e capital fixo, subscrição ou aquisição de títulos e valores mobiliários, depósitos interfinanceiros e repasses de empréstimos externos (Resolução CMN 2.624, de 1999).

#### Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criado em 1952 como autarquia federal, foi enquadrado como uma empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, pela Lei 5.662, de 21 de junho de 1971. O BNDES é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país. Suas linhas de apoio contemplam financiamentos de longo prazo e custos competitivos, para o desenvolvimento de projetos de investimentos e para a comercialização de máquinas e equipamentos novos, fabricados no país, bem como para o incremento das exportações brasileiras. Contribui, também, para o fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e desenvolvimento do mercado de capitais. A BNDESPAR, subsidiária integral, investe em empresas nacionais através da subscrição de ações e debêntures conversíveis. O BNDES considera ser de fundamental importância, na execução de sua política de apoio, a observância de princípios ético-ambientais e assume o compromisso com os princípios do desenvolvimento sustentável. As linhas de apoio financeiro e os programas do BNDES atendem às necessidades de investimentos das empresas de qualquer porte e setor, estabelecidas no país. A parceria com instituições financeiras, com agências estabelecidas em todo o país, permite a disseminação do crédito, possibilitando um maior acesso aos recursos do BNDES. Mais informações poderão ser encontradas no endereço: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

### Companhias hipotecárias

As companhias hipotecárias são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade anônima, que têm por objeto social conceder financiamentos destinados à produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais aos quais não se aplicam as normas do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Suas principais operações passivas são: letras hipotecárias, debêntures, empréstimos e financiamentos no País e no Exterior. Suas principais operações ativas são: financiamentos imobiliários residenciais ou comerciais, aquisição de créditos hipotecários, refinanciamentos de créditos hipotecários e repasses de recursos para financiamentos imobiliários. Tais entidades têm como operações especiais a administração de créditos hipotecários de terceiros e de fundos de investimento imobiliário (Resolução CMN 2.122, de 1994).

### Cooperativas centrais de crédito

As cooperativas centrais de crédito, formadas por cooperativas singulares, organizam em maior escala as estruturas de administração e suporte de interesse comum das cooperativas singulares filiadas, exercendo sobre elas, entre outras funções, supervisão de funcionamento, capacitação de administradores, gerentes e associados, e auditoria de demonstrações financeiras (Resolução CMN 3.106, de 2003).

### Sociedades de crédito, financiamento e investimento

As sociedades de crédito, financiamento e investimento, também conhecidas por financeiras, foram instituídas pela Portaria do Ministério da Fazenda 309, de 30 de novembro de 1959. São instituições financeiras privadas que têm como objetivo básico a realização de financiamento para a aquisição de bens, serviços e capital de giro. Devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a expressão "Crédito, Financiamento e Investimento". Tais entidades captam recursos por meio de aceite e colocação de Letras de Câmbio ([Resolução CMN 45, de 1966](#)) e Recibos de Depósitos Bancários ([Resolução CMN 3454, de 2007](#)).

### Sociedades de crédito imobiliário

As sociedades de crédito imobiliário são instituições financeiras criadas pela Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964, para atuar no financiamento habitacional. Constituem operações passivas dessas instituições os depósitos de poupança, a emissão de letras e cédulas hipotecárias e depósitos interfinanceiros. Suas operações ativas são: financiamento para construção de habitações, abertura de crédito para compra ou construção de casa própria, financiamento de capital de giro a empresas incorporadoras, produtoras e distribuidoras de material de construção. Devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima, adotando obrigatoriamente em sua denominação social a expressão "Crédito Imobiliário". (Resolução CMN 2.735, de 2000).

### Sociedades de crédito ao microempreendedor

As sociedades de crédito ao microempreendedor, criadas pela Lei 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, são entidades que têm por objeto social exclusivo a concessão de financiamentos e a prestação de garantias a pessoas físicas, bem como a pessoas jurídicas classificadas como microempresas, com vistas a viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial de pequeno porte. São impedidas de captar, sob qualquer forma, recursos junto ao público, bem como emitir títulos e valores mobiliários destinados à colocação e oferta públicas. Devem ser constituídas sob a forma de companhia fechada ou de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, adotando obrigatoriamente em sua denominação social a expressão "Sociedade de Crédito ao Microempreendedor", vedada a utilização da palavra "Banco" (Resolução CMN 2.874, de 2001).

## 3.5. BANCOS DE CÂMBIO

Os bancos de câmbio são instituições financeiras autorizadas a realizar, sem restrições, operações de câmbio e operações de crédito vinculadas às de câmbio, como financiamentos à exportação e importação e adiantamentos sobre contratos de câmbio, e ainda a receber depósitos em contas sem remuneração, não movimentáveis por cheque ou por meio eletrônico pelo titular, cujos recursos sejam destinados à realização das operações acima citadas. Na denominação dessas instituições deve constar a expressão "Banco de Câmbio" (Res. CMN 3.426, de 2006).

## 3.6. BOLSAS DE VALORES

As bolsas de valores são sociedades anônimas ou associações civis, com o objetivo de manter local ou sistema adequado ao encontro de seus membros e à realização entre eles de transações de compra e venda de títulos e valores mobiliários, em mercado livre e aberto, especialmente organizado e fiscalizado por seus membros e pela Comissão de Valores Mobiliários. Possuem autonomia financeira, patrimonial e administrativa (Resolução CMN 2.690, de 2000).

## 3.7. SOCIEDADES SEGURADORAS

Sociedades seguradoras - são entidades, constituídas sob a forma de sociedades anônimas, especializadas em pactuar contrato, por meio do qual assumem a obrigação de pagar ao contratante (segurado), ou a quem este designar, uma indenização, no caso em que advenha o risco indicado e temido, recebendo, para isso, o prêmio estabelecido. Mais informações poderão ser encontradas no endereço: [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)

## 3.8. OUTROS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

- Administradoras de Consórcio
- Sociedades de arrendamento mercantil
- Sociedades corretoras de câmbio
- Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários
- Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários

### Administradoras de consórcio

As administradoras de consórcio são empresas responsáveis pela formação e administração de grupos de consórcio, atuando como mandatárias de seus interesses e direitos. O grupo de consórcio é uma sociedade não personificada, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, e que visa a coleta de poupança para permitir aos consorciados a aquisição de bens ou serviços. As atividades do sistema de consórcio são reguladas pela Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, bem como pela Circular nº 3.432, de 3 de fevereiro de 2009, e supervisionadas pelo Banco Central.

### Sociedades de arrendamento mercantil

As sociedades de arrendamento mercantil são constituídas sob a forma de sociedade anônima, devendo constar obrigatoriamente na sua denominação social a expressão "Arrendamento Mercantil". As operações passivas dessas sociedades são emissão de debêntures, dívida externa, empréstimos e financiamentos de instituições financeiras. Suas operações ativas são constituídas por títulos da dívida pública, cessão de direitos creditórios e, principalmente, por operações de arrendamento mercantil de bens móveis, de produção nacional ou estrangeira, e bens imóveis adquiridos pela entidade arrendadora para fins de uso próprio do arrendatário. São supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (Resolução CMN 2.309, de 1996).

### Sociedade corretoras de câmbio

As sociedades corretoras de câmbio são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, devendo constar na sua denominação social a expressão "Corretora de Câmbio". Têm por objeto social exclusivo a intermediação em operações de câmbio e a prática de operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes. São supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (Resolução CMN 1.770, de 1990).

### Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários

As sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada. Dentre seus objetivos estão: operar em bolsas de valores, subscrever emissões de títulos e valores mobiliários no mercado; comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros; encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários; exercer funções de agente fiduciário; instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento; emitir certificados de depósito de ações e cédulas pignoratícias de debêntures; intermediar operações de câmbio; praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes; praticar operações de conta margem; realizar operações compromissadas; praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros; operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros. São supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (Resolução CMN 1.655, de 1989). Os FUNDOS DE INVESTIMENTO, administrados por corretoras ou outros intermediários financeiros, são constituídos sob forma de condomínio e representam a reunião de recursos para a aplicação em carteira diversificada de títulos e valores mobiliários, com o objetivo de propiciar aos condôminos valorização de quotas, a um custo global mais baixo. A normatização, concessão de autorização, registro e a supervisão dos fundos de investimento são de competência da Comissão de Valores Mobiliários.

### Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários

As sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, devendo constar na sua denominação social a expressão "Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários". Algumas de suas atividades: intermedeiam a oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; administram e custodiam as carteiras de títulos e valores mobiliários; instituem, organizam e administram fundos e clubes de investimento; operam no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários, inclusive ouro financeiro, por conta de terceiros; fazem a intermediação com as bolsas de valores e de mercadorias; efetuam lançamentos públicos de ações; operam no mercado aberto e intermedeiam operações de câmbio. São supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (Resolução CMN 1.120, de 1986).

## 3.9. SOCIEDADES DE CAPITALIZAÇÃO

Sociedades de capitalização - são entidades, constituídas sob a forma de sociedades anônimas, que negociam contratos (títulos de capitalização) que têm por objeto o depósito periódico de prestações pecuniárias pelo contratante, o qual terá, depois de cumprido o prazo contratado, o direito de resgatar parte dos valores depositados corrigidos por uma taxa de juros estabelecida contratualmente; conferindo, ainda, quando previsto, o direito de concorrer a sorteios de prêmios em dinheiro. Mais informações poderão ser encontradas no endereço: [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)

### ENTIDADES ABERTAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Entidades abertas de previdência complementar - são entidades constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas. São regidas pelo Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966, e pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001. As funções do órgão regulador e do órgão fiscalizador são exercidas pelo Ministério da Fazenda, por intermédio do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Mais informações poderão ser encontradas no endereço: [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br)

### ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (FUNDOS DE PENSÃO)

As entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão) são organizadas sob a forma de fundação ou sociedade civil, sem fins lucrativos e são acessíveis, exclusivamente, aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas ou aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, antes denominados patrocinadores ou aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidores. As entidades de previdência fechada devem seguir as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução 3.121, de 25 de setembro de 2003, no que tange à aplicação dos recursos dos planos de benefícios. Também são regidas pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001. Mais informações poderão ser encontradas no endereço: [www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br)

Fonte: Banco Central do Brasil, disponível em <http://www.bcb.gov.br/>

A estruturação das instituições do sistema por especialização permitiu o surgimento de inúmeras instituições e a diversificação de ativos financeiros disponíveis aos poupadores. As principais instituições do sistema são: bancos comerciais; bancos de investimento; sociedades de crédito; sociedade de crédito imobiliário; associações de poupança e empréstimo; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que fora criado em 1952; e os bancos de desenvolvimento estaduais ou regionais.

Em 1976, foi criada a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com status de Autoridade Monetária para o segmento de mercado de capitais, cabendo-lhe as funções de formular as normas e fiscalizar as instituições deste setor: bolsas de valores, bolsas de futuro, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de investimentos e sociedades anônimas.

Outra inovação importante no Sistema Financeiro Nacional ocorreu em dezembro de 1987, quando o Conselho Monetário Nacional permitiu aos intermediários financeiros organizarem-se em bancos múltiplos. O banco múltiplo congrega sob uma só pessoa jurídica diversas instituições financeiras, até então pessoas jurídicas distintas, que passam a ser carteira dessa nova instituição. Assim o banco comercial pode tornar-se a carteira comercial do banco múltiplo; o banco de investimento, a

carteira de investimento; a sociedade de crédito e financiamento, a carteira de crédito e financiamento; a sociedade de crédito imobiliário, a carteira de crédito imobiliário; e o banco de desenvolvimento a carteira de desenvolvimento. Um banco para ser múltiplo deve possuir pelo menos duas carteiras, sendo a carteira comercial obrigatória.

### **3.3.2 Política Monetária**

Entende-se por política monetária as ações do Banco Central para exercer o controle da expansão da moeda e do crédito, visando metas desejadas de taxa de juros, crescimento da economia, nível de emprego e estabilidade de preços. A atuação do Banco Central se dá, em essência, sobre a disponibilidade e o custo das Reservas Bancárias, criando ou destruindo essas reservas para exercer o controle dos meios de pagamento.

#### **3.3.2.1 Instrumentos de Política Monetária**

Para que as Autoridades Monetárias possam executar a Política Monetária, elas se utilizam de alguns instrumentos para influenciar a oferta de moeda e regular a taxa de juros. Essas Autoridades Monetárias não têm condições de interferir, diretamente, no cotidiano dos agentes econômicos, como por exemplo, para aumentar ou para reduzir o nível de consumo. Dessa forma, através da ação sobre as reservas bancárias e das taxas de juros, indiretamente induzem o público a alterar o perfil de seus gastos.

Os principais instrumentos da política monetária são:

- controle direto da quantidade de dinheiro em circulação;
- operações no mercado aberto;
- fixação da taxa de reservas (ou compulsório);

- fixação da taxa de redesconto;
- controle seletivo de crédito.

**I. Controle do dinheiro em circulação:**

Este instrumento se relaciona diretamente com a questão da emissão do dinheiro e sua circulação por intermédio das Autoridades Monetárias. Normalmente a emissão de moeda se destina ao financiamento de déficits orçamentários do governo, para concessão de empréstimos de liquidez às instituições bancárias e para a realização de operações de compra e venda de moeda estrangeira.

**II. Operações no mercado aberto:**

As operações no mercado aberto consistem na compra e venda de títulos públicos por parte do Banco Central, objetivando regular os fluxos gerais de liquidez da economia. Quando há excesso de oferta monetária o Banco Central realiza operações de venda de Títulos Públicos. Reduz-se, dessa forma, a quantidade de dinheiro em poder do público e dos bancos, contraindo-se, portanto, os meios de pagamento. Caso a oferta monetária seja insuficiente, o Banco Central realiza operações de compra dos Títulos Públicos. Ao comprar títulos, ele injeta dinheiro no sistema provocando, então, uma expansão dos meios de pagamento.

**III. Fixação da taxa de reserva (ou compulsório):**

Este é outro instrumento utilizado pelas Autoridades Monetárias para controlar a oferta de dinheiro, atuando diretamente sobre os bancos. Essas reservas, conhecidas como depósitos compulsórios, são mantidas pelas instituições bancárias junto ao Banco Central, em uma proporção dos depósitos a vista mantidos pelos bancos. Esse instrumento atua diretamente sobre o nível de reservas dos bancos comerciais sendo, portanto, bastante eficiente, já que mudanças nessa variável

influem no multiplicador bancário com reflexos diretos no nível de expansão ou contração dos meios de pagamento.

Uma elevação na taxa de compulsório provocará uma diminuição dos meios de pagamento, uma vez que reduz as disponibilidades dos bancos para empréstimos. Inversamente, se o Banco Central reduz a taxa de compulsório, as disponibilidades para empréstimos aumentam, provocando uma elevação dos meios de pagamento.

#### **IV. Fixação da taxa de redesconto:**

O redesconto é um empréstimo que os bancos comerciais recebem do Banco Central para cobrir eventuais problemas de liquidez. A taxa de juros cobrada sobre esses empréstimos é chamada de Taxa de Redesconto. Uma elevação da taxa de redesconto induzirá os bancos comerciais a aumentar suas reservas voluntárias. Assim fazendo, eles evitam incorrer em altos custos financeiros decorrentes de dificuldades momentâneas de caixa.

Um aumento nas reservas bancárias decorrente da elevação das taxas de redesconto, faz com que o montante de empréstimos concedidos pelos bancos comerciais diminua, reduzindo os meios de pagamento. Inversamente, uma redução na taxa de redesconto, induzirá a uma redução das reservas bancárias e a uma expansão dos meios de pagamento.

#### **V. Controles seletivos de crédito:**

As Autoridades Monetárias geralmente possuem poderes para controlar, de forma direta, o nível de determinado ativo ou os termos em que os bancos emprestam. As Autoridades Monetárias têm condições de controlar o volume e a distribuição das linhas de crédito, impor um certo teto às taxas de juros e orientar a finalidade na concessão créditos, determinando prazos, limites e condições.

### 3.3.2.2 Efeitos da Política Monetária

A política monetária adotada pelo governo atinge o setor real da economia através das seguintes variáveis de cunho financeiro:

- taxa de juros;
- custo e disponibilidade de crédito;
- expectativa acerca de futuras taxas de juros; e
- riqueza privada.

A política monetária também produz efeitos nas seguintes variáveis:

- **Efeitos sobre a demanda agregada:** um aumento na oferta monetária fará a taxa de juros cair e incidirá positivamente sobre a demanda agregada, aumentando o gasto com consumo. O mesmo ocorrerá com o investimento, pois para as empresas, ficará mais barato o financiamento dos bens de capital. Paralelamente, uma redução da quantidade de dinheiro fará a demanda agregada diminuir.
- **Efeitos sobre a inflação:** os economistas monetaristas defendem que a inflação é causada por um aumento excessivo de oferta monetária. Por isso, para eles, o controle do crescimento da oferta monetária é um fator chave para conter o aumento dos preços.
- **Efeitos sobre a entrada de capitais estrangeiros:** uma taxa de juros elevada incentivará a entrada de capital estrangeiro e reduzirá a fuga de capitais, por sua maior remuneração.

É no mercado monetário que são realizadas as operações financeiras de curto e curtíssimo prazos. Dele fazem parte órgãos financeiros que negociam títulos e valores, concedendo empréstimos a empresas ou a particulares a curto e curtíssimo

prazos, contra o pagamento de juros. Nele são financiados, também, os desencaixes momentâneos de caixa dos bancos comerciais e do Tesouro Nacional.

É neste mercado que são realizadas as operações de mercado aberto, inclusive as operações de um dia, conhecidas como operações de *overnight*.

Este mercado serve também como instrumento de política monetária, onde o Banco Central atua para controlar o nível de liquidez da economia. Quando o governo pretende reduzir a liquidez, ou seja, retirar o dinheiro de circulação, ele vende Títulos Públicos (Notas do Tesouro Nacional - NTN; Letras do Tesouro Nacional - LTN; Bônus do Banco Central - BBC; Letras do Banco Central - LBC.); e quando deseja aumentar a liquidez, compra esses títulos, injetando de volta o dinheiro no sistema econômico.

**Saiba mais....**

- ❖ Se você quiser saber quanto de moeda corrente existe em circulação no país, acesse o site:  
<<http://www5.bcb.gov.br/adm/mecir/principal.asp?id=dincirc>>.
- ❖ Veja neste estudo do Banco Central como o brasileiro se relaciona com a moeda:  
<[http://www.bcb.gov.br/htms/Apresentacao\\_BACEN\\_DataFolha\\_resumo2007.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/Apresentacao_BACEN_DataFolha_resumo2007.pdf)>.
- ❖ Informações sobre como é calculado o PIB no Brasil e sua evolução durante os últimos anos Endereços:  
<http://www.ibge.gov.br/home/>  
<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata>
- ❖ Pesquise também na Fundação IBGE – Sistema de Contas Nacionais – Tabela de recursos e usos – Metodologia. Diretoria de Pesquisa, texto para discussão interna número 88, dezembro de 1998 em :  
<http://www.ibge.gov.br/home/>

### **Atividades de Aprendizagem**

- 1- Como a Micro e a Macroeconomia podem ser utilizadas pelos gestores das empresas no auxílio de suas decisões?
- 2- Quais as questões que a Micro e a Macroeconomia discutem que interessa a população como um todo e que faz parte do seu dia-a-dia?
- 3- Quais os principais instrumentos das políticas Macroeconômicas?
- 4- Quais os mercados que a Macroeconomia estuda?
- 5- Quais os pressupostos para a racionalidade do consumidor?
- 6- Quais as características das curvas de indiferença?
- 7- O que significa a restrição orçamentária para o consumidor?
- 8- Descreva as funções da moeda.
- 9- Comente e discuta os motivos para a demanda da moeda.
- 10-Quais são os instrumentos da Política Monetária.
- 11-Propomos que você faça uma tabela da evolução do M1, M2, M3 e M4 do Brasil de 2006 a 2011. O que você achou?

## 4 UNIDADE 4 – NOÇÕES DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

O **objetivo** desta unidade é apresentar os determinantes do comércio internacional, seus ganhadores e perdedores, bem como os argumentos a favor da restrição ao comércio. Após você ter tomado conhecimento sobre o papel da política monetária na economia, é hora que conhecer como o comércio internacional se desenvolve, cujo objetivo é ampliar a economia. O comércio permite que os países ou regiões se especializem naquilo que fazem melhor e possam desfrutar assim, de uma maior quantidade de produtos e serviços, para isto vamos estudar algumas das mais importantes teoria de Comércio Internacional.

Os economistas clássicos consideravam o comércio internacional a mola mestra do desenvolvimento econômico, por possibilitar a expansão dos mercados, a redução dos custos médios e dos preços dos produtos, seguidos por um aumento dos lucros. À medida que os países especializam-se na produção dos bens para os quais sua produtividade é maior, o produto mundial aumenta. A elevação do nível de renda de um país provoca o aumento de suas importações, o que acaba beneficiando os países exportadores.

Essa interdependência entre as nações aumentaram com a globalização da economia mundial, nos anos recentes, provocando nas diferentes economias nacionais tanto efeitos progressivos como efeitos regressivos sobre o crescimento econômico. O conhecimento dos mecanismos do comércio internacional, com a ajuda dos instrumentos de análise fornecidos pela teoria econômica, é de fundamental importância para a formulação de políticas macroeconômicas no interior da economia nacional.

### ***4.1 Conceitos Básicos***

O comércio internacional diferencia-se do comércio inter-regional, basicamente, pela existência de moedas, legislações e políticas econômicas diferentes. Além disso, os mercados são geograficamente separados e mais distantes, o que implica custos de transporte mais elevados, inibindo a comercialização de muitos produtos de menor alcance geográfico, bem como a mobilidade dos fatores de produção.

O comércio internacional precisa ser monitorado pelas autoridades econômicas porque é necessário ter um controle das necessidades de moedas estrangeiras para efetuar os pagamentos necessários. De outro lado, os gastos externos têm influência sobre a economia nacional, afetando variáveis macroeconômicas importantes, como os preços internos, o nível de emprego e de renda. Assim, as autoridades econômicas costumam acompanhar o desempenho e a evolução das relações comerciais do país com o resto do mundo, registrando-as no que é conhecido como **balanço de pagamentos**. Atenção especial precisa ser dada ao mercado de divisas e à disponibilidade de moedas estrangeiras, porque grandes variações na taxa de câmbio afetam as contas externas, tornando necessário o país adotar políticas alternativas de ajuste do balanço de pagamentos.

### ***4.2 Teorias do Comércio Internacional***

As teorias do comércio internacional estudadas nesta seção, objetiva explicar os motivos pelos quais os países têm relações comerciais com o resto do mundo.

### 4.2.1 Teoria Clássica do Comércio: as contribuições de A. Smith e D. Ricardo.

Adam Smith e David Ricardo são os principais economistas clássicos que se preocuparam em estudar e elaborar uma teoria de comércio internacional. Suas teorias consistem em mostrar que as relações comerciais entre os países são determinadas pelas diferenças de custos de produção, medidos em produtividade de trabalho.

A análise de A. Smith diz que cada país, visando à expansão do mercado além de suas fronteiras, deve especializar-se na produção de bens em que existam **vantagens absolutas**, bem como deve importar os bens para os quais ocorram desvantagens absolutas. Em outras palavras, o comércio internacional é dinamizado quando os países produzem e exportam produtos cujos custos de produção são, em termos absolutos, menores do que os custos de produção dos produtos produzidos nos países concorrentes.

Pelo exposto, o comércio internacional não seria vantajoso se algum país apresentasse vantagens absolutas na produção de todos os bens em relação a seus parceiros comerciais. Segundo David Ricardo, o que determina se um bem deve ser ou não produzido são os **custos comparativos e não os custos absolutos**. Assim, mesmo que um país produza todos os bens com os menores custos de produção em relação ao resto do mundo, os ganhos de comércio ocorrem se os preços relativos dos bens produzidos pelos países envolvidos no processo de troca forem diferentes. Dessa forma o país seria beneficiado se produzisse apenas aqueles bens para os quais os custos forem menores, importando de outros países os produtos com menores vantagens de custos.

#### 4.2.2 Teoria Neoclássica do Comércio: o modelo Heckscher-Ohlin

Ao contrário da teoria clássica que considera o trabalho o único fator de produção, o que faz com que o comércio seja determinado pelas diferenças na produtividade do trabalho, a teoria neoclássica busca mostrar que a vantagem comparativa é influenciada pela interação entre os recursos, conforme a abundância relativa dos fatores de produção, e a tecnologia adotada na produção dos diferentes países. Desenvolvida pelos economistas suecos Eli Heckscher e Bertil Ohlin, a teoria neoclássica do comércio internacional, intitulada de modelo Heckscher-Ohlin, enfatiza que cada país especializa-se e exporta o produto no qual emprega, de forma intensiva, o fator de produção relativamente abundante.

Dessa forma, os países com estoque maior de mão-de-obra e, portanto, custos salariais menores, irão especializar-se na produção e exportação daqueles produtos, utilizando técnicas intensivas em trabalho. Inversamente, os países com escassez de mão-de-obra e abundância de capital, possuindo desse modo salários mais altos, vão especializar-se na produção de bens, empregando tecnologia intensiva em capital e poupadora de mão-de-obra.

#### 4.2.3 Modernas Teorias do Comércio Internacional

As modernas teorias explicam o desenvolvimento do comércio internacional pelo surgimento de **economias de escala**. Assim, são os retornos crescentes de produção que fornecem aos países os incentivos para que ocorra especialização e, por conseguinte, comercialização da produção além de suas fronteiras. Os modelos de economias de escala, relacionados aos ganhos do comércio internacional, estão centrados nas análises de mercado que operam em concorrência imperfeita. Neste particular, destacam-se dois tipos de modelo: modelos de **concorrência monopolística**, em que a diferenciação de produto é observada nos setores intra-industriais e interindustriais, e modelos de **dumping**, em que a firma

monopolística cobra um preço de exportação abaixo do preço domesticamente vendido.

Paralelamente à dinâmica estrutural dos mercados, os modelos de economias de escala são explicados, também, pela difusão do progresso tecnológico, o que está relacionado às políticas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Essas novas teorias do comércio internacional enfatizam que o desenvolvimento tecnológico vem mudando os padrões do comércio entre as nações. Assim, a **teoria do ciclo de vida do produto**, afirma que novos produtos e novos processos de produção surgem nos países desenvolvidos que mais investem em pesquisa e desenvolvimento. Posteriormente, com o surgimento de concorrentes produzindo um produto similar, o preço de mercado se reduz. Assim, a empresa inicial obriga-se a produzir em outra região, com menores custos salariais. Continuando a concorrência, novos produtos similares surgem no mercado, obrigando a empresa a produzir em um país em desenvolvimento, com níveis salariais menores.

A diversificação da estrutura produtiva dos países em desenvolvimento, nesse caso, fica explicada pelo ciclo de vida do produto e não apenas pelas vantagens comparativas.

### ***4.3 Políticas Comerciais e Finanças Internacionais***

A existência do comércio internacional, nos moldes analisados até o momento, que na terminologia técnica seria o Livre Comércio, sofre interferências governamentais através do instrumento denominado **Política Comercial Internacional**, onde são introduzidas ações artificiais que possibilitam ou o incremento das exportações, ou redução nas importações, ou ambos.

#### **4.3.1 Obstáculos ao Livre Comércio**

Apesar das vantagens do livre comércio entre países, existe uma série de fatos que aconselham, ou justificam, em certos casos, certo grau de intervencionismo do Estado, para limitar a entrada de determinados produtos no país. Os principais argumentos utilizados para justificar o estabelecimento de **medidas protecionistas** são os seguintes:

- **Argumento da indústria nascente**

Uma indústria nascente pode não estar em condições de sobreviver à competição externa (trustes e cartéis). Esse argumento sustenta que tais indústrias deveriam ser protegidas, ao menos temporariamente, por altas tarifas ou cotas até que conseguissem desenvolver eficiência tecnológica e economias de escala que lhes possibilitassem concorrer com as indústrias estrangeiras.

- **Argumento da Segurança Nacional**

Deve-se procurar proteger indústrias consideradas estratégicas do ponto de vista de segurança nacional.

- **Argumento de Proteção ao Emprego**

Deve-se promover a substituição de importações por bens fabricados no próprio país, estimulando-se a criação de novas indústrias e a geração de novos empregos.

- **Argumento do combate aos Déficits Comerciais**

Deve-se combater os déficits que se apresentam entre as exportações e importações.

### **4.3.2 As Principais Medidas Intervencionistas**

O governo pode criar restrições ao comércio internacional, dentre as quais destacam-se as seguintes:

1. **Impostos de importação ou tarifas aduaneiras.** Uma tarifa aduaneira ou imposto de importação é um pagamento que as autoridades econômicas exigem para a importação de produtos de outros países, com o objetivo de elevar o seu preço de venda no mercado interno e assim proteger os produtos nacionais da concorrência de produtos mais baratos.
2. **Contingenciamento ou cotas à importação.** Sem prejuízo da medida anterior, os governos podem impor restrições para determinados bens estrangeiros, isto é, limitam a quantidade que pode importar desses bens, qualquer que seja o seu preço.
3. **Subsídios às exportações.** O subsídio à exportação é uma ajuda ao fabricante nacional de determinados bens para que possa exportá-los a preços menores e mais competitivos.
4. **Barreiras não-tarifárias.** São regulamentações administrativas que discriminam os produtos estrangeiros e favorecem os nacionais, tais como: procedimentos aduaneiros complexos e custosos, normas administrativas de qualidade e sanitárias muito restritivas.

5. Incentivos às exportações. O incentivo a ser adotado pelo governo para que o preço do produto nacional se torne mais barato do que o preço do similar estrangeiro pode ser o dos incentivos **fiscais** às exportações ou, ainda, de incentivos **creditícios** (juros mais baratos). O governo utiliza, também, os incentivos **burocráticos**, como a eliminação de diversos trâmites legais que deveriam ser observados nas exportações.

### 4.3.3 Organizações Comerciais e Monetárias Internacionais

Como se observa na seção anterior, as políticas comerciais dos diferentes países acabam afetando as exportações mundiais e portanto, o nível interno de renda e emprego em diferentes países. Para minimizar esses problemas, foi firmado em 1947, em Genebra, o **Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)**, tendo como base o livre comércio entre os países.

O GATT tinha os seguintes objetivos:

- dar tratamento igual, sem discriminação, a todas as nações participantes;
- reduzir as tarifas de importações entre os países, mediante negociação; e
- eliminar gradualmente as cotas de importação.

Os conflitos entre os países-membros deveriam ser resolvidos por consultas, podendo resultar em acordos comerciais. O GATT permitia exceções nas suas regras gerais. Por exemplo, se um país estivesse passando por dificuldades em sua balança de transações correntes poderia estabelecer temporariamente tarifas restritivas.

A **Rodada Uruguai**, que compreendeu um conjunto de negociações realizadas em Punta del Est, no Uruguai, em 1986, terminando em Marrakesh no Marrocos, em 1994, envolveu 116 nações participantes. A Rodada Uruguai transformou o GATT na **Organização Mundial de Comércio (OMC)** e incluiu os serviços e direitos autorais no acordo geral. A criação da OMC em janeiro de 1995, foi um avanço, porque se transformou um Acordo Geral em Organismo Internacional empenhado no desenvolvimento do comércio mundial.

Os primeiros acordos para promover o comércio internacional ocorreram na área financeira, mas havia grandes dificuldades em conciliar interesses conflitantes. Em 1930, foi criado na Basileia (Suíça) o **Banco Internacional de Pagamentos**, com o fim de administrar as reparações de guerra a serem pagas pela Alemanha (tornou-se uma espécie de embrião de um banco central do mundo).

Em 1944, os países aliados reuniram-se em Bretton Woods com a idéia de criar um verdadeiro banco central internacional, com uma moeda própria. Nessa reunião foi criado o **Fundo Monetário Internacional (FMI)** com o objetivo de zelar pelo bom funcionamento do sistema monetário internacional e, em particular, para assegurar a sobrevivência das políticas de câmbio e conceder créditos aos membros com dificuldades em seus balanços de pagamentos.

Em 1945, foi criado o **Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)** ou **Banco Mundial**, com a finalidade de reconstruir os países devastados pela II Guerra Mundial e estimular o crescimento do comércio internacional, mediante empréstimos a médio e longo prazos.

Somente o BIRD ou FMI não eram suficientes para financiar o desenvolvimento econômico da América Latina. Assim, em abril de 1959, foi criado por 19 governos latino-americanos mais o Estados Unidos, o **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**, instituição financeira da OEA, para apoiar o desenvolvimento

econômico e social da região. Os recursos financeiros do BID são provenientes dos países ricos, que os repassam aos países pobres, mediante o pagamento de juros.

#### **4.3.4 Regionalização do Comércio Internacional**

O comércio internacional tem-se desenvolvido ultimamente devido à formação de blocos econômicos e a globalização da economia mundial. Esses blocos iniciaram-se com a formação de acordos comerciais entre países, evoluindo para zonas de livre comércio.

As zonas de livre comércio são formadas por países que concordam em reduzir gradualmente as barreiras alfandegárias. Constitui exemplo a **(ALALC)** **Associação Latino-Americana de Livre Comércio**, que foi criada em fevereiro de 1960 pelo Tratado de Montevideú. A ALALC visava criar um amplo mercado, a exemplo do Mercado Comum Europeu. Todavia, a ALALC não atingiu seus objetivos pela heterogeneidade dos países membros, com políticas econômicas diversas, muitas vezes antagônicas, e pelo nacionalismo existente na maioria desses países.

Em agosto de 1980, surgiu a **Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)**, que sucedeu a ALALC, composta pelos mesmos países e com os mesmos objetivos. A diferença entre os dois organismos foi a existência de acordos de alcance parcial, em que poderiam participar apenas alguns países membros. Assim surgiu o **Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)**, pelo Tratado de Assunção, em 1991.

Outro bloco econômico importante foi o que derivou do **Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA)**, de 1989, reunindo os Estados Unidos, o Canadá e o México.

Atualmente, o NAFTA deseja fazer acordos com outros mercados, estendendo o bloco até o Sul do continente, por meio da criação da **Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA)**, em dezembro de 1994.

Outros blocos importantes são:

- a) **Comunidade Andina:** formado em maio de 1969 pela Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela;
- b) **Mercado Comum Centro-Americano:** formado em junho de 1961 por Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá;
- c) **Comunidade do Caribe:** criado em abril de 1968;
- d) **Associação de Nações do Sudoeste Asiático:** formado em agosto de 1967 por Brunei Darussalam, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã;
- e) **Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral:** formado em 1997 pela África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Malavi, Maurício, Moçambique, Namíbia, Congo, Seychelles, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue;
- f) **Fórum Econômico da Ásia e do Pacífico (APEC):** formado em 1989 pelo Japão, Coreia do Sul, China, Tailândia, Cingapura, Malásia, Indonésia, Taiwan, Filipinas, Austrália, Nova Zelândia, Rússia, Peru, Chile, México, Estados Unidos e Canadá.

Apesar da existência de um consenso internacional de que os países devem reduzir as barreiras alfandegárias para aumentar a mobilidade de bens e fatores de produção entre os países, ainda há muitas **barreiras não tarifárias**. Essas são formas disfarçadas de protecionismo, praticadas sobretudo pelos países desenvolvidos. (Produtos agrícolas, alimentos, produtos siderúrgicos e calçados). As principais restrições não tarifárias são exigências burocráticas, normas técnicas, controle fitossanitário e de qualidade, proteção ao meio ambiente e condições de trabalho nos setores exportadores dos países emergentes.

#### 4.4 O Balanço de Pagamentos

O balanço de pagamentos de um país é o registro sistemático de todas as suas transações econômicas, seja de bens e serviços, seja de fluxos de capital, com o resto do mundo. Em outras palavras, o balanço de pagamentos contabiliza os pagamentos realizados e recebidos pelos diversos setores da economia, tais como indivíduos, empresas e governo, durante um período de tempo, em relação à economia mundial.

A estrutura do balanço de pagamentos pode ser apresentada em duas principais contas: **transações correntes e movimento de capitais**.

A conta de transações correntes tem como componentes a **balança comercial**, que consiste nas exportações e importações de bens do país para com o resto do mundo; a **balança de serviços**, que envolve os recebimentos e pagamentos por serviços prestados em termos de transporte, seguros, assistência técnica, consultoria, royalties (filmes, tv, direitos autorais), viagens internacionais (turismo), e juros de empréstimos; e as **transferências unilaterais**, que englobam as doações e remessas voluntárias recebidas de indivíduos (trabalhando no exterior) e entidades internacionais. A conta de **movimento de capitais** mostra o fluxo de investimento, empréstimo e financiamento a curto e longo prazos e amortização de empréstimos e financiamentos.

Quadro 4 Balanço de Pagamentos do Brasil de 1950 até 2012 (intervalo de decênios)

Balanço de pagamentos US\$ milhões							
Discriminação	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2012
<b>TRANSAÇÕES CORRENTES</b>	93	-518	-839	-12739	-3784	-24225	-54246
<b>Balança comercial (FOB)</b>	414	-24	232	-2823	10752	-698	19431
Exportação de bens	1355	1269	2739	20132	31414	55086	242580
Importação de bens	-942	-1293	-2507	-22955	-20661	-55783	-223149
<b>Serviços e Rendas</b>	-319	-498	-1092	-10059	-15369	-25048	-76523
Serviços	-209	-304	-473	-3039	-3596	-7162	-41075
Receita	41	187	313	1665	3752	9498	39864
Despesa	-250	-491	-786	-4704	-7348	-16660	-80939
Transportes	-121	-78	-185	-1936	-1644	-2896	-8769

Receita	16	46	159	814	1348	1409	5422
Despesa	-137	-124	-344	-2750	-2991	-4305	-14191
Viagens internacionais	-3	-48	-130	-241	-90	-2084	-15588
Receita	5	24	30	126	1492	1810	6645
Despesa	-8	-72	-160	-367	-1582	-3894	-22233
Rendas	-110	-194	-619	-7020	-11773	-17886	-35448
Receita	2	5	64	1406	1158	3621	10888
Despesa	-112	-199	-683	-8426	-12931	-21507	-46335
<b>Transferências unilaterais correntes <sup>4/</sup></b>	<b>-2</b>	<b>4</b>	<b>21</b>	<b>143</b>	<b>833</b>	<b>1521</b>	<b>2846</b>
Receita	2	32	87	306	875	1828	4626
Despesa	-4	-28	-66	-164	-42	-307	-1780
<b>CONTA CAPITAL E FINANCEIRA</b>	<b>-111</b>	<b>493</b>	<b>1281</b>	<b>9610</b>	<b>4592</b>	<b>19326</b>	<b>72762</b>
<b>Conta Capital</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>273</b>	<b>-1877</b>
Transferências unilaterais de capital	0	0	0	25	1	272	-1947
Receita	0	0	0	29	1	300	2010
Despesa	0	0	0	-4	0	-28	-3957
Bens não financeiros não produzidos <sup>5/</sup>	0	0	0	0	0	0	70
Receita	0	0	0	0	0	0	70
Despesa	0	0	0	0	0	0	0
<b>Conta Financeira</b>	<b>-111</b>	<b>493</b>	<b>1281</b>	<b>9585</b>	<b>4591</b>	<b>19053</b>	<b>74639</b>
Investimento Direto	39	138	378	1544	364	30498	68093
Investimento brasileiro direto	0	0	-14	-367	-625	-2282	2821
Crédito	0	0	0	1	1	953	20707
Débito	0	0	-14	-368	-625	-3234	-17886
Participação no capital	0	0	-14	-367	-625	-1755	-7555
Retorno	0	0	0	1	1	840	6163
Aplicação	0	0	-14	-368	-625	-2595	-13718
Investimento estrangeiro direto	39	138	392	1910	989	32779	65272
Crédito	47	138	398	2041	1388	40290	84256
Débito	-8	0	-7	-131	-400	-7511	-18984
Participação no capital	39	138	392	1910	901	30016	52838
Ingresso	47	138	398	2041	1131	33403	60543
Moeda	11	36	120	1511	511	31610	55581
Autônomo	11	36	120	1511	511	24560	55581
Privatização	0	0	0	0	0	7051	0
Conversão	0	0	0	39	283	1710	4940
Mercadoria	0	63	2	79	64	83	22
Reinvestimento	36	39	276	411	273	0	0
Saída	-8	0	-7	-131	-230	-3387	-7705
Investimento em Carteira	0	0	30	351	472	6955	8273
Investimento brasileiro em carteira	0	0	0	0	-107	-1696	-8260
Retorno	0	0	0	2	1	2888	7938
Aplicação	0	0	0	-2	-107	-4584	-16198
Ações de companhias estrangeiras	0	0	0	0	-107	-1953	-2275
Retorno	0	0	0	2	1	1970	521
Aplicação	0	0	0	-2	-107	-3923	-2796
<i>Brazilian Depositary Receipts - BDR</i>	0	0	0	0	0	-945	-447
Retorno	0	0	0	0	0	1669	11
Aplicação	0	0	0	0	0	-2614	-458
Demais	0	0	0	0	-107	-1008	-1828
Retorno	0	0	0	2	1	301	510
Aplicação	0	0	0	-2	-107	-1309	-2338
Títulos de renda fixa LP e CP	0	0	0	0	0	258	-5986
Retorno	0	0	0	0	0	918	7416
Aplicação	0	0	0	0	0	-660	-13402
Títulos de renda fixa LP	0	0	0	0	0	258	-5986
Retorno	0	0	0	0	0	918	7416
Memo: retorno de colateral	0	0	0	0	0	245	0

Aplicação	0	0	0	0	0	-660	-13402
Investimento estrangeiro em carteira	0	0	30	351	579	8651	16534
Crédito	0	0	39	396	824	38816	155250
Débito	0	0	-9	-45	-245	-30165	-138716
Ações de companhias brasileiras	0	0	30	-12	104	3076	5600
Ingresso	0	0	39	5	171	18346	122849
Saída	0	0	-9	-16	-67	-15270	-117249
Negociadas no país	0	0	30	-12	104	-3262	5920
Ingresso	0	0	39	5	171	10425	122654
Saída	0	0	-9	-16	-67	-13687	-116734
Títulos de renda fixa LP e CP	0	0	0	363	475	5575	10934
Crédito	0	0	0	391	653	20470	32401
Débito	0	0	0	-29	-178	-14895	-21467
Negociados no exterior LP e CP (líquido)	0	0	0	363	475	5774	5883
Bônus LP	0	0	0	363	-156	3707	58
Ingresso	0	0	0	391	22	12222	3867
Novo ingresso	0	0	0	391	22	6086	3867
Amortização	0	0	0	-29	-178	-8515	-3810
Paga	0	0	0	-29	-178	-2370	-3810
Valor de face	0	0	0	-29	-178	-2370	-3469
Derivativos (líquido)	0	0	0	43	2	-197	25
Ativos (líquido)	0	0	0	43	2	386	150
Passivos (líquido)	0	0	0	0	0	-583	-125
Outros investimentos	-150	355	873	7648	3753	-18202	-1753
Outros investimentos brasileiros	0	-57	-127	-589	-2055	-2989	-24278
Empréstimo e financiamento LP e CP	0	0	-6	-31	-102	-282	-16893
Empréstimo e financiamento LP	0	0	-6	-31	-50	-375	-287
Amortização recebida	0	0	1	1695	122	594	264
Desembolso	0	0	-7	-1726	-172	-969	-551
Empréstimo e financiamento CP (líquido)	0	0	0	0	-52	93	-16606
Moeda e depósito (líquido)	0	0	-29	-398	-2750	-1774	-6765
Bancos (líquido)	0	0	-29	-279	-2707	1321	-4007
Demais setores (líquido)	0	0	0	-119	-42	-3095	-2759
Dos quais: retorno de colaterais	0	0	0	0	0	166	0
Outros ativos LP e CP (líquido)	0	-57	-92	-160	797	-933	-620
Outros ativos LP (líquido)	0	-57	-92	-67	-28	-105	-155
Outros ativos CP (líquido)	0	0	0	-94	825	-828	-464
Outros investimentos estrangeiros (líquido)	-150	412	1001	8237	5808	-15213	22525
Crédito comercial - fornecedores LP e CP	0	0	0	-143	36	-6409	14719
Crédito comercial - fornecedores LP	0	0	0	0	-180	-2987	-458
Ingresso	0	0	0	0	693	2675	1252
Amortização	0	0	0	0	-873	-5663	-1710
Amortização paga	0	0	0	0	-518	-5663	-1710
Amortização atrasada	0	0	0	0	-356	0	0
Crédito comercial - fornecedores CP (líquido)	0	0	0	-143	216	-3422	15177
<b>ERROS E OMISSÕES</b>	-12	11	92	-343	-328	2637	384
<b>RESULTADO DO BALANÇO</b>	-30	-14	534	-3472	481	-2262	18900
<b>HAVERES DA AUTORIDADE MONETÁRIA (=aumento)</b>	30	14	-534	3472	-481	2262	-18900

Fonte: <http://www.bcb.gov.br> em 24/02/2013

1/ Até 1952, engloba as seguintes modalidades de serviços: financeiros; informação; royalties e licenças; comunicações; relativos ao comércio; serviços empresariais, profissionais e técnicos e serviços pessoais, culturais e recreação.

2/ Até 1978, o total de lucros e dividendos foi considerado como rendas de investimento direto. A partir de 1979, foi distribuído em investimentos direto e carteira.

3/ Até 1981, o total de juros foi considerado como rendas de outros investimentos. A partir de 1982 foi distribuído em investimento direto (empréstimo intercompanhia), investimento em carteira (títulos de renda fixa) e outros investimentos.

4/ Até 1978, inclui as transferências unilaterais de capital.

5/ Inclui cessão de marcas e patentes.

6/ As amortizações relativas os empréstimos recebidos até 1966 estão alocadas nas modalidades correspondentes em "demais setores".

7/ Até 1995, outros empréstimos da Autoridade Monetária estão alocados nas modalidades correspondentes em "demais setores".

... : não disponível.

A conta **erros e omissões**, registra as divergências que possam haver entre os pagamentos e recebimentos realizados contabilmente.

O **Resultado do balanço de pagamentos** consiste no somatório das contas de transações correntes e de movimento de capitais e na conta erros e omissões. As situações de déficit ou superávit representam desequilíbrios nas relações econômicas do país com o resto do mundo e não podem perdurar por muito tempo. Um déficit prolongado implica na redução de reservas internacionais, bem como, financiamento do déficit através do endividamento externo. Por outro lado, um superávit sistemático, além de gerar problemas de relacionamento externo, compromete as metas de política econômica, especialmente relacionadas à expansão dos meios de pagamento, desestabilizando o comportamento das variáveis reais da economia como inflação, taxa de juros, etc.

**Saiba mais....**

- ❖ Sobre o comportamento do balanço de pagamentos do Brasil, sumário metodológico de toda estrutura em:  
[http://WWW.bcb.gov.br/sddsp/balpagam\\_p.htm](http://WWW.bcb.gov.br/sddsp/balpagam_p.htm)
- ❖ Sobre negociações internacionais e informações sobre a Organização Mundial do Comércio em:  
<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/negInternacionais/omc/gatt.php>

**Atividades de Aprendizagem**

1. Dentre as Teorias de Comércio Internacional, temos duas principais no modelo clássico, descreva cada uma delas e faça uma comparação.
2. O que a Teoria Neoclássica relata sobre o comércio internacional?
3. Segundo Mankiw (2005, p.182) "...os países Po e vezes deixaram de gozar dos benefícios do comércio simplesmente porque os perdedores têm mais força política que os ganhadores. E os perdedores fazem *lobby* por restrições comerciais, com tarifas e cotas de importação..." Comente, a luz do que ocorre no Brasil.
4. Quais são os obstáculos ao livre comércio?
5. Quais as principais medidas intervencionistas?
6. Descreva o que é uma tarifa e relate seus efeitos econômicos quando é adotada.
7. Pesquise na internet, no site do Banco Central ([WWW.bcb.gov.br](http://WWW.bcb.gov.br)), IBGE ([WWW.ibge.gov.br](http://WWW.ibge.gov.br)) ou IPEA ([WWW.ipea.gov.br](http://WWW.ipea.gov.br)), os números sobre o comportamento do balanço de pagamentos do Brasil de 2006 a 2010. O que lhe chamou mais a atenção? Analise a evolução das principais contas.
8. O Estado da Federação onde você reside exporta o quê? Importa o quê? O que você acha disso para o desenvolvimento do Estado?

## 5 UNIDADE 5 – ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

Nesta unidade estudaremos o *Governo* no seu sentido geral como **setor público**. O setor público inclui as instituições governamentais propriamente ditas tais como os Ministérios e Secretarias da União, Estados e Municípios, os Tribunais e o Congresso Nacional (Executivo, Legislativo e Judiciário) e as empresas públicas tais como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobrás, Correios, o INSS, etc. Vamos apresentar a você os mecanismos de intervenção do setor público na economia, e o porquê da necessidade da regulação da economia. É praticamente impossível, nos dias de hoje, procurar entender o funcionamento da economia sem considerar o papel do setor público nesse contexto.

As funções do setor público na atividade econômica cresceram substancialmente no século XX, devido à evolução da própria sociedade. Em épocas anteriores bastava a ação do Estado, assegurando Justiça e Segurança, para maximizar o bem-estar social, cabendo ao setor privado a oferta dos demais bens e serviços necessitados pela coletividade. Após a Grande Depressão, sobretudo, surgiram novas funções para o Estado, não apenas no que diz respeito à regulamentação da economia, ofertando bens públicos, como educação, saúde e segurança, como também bens privados, como produtos siderúrgicos, energia, transportes e telecomunicação.

Nos anos seguintes, a economia do setor público continuou sofrendo alterações, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, com novas funções atribuídas ao Estado. Com a necessidade de reconstrução da Europa destruída pela Guerra, o Estado aparece como o grande agente de fomento do desenvolvimento

econômico, elaborando planos de desenvolvimento, planejando investimentos em setores estratégicos e criando empresas estatais.

### ***5.1 Fundamentos da Economia do Setor Público***

Na ótica da economia clássica, o Estado deveria realizar um mínimo de funções, restringindo-se às mais essenciais, como educação, saúde e segurança. Cabia aos indivíduos a busca da satisfação de suas necessidades pessoais, de forma que, cada um, agindo segundo seus próprios interesses, acabaria promovendo o interesse coletivo, mediante o livre funcionamento do mercado.

Assim, quando o empresário busca o seu interesse próprio, que é o lucro máximo, ele mobiliza capitais, compra edifícios, máquinas e matérias-primas, contrata serviços de outros agentes econômicos, aos quais paga salários, juros, aluguéis e dividendos. Os trabalhadores buscam os melhores salários e procuram aperfeiçoar-se em suas atividades, de sorte a melhorar sua produtividade e atingir seus objetivos. Quando todos os agentes agem da mesma maneira, o produto global aumenta, gerando maior riqueza para todos, de maneira que a busca do bem-estar individual acaba gerando o bem-estar coletivo. Pela visão clássica, ao Estado cabe apenas regular o livre funcionamento dos mercados e proporcionar a segurança nos negócios ao assegurar o respeito às leis e à ordem.

#### **5.1.1 A questão do bem-estar**

A economia clássica supunha um mundo de concorrência perfeita, com os mercados apresentando um grande número de compradores e vendedores, que estabeleciam preços de equilíbrio estáveis. Os produtos finais eram homogêneos, sem diferenciação. Imperava a hipótese da livre entrada e saída de firmas nas indústrias e os preços e técnicas eram bem conhecidos. Desse modo, o equilíbrio nos mercados assegurava a alocação eficiente dos recursos.

Assim, havia alocação ótima de recursos: o equilíbrio com maximização de lucro correspondia à agregação dos equilíbrios parciais das firmas; existia perfeita mobilidade de fatores produtivos e de bens no espaço, instantaneamente e sem custos, sempre que houvesse modificações no preço de equilíbrio na indústria.

Todavia, na presença de concorrência imperfeita (monopólios, oligopólios, cartéis, concorrência monopolística, etc.) a sociedade não atinge o máximo bem-estar. A concorrência imperfeita implica em preços mais altos, com menores quantidades dos produtos sendo ofertados e demandados no mercado. Os mecanismos de mercado falham em elevar a produção ao nível ótimo de equilíbrio e o Estado precisa intervir para evitar maiores reduções do bem-estar social e elevar o equilíbrio macroeconômico.

### 5.1.2 Falhas de mercado

A impossibilidade de atingir a produção ótima, por imperfeições da concorrência, é denominada falhas de mercado, decorrentes de indivisibilidade do produto, externalidades, custo de produção decrescentes e mercados imperfeitos e riscos e incertezas na oferta dos bens.

Para **bens indivisíveis**, não se pode estabelecer preços através do mercado. É o caso da defesa nacional: os cidadãos necessitam de segurança contra eventuais ataques militares de países estrangeiros e pagam por isso, indiretamente, por meio de impostos. Porém, não se sabe quanto cada um pagará e qual a quantidade do bem segurança nacional que cada cidadão irá utilizar.

Assim, um bem público só pode ser ofertado pelo setor público, pela impossibilidade de serem fixados os preços e as quantidades demandadas. Cada indivíduo paga pela segurança nacional, pelo total de sua contribuição tributária, e irá beneficiar-se da oferta pública desse bem, independente do volume de sua contribuição financeira.

Esses bens indivisíveis ou bens públicos são **bens não rivais**, implicando que o consumo de um indivíduo não implicará em menor consumo de outro; da mesma forma, o aumento da população não resultará na redução das quantidades ofertadas desse bem, pois não exigirá necessariamente aumento dos gastos militares.

As **externalidades** ocorrem quando os benefícios e custos privados, medidos pelos preços de mercado, diferem dos benefícios e custos sociais. As externalidades podem ser **negativas ou positivas**.

As **externalidades são negativas** quando os custos sociais são maiores do que os custos privados (ou os benefícios sociais são menores do que os benefícios privados). Por exemplo, quando um cortume polui um rio, ele causa uma externalidade negativa (ou deseconomia externa). Para obter lucros maiores (benefícios privados), a firma não realiza gastos para evitar a poluição (menores custos privados). Como consequência da poluição, o poder público gastará mais com o tratamento da água, o rio terá menos peixe e a população não poderá usar suas águas com finalidade de lazer.

Outros exemplos de externalidades negativas: produção de fumo e seus derivados; o tráfico de drogas; poluição e congestionamento de rodovias provocadas pela indústria automobilística; fábrica de papel e celulose; indústrias petroquímicas; etc.

Como exemplo de **externalidades positivas**, pode ser citado o caso da atividade de reflorestamento. A empresa de reflorestamento tem seus custos e benefícios privados, que se tornam menores do que os custos e benefícios sociais que gera ao proporcionar um número maior de árvores em sua localidade. As árvores ainda produzem flores, que podem ser aproveitadas pelas abelhas dos apicultores locais, que terão seus benefícios aumentados sem terem a necessidade de plantar novas árvores. Da mesma forma, há um benefício para a fauna, a qualidade do ar, ao regime de chuvas, etc.

Outro exemplo de externalidade positiva é a atividade educacional e os gastos em pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e novos processos de produção. Investimentos privados nessas áreas produzem benefícios sociais maiores do que os gastos.

Outro caso de falha de mercado é o dos **custos de produção decrescentes** e mercados imperfeitos. Esse é o caso de grandes unidades produtivas que o setor privado não é capaz de construir. Como exemplo, no Brasil, temos as siderurgias no início dos anos 50, as usinas hidrelétricas até os anos 80. Se o governo não entrasse nessa área, as unidades ficariam com pequena dimensão, por falta de capital; os custos médio e marginais seriam mais elevados, assim como os preços de mercado, implicando também em oferta menor do produto. Outro exemplo: telecomunicações; distribuição de combustíveis, etc.

Por último, pode haver falha de mercado pelos **riscos e incertezas** na oferta de certos bens. Os agentes econômicos não possuem uma certeza absoluta sobre a estabilidade dos preços e custos, o que lhes faz colocar um prêmio de risco (ou sobre-preço) aos preços que praticam reduzindo-se as quantidades ofertadas e demandadas. De outra parte, pela incerteza e risco, muitos bens deixaram de ser produzidos, ficando a cargo do setor público. Por exemplo, devido aos riscos de nacionalização de empresas estrangeiras em países subdesenvolvidos, os investimentos privados estrangeiros deixam de ser efetuados em setores de rentabilidade mais baixa. Outro exemplo: Petróleo no Brasil (monopólio da Petrobrás).

### 5.1.3 As funções do setor público

O papel do Estado na economia tem se alterado no transcorrer do tempo. Modernamente, destacam-se as seguintes funções do Estado, além dos serviços públicos "típicos" ou clássicos relativos à segurança e à justiça:

- a. **função alocativa**: compreende a oferta eficiente de bens públicos, através de produção própria ou por empresas privadas. O mecanismo de preços assegura a oferta da grande maioria de bens e serviços de que a população necessita. Porém, se em razão de falhas de mercado ou por outro motivo alguns bens e serviços deixarem de ser ofertados, o governo intervém decidindo "o quê e quanto produzir", independente do mercado.
- b. **função redistributiva**: compreende a realização de ajustes na distribuição da renda e da riqueza entre as pessoas. Ela justifica-se pelo fato de que o mercado nem sempre age na direção socialmente desejada. Os instrumentos que o governo dispõe para isso são os impostos de renda progressivo, incentivos fiscais para as regiões mais pobres, transferência direta de renda para as pessoas e para Estados ou municípios mais pobres, etc.
- c. **função estabilizadora**: compreende a intervenção do governo para elevar o nível de emprego, estabilidade dos preços e da moeda, reduzir a taxa de inflação, equilíbrio no balanço de pagamentos, elevar a taxa de crescimento econômico, etc. Os instrumentos que se dispõe são os seguintes: políticas fiscais, políticas monetárias, realização de gastos e de tributação, etc.

## 5.2 Participação do Setor Público na Economia

Para fazer frente às novas funções do setor público, tem crescido o número de impostos e taxas a serem pagos pela coletividade. Com o aumento do número de empresas estatais, principalmente nos países subdesenvolvidos, tem-se agigantado o tamanho do Estado, com a expansão das despesas públicas.

A maior participação do governo na economia também, deve-se ao crescimento demográfico (implicando em maiores gastos com educação, saúde, segurança), ao aumento das funções administrativas do setor público, ao maior grau de urbanização do país, à necessidade de ofertar bens públicos para o desenvolvimento (novas infra-estruturas, novos meios de transporte e comunicações), etc.

### 5.2.1 Evolução das despesas e receitas públicas

A realidade de diversos países mostra que a relação entre o gasto público e o Produto Interno Bruto aumenta com o crescimento deste, conforme mostram os dados do quadro 5.

Quadro 5 Gastos Públicos dos EUA e da Alemanha

Anos	<u>EUA</u> % do PNB	Anos	<u>Alemanha</u> % do PILcf
1890	6,5	1872	18,5
1902	7,3	1881	12,6
1922	12,6	1925	25,2
1940	17,6	1938	45,3
1950	23,1	1950	36,5
1970	32,2	1970	37,1

Fonte: Banco Mundial.

**Quadro 6 Evolução e estrutura das receitas em alguns países**

Países Selecionados	(1)		(2)		(3)		(4)		(5)		(6)	
	1980	1993	1980	1993	1980	1993	1980	1993	1980	1993	1980	1993
<b>Países Desenvolvidos</b>												
Alemanha	18,7	15,0	54,2	46,2	23,1	24,5	0,0	0,0	0,1	7,9	3,9	6,4
Canadá	52,6	52,7	10,4	16,7	16,6	17,7	7,0	2,9	-0,2	0,0	13,6	10,0
Espanha	23,2	32,2	48,0	37,9	12,6	21,7	3,8	1,1	4,4	0,4	8,0	6,8
Estados Unidos	56,6	50,7	28,2	34,2	4,4	3,8	1,4	1,6	1,2	1,0	8,2	8,7
França	17,7	17,3	41,2	44,5	30,9	27,0	0,1	0,0	2,7	4,1	7,4	7,1
Itália	30,0	37,6	34,7	30,5	24,7	27,1	0,1	0,0	2,5	2,6	8,1	2,2
Japão	70,8	--	0,0	--	20,8	0,0	2,4	--	0,8	--	5,2	--
Reino Unido	37,7	35,3	15,6	16,4	27,8	32,1	0,1	0,1	5,7	7,6	13,1	8,5
Suécia	18,2	5,8	33,2	36,7	29,1	32,7	1,2	0,9	4,3	6,7	14,1	17,2
<b>Países em Desenvolvimento</b>												
Brasil	10,7	16,5	25,0	28,6	32,1	17,6	7,1	1,7	3,6	5,5	21,4	30,0
Chile	17,6	19,3	17,4	6,6	35,8	45,8	4,3	9,9	4,9	5,9	19,9	12,4
Colômbia	24,9	--	11,3	--	22,6	--	20,6	--	6,8	--	13,9	--
Coréia do Sul	22,3	31,4	1,1	8,3	45,9	34,2	15,0	5,8	3,2	7,6	12,5	12,6
Índia	18,3	18,7	0,0	0,0	42,5	32,1	22,0	24,9	0,6	0,4	16,6	23,9
México	36,7	--	14,1	--	28,9	--	27,6	--	-12,6	--	5,3	--
Paraguai	15,2	10,3	13,1	0,0	17,7	35,8	24,8	12,5	20,5	5,9	8,8	35,5
Uruguai	10,9	6,9	23,4	30,2	43,3	35,8	14,2	7,1	2,7	14,8	5,5	5,2

(1) - Sobre Renda, lucros e ganho de capital

(2) - Sobre Previdência social

(3) - Sobre Bens e serviços

(4) - Sobre Comércio Exterior

(5) - Sobre Outras Receitas Tributárias

(6) - Sobre Receita não tributária

Fonte: Banco Mundial.

Verifica-se que a **estrutura tributária** difere, nos Estados Unidos e no Japão, de países como a França e Itália. Nos Estados Unidos, mais de 50% da receita pública vem da **tributação da renda** (no Japão, foi de 70,8%), enquanto na Itália esse percentual foi um pouco acima de 30% e na França abaixo de 20%.

Os **bens e serviços** são pouco tributados nos Estados Unidos (próximo de 4%), enquanto que a França e Itália tributam em torno de 30%. Por sua vez, a **previdência social** é bastante tributada na França (acima de 40%) e menos nos Estados Unidos (em torno de 30%). Essas são opções de tributação que refletem os objetivos de cada sociedade.

No Brasil, ainda é baixa a tributação sobre a renda, mas esse tipo de arrecadação vem crescendo desde 1980 (10,7%), chegando a 1993 a 16,5%; na Coreia do Sul ela atingiu 31,4% e na Índia, 18,7%. Em relação à participação da previdência social na arrecadação, ela estava no Brasil em 28,6%, bastante próximo da Itália. Em relação à participação dos bens e serviços que era de 32,1%, ela reduziu-se para 17,6% em 1993.

Quadro 7 Carga tributária em alguns países

Países Desenvolvidos	% do PNB		Países em Desenvolvimento	% do PNB	
	1980	1995		1980	1995
Alemanha	--	30,0	Brasil	17,8	18,6
Canadá	16,2	--	Chile	25,6	17,8
Espanha	22,2	28,7	Colômbia	10,3	14,0
EUA	18,5	19,0	Coreia do Sul	15,3	17,7
França	36,7	38,1	Índia	9,8	9,6
Itália	29,1	38,4	México	14,3	14,8
Japão	11,0	17,6	Paraguai	9,8	9,1
Reino Unido	30,6	33,5	Uruguai	21,0	27,6
Suécia	30,1	32,8			

Fonte: Banco Mundial.

A relação entre a arrecadação de tributos e o Produto Interno Bruto (ou Produto Nacional Bruto) denomina-se **carga tributária**. Os dados do quadro 7

mostram que a carga tributária aumentou nos últimos anos, acompanhando o desenvolvimento econômico, e hoje, constata-se uma carga tributária mais elevada nos países desenvolvidos em comparação à dos países em desenvolvimento. A carga tributária dos Estados Unidos (19%) e Japão (17,7%) é bem inferior, uma vez que, nesses países, muitos serviços públicos são privatizados.

### 5.3 Tributação e Orçamento Público

Nas seções anteriores, foram apresentados os fundamentos da economia do setor público e a evolução da participação do Estado na economia. Agora estudaremos os princípios teóricos da tributação, os principais impostos e como o setor público programa seus gastos.

#### 5.3.1 Princípios teóricos da tributação

De uma forma geral, todo imposto deve seguir alguns princípios fundamentais básicos:

- **produtividade:** ser capaz de gerar receitas significativas, com custos relativamente baixos;
- **neutralidade e eficiência:** exercer um mínimo de ingerência no sistema produtivo;
- **equidade:** poder taxar cada indivíduo segundo o benefício que recebe e sua capacidade de pagamento.

Todo imposto necessita de um aparato administrativo relativamente complexo para ser arrecadado, o que envolve custos. A cobrança de alguns impostos pode não ser compensadora, tendo em vista os custos de fiscalização e de arrecadação, e o volume de receita que ele gera. Um exemplo de imposto **produtivo** é o imposto sobre movimentação financeira (IPMF), porque é de difícil sonegação, baixo custo de fiscalização e proporciona grande volume de arrecadação.

O princípio da **neutralidade e eficiência** implica que os impostos não devem mudar os preços relativos da economia, a fim de não afetar a alocação de recursos, ou afetar todos os preços da economia na mesma proporção. Esses são os casos dos impostos gerais, como o Imposto de Renda e os Impostos sobre o

Consumo em geral. Como todos os preços são afetados do mesmo modo, a posição relativa não muda; o bem-estar do consumidor-contribuinte reduz-se com a cobrança do imposto, mas aumenta com os serviços públicos prestados pelo Estado.

A carga tributária precisa ter também, **eqüidade**, ou seja, o tributo precisa ser justo ao onerar os indivíduos segundo suas posses (**eqüidade vertical**) e de acordo com os benefícios que cada um recebe pela oferta governamental de bens públicos (**eqüidade horizontal**). Desse modo, o princípio da eqüidade divide-se em princípio do **benefício** e em princípio da **capacidade de contribuição**.

De acordo com o princípio do **benefício**, cada indivíduo deve efetuar um pagamento proporcional aos benefícios que usufrui dos bens e serviços públicos. Esse sistema é adotado para o sistema de taxas, como a de consumo de energia, água, transporte urbano, etc., em que o indivíduo paga em função do consumo.

Pelo princípio da **capacidade de contribuição**, cada indivíduo colabora com a arrecadação pública em função de sua renda. Assim, o imposto de renda possui alíquotas progressivas em função do nível de renda. É um imposto progressivo, em contraposição ao imposto sobre o consumo de produtos alimentares, que se constitui num exemplo de imposto regressivo (quanto mais pobre o indivíduo, tanto mais o imposto pesará sobre o seu orçamento).

### 5.3.2 Sistemas tributários

A tributação tem sua base nas seguintes fontes econômicas: a renda, o consumo e o patrimônio. Além disso são tributados os fluxos de comércio exterior e os fluxos monetário-financeiros.

**Quadro 8 Estrutura tributária nos países da OCDE, em 1989**

Tributos	Participação relativa (%)
Sobre renda e ganhos de capital	38,0
Sobre o consumo	30,5
Sobre a propriedade	5,6
Contribuições sociais	23,2
Outros	2,7
Total	100,0

Fonte: Messere, K. C.

O peso das diversas fontes econômicas diferencia-se de país para país. Na estrutura do conjunto dos países de Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, que pode ser tomada como representativa dos países desenvolvidos, predomina, claramente, a tributação da renda e dos ganhos de capital como principal fonte de receita. O consumo é também uma importante fonte, porém secundária.

Nos países em desenvolvimento, a principal fonte de receita tributária do setor público é o consumo. Nos países menos desenvolvidos, o comércio exterior tende a ser a principal fonte. No caso dos países do MERCOSUL, a tributação do consumo aparece na primeira posição. Segue em importância as Contribuições Sociais.

### 5.3.3 Principais impostos existentes no Brasil

Em uma economia subdesenvolvida, com baixo nível de renda e reduzido mercado interno, o imposto de importação aparece como o principal tributo. Isso pode ser visto no quadro 9, que mostra a estrutura tributária do Brasil entre 1890 e 1945.

**Quadro 9 Estrutura tributária do Brasil - 1890-1945**

Tributos	1890	1900	1910	1920	1930	1940	1945
<b>Imp. Indiretos</b>	<b>88,6</b>	<b>97,8</b>	<b>99,2</b>	<b>98,4</b>	<b>94,9</b>	<b>84,6</b>	<b>67,1</b>
S/Importação	62,3	67,9	78,3	57,7	51,2	34,6	13,9
S/Consumo	--	15,0	13,9	27,1	27,6	37,3	38,5

S/Circulação	0,2	1,8	0,8	2,3	2,0	--	--
S/Ind. e Profissões	3,1	1,2	0,9	1,0	1,3	0,9	0,6
Do Selo	5,6	5,9	4,7	9,2	8,6	9,9	11,8
S/Vendas Mercantis	--	--	--	--	4,0	1,9	2,0
Outros Impostos	17,3	6,0	0,7	0,9	0,2	--	0,3
<b>Imp. Diretos</b>	<b>11,4</b>	<b>2,2</b>	<b>0,8</b>	<b>1,6</b>	<b>5,1</b>	<b>15,4</b>	<b>32,9</b>
S/Renda	--	--	--	--	4,1	13,5	30,4
Outros Impostos	11,4	2,2	0,8	1,6	1,0	1,9	2,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>						

-----  
Fonte: Villela, Suzigan.

Em 1890, o imposto de importação era responsável por mais de 60% da receita tributária do país, elevando-se para 78% em 1910, com declínio nos anos seguintes, sendo ultrapassado em 1940 pelo imposto sobre o consumo. Em 1945, o imposto de renda já era o segundo tributo em importância.

Até 1930, mais de 90% da receita tributária brasileira era formada por impostos indiretos. O imposto de renda foi criado somente em 1922, com início de sua arrecadação em 1924. Nos anos anteriores a tributação direta consistia de taxaço de subsídios e vencimentos, dividendos (2,3%), transmissão de propriedade (até 1985), prêmios de seguros marítimos (2 e 5% a partir de 1918), cobrança de dívida ativa (a partir de 1928) e outros.

**Saiba mais....**

- ❖ Sobre os modelos teóricos, as orientações políticas, as grandes escolas do pensamento liberal e o neoliberalismo, ver o livro de Riginaldo Moraes *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?*. São Paulo: Editora Senac, 2001.
- ❖ Acesse a palestra proferida pelo professor José Luiz Fiori no Centro Cultural Banco do Brasil, em setembro de 1996, sobre o que é : O “Consenso de Washington”, disponível no site:  
[http://dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/textos/consenso\\_whtm](http://dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/textos/consenso_whtm)
- ❖ Sobre processo de regulação na economia brasileira em:  
<http://cade.gov.br>
- ❖ No site do professor Gesner de Oliveira:  
<http://www.goassociados.com.br/>
- ❖ Sobre a Política Fiscal no Brasil, visite o site do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: <http://www.planejamento.gov.br>

### **Atividades de Aprendizagem**

1. Levante a participação do gasto público no PIB no Brasil de 2005 a 2010.
2. Quais são as transferências constitucionais para Estados e Municípios existentes no Brasil?
3. Faça uma reflexão sobre o sistema tributário brasileiro.
4. A impossibilidade de atingir a produção ótima, por imperfeições da concorrência, é denominada falhas de mercado, decorrentes de indivisibilidade do produto, externalidades, custo de produção decrescentes e mercados imperfeitos e riscos e incertezas na oferta dos bens. Descreva de forma simples cada uma destas falhas de mercado.
5. De uma forma geral, todo imposto deve seguir alguns princípios fundamentais básicos, quais são eles?
6. O que são externalidades?
7. Quais são as funções do setor público?
8. Quais os principais impostos existentes no Brasil?

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série Perguntas mais Frequentes**. Disponível em: <http://WWW.bcb.gov.br>.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. **Brasil e a Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

CANUTO, Otaviano; BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CARVALHO, Fernando; et al. **Economia Monetária e Financeira: teoria e pratica**. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

DORNBUSH, R.; FISCHER, S. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2000.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Dicionário de Administração**. São Paulo: Saraiva, 2004

LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. (Orgs). **Manual de Macroeconomia: Básico e Intermediário – Equipe dos Professores da FEA-USP**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JONES, C. I. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. Rio de Janeiro: Campus. 2000.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MENDES, Carlos Magno, et al. **Introdução a Economia**. Florianópolis / UFSC, 2007.  
PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 7. ed. São Paulo: Prentice Hill, 2010.

VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia: Micro e Macro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda** (General theory of employment, interest and money). Tradução de Mário Ribeiro da Cruz. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução a Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. 40 ed. São Paulo: Best-Seller, 1994.

VARIAN, H. R. **Microeconomia: Princípios Básicos – Uma abordagem Moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.